

ISSN 0006-5218

BLUMENAU

em Cadernos

tomo 49 número 6 novembro/dezembro 2008



Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

Apoio Cultural

Genésio Deschamps

Victória Sievert

Distribuidora Catarinense de Tecidos S/A

Eletro Aço Altona S/A

43 S/A Gráfica e Editora

Todos os direitos desta edição reservados à Fundação Cultural de Blumenau.
O conteúdo de cada artigo é de responsabilidade de seu respectivo autor.

Editora Cultura em Movimento
Rua XV de Novembro, 161 - Centro - Caixa Postal 425 - Blumenau - SC - CEP 89010-001
Contato 47 3326 7511 - editora@fcblu.com.br - www.fcblu.com.br

Prefeito Municipal | João Paulo Kleinübing
Vice-prefeito | Edson Brunsfield
Presidente da Fundação Cultural de Blumenau | Ivo Hadlich
Diretor Administrativo-Financeiro | Iury Bugmann Ramos
Diretor do Centro de Publicação, Referência em Leitura e Literatura | Rodrigo Rogério Ramos
Diretor de Cultura | Vinicius Nico Wolff
Diretora do Museu de Arte de Blumenau | Reynaldo Wilmar Pfau
Diretora do Patrimônio Histórico-Museológico | Sueli M. V. Petry

Blumenau em Cadernos
Editor | Órgão de fomento | Divulgação | Distribuição | Arquivo Histórico José Ferreira da Silva
Alameda Duque de Caxias, 64 - Blumenau - SC - CEP 89015-010
Contato 47 3326 6990 - arquivohistorico@fcblu.com.br
Diretora | Sueli M. V. Petry
Conselho Editorial
Presidente | Annemarie Fouquet Schünke
Carla Fernanda da Silva
Cristina Ferreira
Gervásio Tesseleno Luz
Ivo Marcos Theis
Marcos Schroeder
Urda Alice Klueger
Viegas Fernandes da Costa

Projeto gráfico | Giba Santos
Capa | Composição de imagens - acervo José Ferreira da Silva.
Normalização do projeto gráfico | Gláucia Maindra da Silva
Revisão | Valdir A. Petry - Secretária | Mirela A. Nolasco

Prêmio Almirante Lucas Alexandre Bolteux, na área de História - edição 1998,
concedido pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina;
Prêmio Destaque - 2002, concebido pela Academia Catarinense de Letras.
Homenagem Especial - 2007, pelos 50 anos de publicação.

Em 1973, a família Ferreira da Silva doou os direitos da revista à, então, Fundação Casa Dr. Blumenau.
Declarada de utilidade pública pela Lei Municipal nº 1895, de 15 de dezembro de 1972.
Recuperado pelo diretório Ulrich's Internacional Periodics

Catálogo | Gláucia Maindra da Silva CRB-14/924

Blumenau em Cadernos. – T. 1, n. 1 (nov. 1957) – . – Blumenau : [s.n.],
1957- .
v. ; 23 cm.

Mensal (nov./dez. editados juntos), 1957-ago. 2000; bimensal, set. 2000-
Fundada por José Ferreira da Silva.
Reestruturada em comemoração aos 40 anos da revista, 1997.
Editor varia: José Ferreira da Silva, 1957-1973; Fundação Casa Dr. Blumenau, 1974-1996, mudando o nome
para Fundação Cultural de Blumenau, 1996-1998; Editora Cultura em Movimento, 1998-
Suplementos dependentes acompanham alguns fascículos.
Edições especiais dependentes: centenário de morte do Dr. Blumenau, 1997; comemoração dos
45 anos da revista, 2002; comemoração dos 50 anos, 2007.
Seqüência numérica nos tomos: mensal de 1 a 12, 1957-2000 (com algumas falhas); bimensal
com intervalo duplo de 1 a 12, 2000-2007; bimensal de 1 a 6, 2008-. Tentativa de numeração
alternativa dos fascículos como edição: abr. 1987, ed. 364; nov./dez. 1987, ed. 371; dez. 1988, ed. 372.
Índice anual todo mês de dezembro; índice cumulativo (1957-1995), organizado por Neide
Almeida Fiori e Sueli Maria Vanzuita Petry. 1996. ISBN 85-328-0062-9
ISSN 0006-5218 = Blumenau em Cadernos
1. Santa Catarina – História – Periódico. II. Fundação Cultural de Blumenau.

CDD 981.64

SUMÁRIO

Documentos originais Artigo Neu Bremen (Presidente Getúlio)	7
Neu Bremen Munizip Blumenau	8
Artigos	
A pacificação documentada (1921-1297): Anos Melhores Rafael Casanova de Lima e Silva Hoerhann	16
Nacionalização em Blumenau: Considerações sobre a corrida da construção identitária nacional 1937/1945 Evandro Cristofolini, Willian Spengler	40
Colonização, desenvolvimento e ações antrópicas na floresta atlântica do Parque das Nascentes em Blumenau Martin Stabel Garrote, Vanessa Dambrowski, Gilberto Friedenreich dos Santos	61
Aversão ao clero na primeira república em Santa Catarina Cleber Rudy	85
Fragmentos de nossa História local O incêndio do Arquivo Municipal em 1958 - Lamentável Ocorrência - Relatório	100

Memórias

Uma caminhada na rua São Paulo

Brigitte Fouquet Rosenbrock

111

Autores catarinenses

Ele queria ser cientista

Enéas Athanázio

118

Índice de Blumenau em Cadernos - 2008

124

APRESENTAÇÃO

O Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, órgão vinculado à Fundação Cultural de Blumenau, e o Conselho Editorial da revista BLUMENAU EM CADERNOS desejam aos assinantes, leitores, colaboradores e apoiadores um Feliz Natal e Próspero Ano de 2009.

Ao elaborar a coluna bilíngüe, **Documentos Originais**, foram selecionados do periódico Blumenauer Volkskalender, de 1934, três textos contendo referências relacionadas às localidades de “Neu Bremen, Nova Trento e Trombudo”. Sua relevância consiste na descrição do processo evolutivo das mesmas que estão incorporadas ao número de cidades catarinenses colonizadas por imigrantes europeus.

Na coluna **Artigos**, Rafael Casanova de Lima e Silva Hoerhann, doutorando e pesquisador do Programa de Pós-Graduação da UFSC, ao publicar “*A Pacificação documentada, (1921-1927): Anos melhores – Parte IV*”, finaliza uma sequência de quatro artigos extraídos da sua dissertação de mestrado.

Continuando com **Artigos**, os professores de História, Evandro Cristofolini e Willian Spengler, desenvolveram o tema “*Nacionalização em Blumenau: considerações sobre a corrida da construção identitária nacional – 1937/1945*”. Para a construção e análise do texto, os autores fizeram uso dos periódicos Cidade de Blumenau e Der Urwaldsbote entre os períodos de 1936 a 1943, e outras fontes do acervo do AHJFS.

Em outro artigo, o doutor em Geografia Física - USP - professor do Departamento de História e Geografia da FURB e coordenador do GPHAVI, Gilberto Friedenreich dos Santos, juntamente com o mestrando pela FURB, Martin Stabel Garrote, e da bióloga Vanessa Dambrowski, produziram o texto “*Colonização, desenvolvimento e ações antrópicas na Floresta Atlântica do Parque das Nascentes em Blumenau*”. Trata-se dos primeiros resultados da pesquisa que este grupo vem desenvolvendo sobre o tema.

O mestrando da UFSC, Cleber Rudy, com o seu artigo *“Aversão ao clero na primeira República em Santa Catarina”*, apresenta parte dos resultados da sua pesquisa “Entre a luz e as trevas: cultura libertária e aversão ao clero em Santa Catarina (1910-1940)”. O autor destaca e analisa os embates ocorridos através da imprensa entre segmentos anticlericais e os padres católicos.

Através da coluna Fragmentos da nossa história local publica-se *“O Incêndio do Arquivo Municipal em 1958”*. Trata-se de dois textos. O primeiro, intitulado *Lamentável ocorrência*, escrito pela municipalidade, lamenta as perdas e agradece às empresas, soldados do 23º Regimento de Infantaria, funcionários municipais e ao destacamento da polícia local pelo empenho no combate às chamas e salvamento do restante da prefeitura e fórum. O segundo texto é o relatório produzido pela perícia técnica relacionado ao episódio ocorrido.

A memorialista Brigitte Fouquet Rosenbrock, ao fazer uso das suas lembranças, reproduziu para o leitor um momento da história urbana da cidade, que intitulou *“Uma caminhada pela Rua São Paulo”*.

Em **Autores Catarinenses**, Enéas Athanázio apresenta *“Ele queria ser cientista”*. Tece comentários sobre a obra literária *“A sétima caverna”*, de autoria de Harry Wiese. Nesta mesma coluna o autor traz outros informes e discorre sobre literatura catarinense.

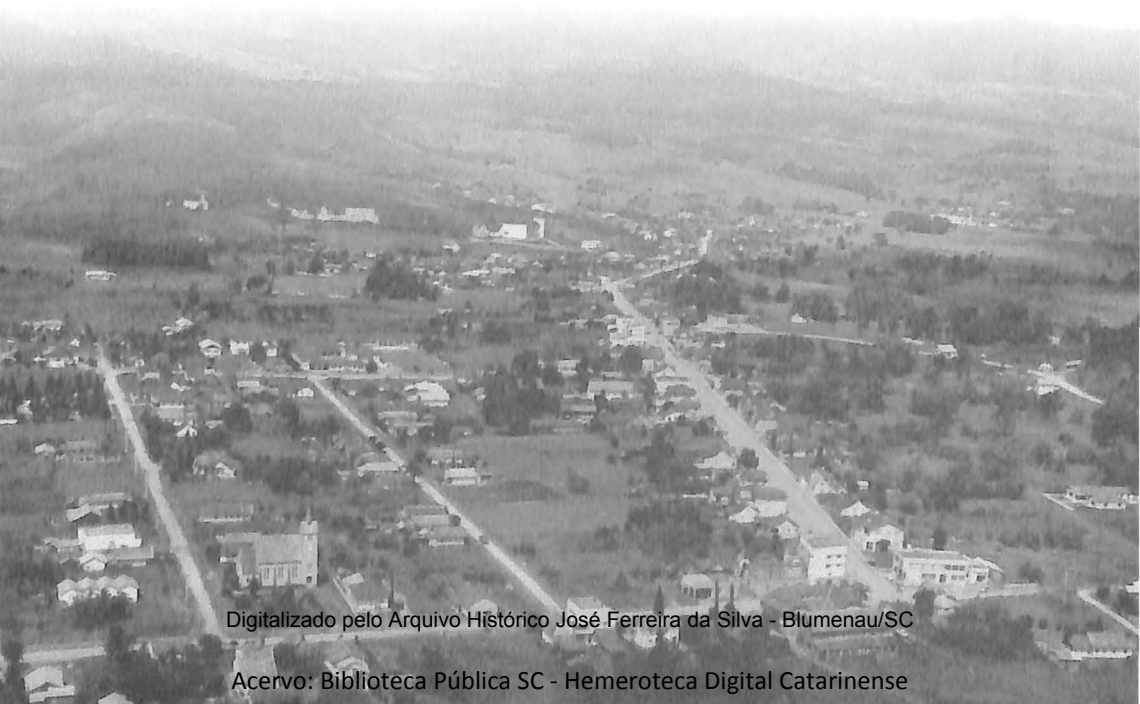
Finalizando, é apresentado o **Índice Geral**, que orienta o pesquisador com as indicações de títulos e autores publicados ao longo do ano 2008.

Deixamos o convite para os memorialistas, historiadores e pesquisadores a escreverem textos para as colunas Artigos, História & Historiografia, Memórias e Crônicas do Cotidiano.

Sueli M. V. Petry
Diretora da revista Blumenau em Cadernos

NEU- BREMEN

(Município Blumenau)



Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

NEU BREMEN¹

MUNIZIP BLUMENAU

Wenn Sie hören, dass jemand von Neu-Bremen spricht, dann denken Sie im Stillen: “Ein Glück, dass ich kein Asthma habe.”

Denn die meisten kennen Neu-Bremen nur als Asthma-Kurort.

Neu-Bremen hat aber noch eine andere Bedeutung. Infolge seiner zentralen Lage in der Hansa ist Neu-Bremen der Ausgangspunkt der Kolonisation der oberen Gebiete am Rio Hercilio. Seit kurzem werden die Ländereien am Rio Dollmann vermessen, und infolge des fruchtbaren Landes finden die Kolonien reizenden Ablass. Auch ist eine Neueinwanderung von Deutschen in Aussicht genommen, die geschlossen am Dollmann angesiedelt werden sollen. Alle diese neuen Bewohner, und die aus den Tiefen: Scharlach, Antenbach, Laeiz, Tatú, Cam. De Meio und Plate erledigen ihre Hauptgeschäfte in Neu-Bremen und beleben dadurch den Berkehr.

Neu-Bremen besitzt Post, Telegraf und meteorologische Station. Alle Handwerke sind vertreten, angesungen Sägewerk, Tischler, Stellmacher, Schuhmacher, Klempner und, als letzte Errungenschaft, haben wir einen Garapeiro.

Für die geistige Entwicklung sorgen 2 Kirchen und 2 Schuhlen. Das gesellschaftliche Leben konzentriert sich in den verschiedenen Vereinen, Schützen-, Gesang-, Theater-, und Skatklub.

Für die Erneuerung und Instandhaltung unserer Zähne sorgt ein Zahnarzt, was sehr notwendig ist, da das gegenwärtige Leben uns manche Nuss zu knacken gibt. Für das leibliche Wohl sorgen 2 gut assortierte Geschäfte, ferner 3 Schlachtereien und eine Bäckerei. Für die kalte Jahreszeit liefert eine Töpferei die Kachelöfen.

1 FONTE: Blumenauer Volkskalender für das Jahr 1934 – Zweiter Jahrgang – Herausgeber: Nietsche & Söhne, Seite 133.

NEU- BREMEN - (MUNICÍPIO BLUMENAU)

Quando se ouve falar sobre Neu-Bremen, logo se pensa: “que sorte eu não ter asma”.

A maioria das pessoas conhece Neu-Bremen somente como um centro de recuperação.

No entanto, Neu-Bremen ainda tem um outro significado. Por causa de sua localização central, Neu-Bremen é o ponto de partida da colonização na região ao norte do Rio Hercílio. A demarcação de terras junto ao Rio Dollmann é recente e, devido à fertilidade do solo, as colônias têm uma grande aceitação. Também está prevista uma nova imigração de alemães e todos deverão ser assentados ao longo do Rio Dollmann. Todos esses novos moradores como também os moradores das tifas: Scharlach, Antenbach, Laeiss (Sic), Tatu, Caminho do Meio e Plate realizam seus negócios em Neu-Bremen, ativando dessa forma a economia.

Neu-Bremen possui correio, telégrafo e estação meteorológica. Todos os ofícios estão representados, tem serraria, carpinteiro, segeiro, sapateiro, serralheiro e a última conquista foi um garapeiro.

Existem duas igrejas e duas escolas para o desenvolvimento espiritual. A vida comunitária concentra-se nas diversas Sociedades de tiro, canto, teatro e clube na cidade.

Existe um dentista para renovação e manutenção dos dentes, isso é considerado muito importante, já que a vida nos impõe a quebrar galhos. Existem duas casas comerciais com um bom sortimento de mercadorias, mais três açougues e uma padaria, que se encarregam do bem-estar pessoal. Uma olaria fornece fornos para o inverno.

A juventude também tem seus direitos preservados, assim extravasa sua energia com jogos de futebol.

Auch die Jugend kommt zu ihrem Recht, indem sie sich beim Fussballspiel austoben kann.

Eine Gommafabrik in Rafael, 2 Mahlmühlen, eine Reismühle und 2 Molkereien sind die Gewähr für einen normalen Produktenabsatz. Das Emporblühen der “Liga Economica Hansa” ist hauptsächlich dem Umstand zuzuschreiben, dass ihre Geschäftsstelle in Neu-Bremen liegt und von hier aus gute Verbindungen mit den verschiedenen Ortsgruppen zu erlangen sind. Auch die Verteilung der neuen Ramiepflanzen von der Firma Renaux-Brusque, ging zum grössten Teil von Neu-Bremen aus.

Durch verständnisvolles Entgegenkommen des Herrn Intendenten erhält Neu-Bremen auf der Hauptstrasse Macadam.

Alles in allem können wir Neu-Bremen jedem Erholungsbedürftigen empfehlen, da es infolge seiner kühlen Lage (250 Meter) und seiner idyllischen Lage am Rio Hercilio geradezu als Ferienaufenthalt geschaffen ist.

A. V.

NOVA TRENTO²

Die ersten Kolonisten kamen hier an im Jahre 1875. Es waren lauter italienische Südtiroler, daher der Name Nova Trento. Noch war alles Urwald. An der jetzigen Villa fanden sie aber eine grosse, jedoch zerfallene Sägerei, gegründet im Jahre 1856 von 5 Nordamerikanern, die sich aber bereits verzogen hatten. Mit Zunahme der Vervölkerung wurde Nova Trento 1883 ein Distrikt von Tijucas um endlich 1892 ein eigenes Munizip mit jetzt drei Distrikten. Nur im 3. Distrikt hauptsächlich, wohnen einige hundert deutsche Familien, worunter einige vor kurzem eingewanderte Reichsdeutsche, die sich durch Unternehmungslust

2 FONTE: Blumenauer Volkskalender für das Jahr 1934 – Zweiter Jahrgang – Herausgeber: Nietsche & Söhne, Seite 135.

Em Rafael existe uma fábrica de amido, duas moendas, uma moenda de arroz e duas leiterias, que garantem a comercialização dos produtos no mercado. O desenvolvimento da “Liga Econômica Hansa” deve-se ao fato do centro de negociação estar em Neu-Bremen, sendo assim possível manter uma boa relação com os diversos grupos da redondeza. Também a distribuição de mudas de rami, feita pela Firma Renaux de Brusque, partiu em grande parte de Neu-Bremen.

Pela compreensão do senhor Intendente, foi colocado macadame na rua principal de Neu-Bremen.

Ainda podemos recomendar Neu-Bremen para convalescentes e para quem necessita de descanso, devido à altitude, (250m) e de sua localização idílica.

NOVA TRENTO

Os primeiros colonos chegaram aqui em 1875. Todos eram italianos oriundos do sul do Tirol, por isso o nome Nova Trento. Ainda era mata virgem. No lugar da atual vila eles encontraram uma serraria em estado de abandono, que fora fundada em 1856 por cinco norte-americanos, mas estes já haviam se retirado. Com o aumento da população Nova Trento tornou-se distrito de Tijucas em 1883, e em 1892, finalmente, foi elevada à categoria de município, agora com três distritos. Somente no terceiro distrito moram algumas centenas de famílias alemãs, entre estas alguns recém-imigrados alemães, que se destacam pelo seu empreendedorismo. Um número expressivo de poloneses e ucranianos vive em uma comunidade fechada. A maioria dos dez mil habitantes é de confissão católica. A vida religiosa floresce, assim como comprovam parte das belas capelas e a participação ativa da população nas festas de Igreja.

vorteilhaft hervortun. Auch eine grössere Zahl Polen bzw. Ruthenen wohnen in geschlossenen Niederlassungen. Die Bevölkerung, etwa 10 000 Seelen, ist überwiegend katholischer Konfession und das religiöse, kirchliche Leben sehr blühend, wie die vielen, zum Teil recht schönen Kapellen und die rege Teilnahme an Kirchenfesten beweist.

Das Munizip ist in seiner ganzen Länge vom Rio Braço durchflossen, dessen Ufer bald schöne, fruchtbare Ebenen, bald hohe, waldige Gebirgszüge bilden. Zahllose Bergbäche durchschneiden die meist engen Seitentäler und treiben viele Mühlen, namentlich Farin-Mühlen und Sägereien. Holz und Mandiocamehl sind die Hauptaushfuhrartikel, aber auch Bohnen. Wein von Trauben, und Laranjas wird bereitet und sogar Kaffee. Früher hiess Nova Trento das "Munizip des Weines und der Seide", welch letztere Industrie hauptsächlich im Konvent der Ordensschwesteren blühte und prämiert wurde. Jetzt aber haben Krankheiten sowohl die Reben, wie auch die Seidenraupen zerstört.

Die Verkehrswege sind durchweg in gutem Stande. Post und Caminhões sorgen für bequeme Verbindung, besonders mit der Hauptstadt, die aber 80 Kilometer entfernt ist.

Die Villa Nova Trento macht einen freundlichen Eindruck und bietet einen romantischen Anblick, von welcher Seite her man kommen mag. Sie liegt auf beiden Seiten des Ribeirão Alferes, über den zwei Brücken führen, an dessen Mündung in den Rio Braço, über den eine grosse eiserne Brücke führt. Die grosse romantische Pfarrkirche, wie auch die gothische Virgiliuskapelle an der Praça, nebst manchen anderen Kapellen, in der Umgebung zeugen von dem religiösen Sinn der Bewohner.

In neuester Zeit ist auch ein Hospital erstanden, das, obgleich noch nicht fertig, sehr viel in Anspruch genommen, und von den hiesigen Ordensschwesteren bedient wird. Seit 1928 existiert hier auch eine bedeutende Weberei mit elektrischem Betrieb, mit etwa 60 Arbeitern und 48 Webstühlen. Es ist dies eine Filiale der Firma Renaux in Brusque unter Direktion des Herrn Heinrich Harke, der sich um Nova Trento recht verdient macht.

O município é cortado pelo rio Braço em toda sua extensão e suas margens se alternam entre belas e frutíferas terras planas e cadeia de morros com vegetação nativa. Inúmeros riachos cortam os estreitos vales secundários e movem inúmeros moinhos de farinha e serrarias. Madeira, farinha de mandioca e feijão são os principais produtos de exportação. É fabricado vinho de uva, de laranja e até de café. Antigamente, Nova Trento era denominado o município do vinho e da seda. A indústria da seda florescia principalmente no Convento das Irmãs e chegou a ser premiado. Mas agora, doenças tomaram conta das vinhas e também destruíram o bicho da seda.

Os meios de comunicação estão todos conservados.

Correio e caminhões se encarregam para uma conexão confortável, principalmente com a capital, a oitenta quilômetros de distância.

Tem-se uma impressão agradável da vila de Nova Trento e ela oferece uma visão romântica seja de onde for. Ela se estende aos dois lados do ribeirão Alferes, sobre o qual existem duas pontes. Este ribeirão deságua no Braço, sobre o qual há uma grande ponte metálica. A grande Igreja em estilo romano, bem como a capela Virgílio em estilo gótico, além de outras capelas, demonstram a religiosidade da população.

Recentemente foi construído um Hospital, embora ainda não esteja concluído, já está sendo usado e administrado pelas irmãs de caridade. Desde 1928, também existe uma tecelagem movida à eletricidade com cerca de sessenta trabalhadores e quarenta e oito teares. É uma filial da Firma Renaux de Brusque e está sob a direção do senhor Heinrich Harke, que prestou relevantes serviços em Nova Trento. Ainda vale registrar que a vida política é bastante movimentada, e também o esporte tem seu lugar com os dois campos de futebol. Da mesma forma, a banda de música é bem conceituada.

Es ist noch zu bemerken, dass das politische Leben sehr lebhaft ist, wie auch der Sport, für den zwei Fussballplätze sorgen. Auch die Musikbande steht weit und breit in gutem Rufe.

TROMBUDO³

Als im Jahre 1917 in der Blumenauer Presse eine rührige Propaganda einsetzte, zu Gunsten der Besiedlung von Neuland, das an den Oberläufen der Flüsse im heutigen Munizip Rio do Sul noch reichlich vorhanden war, machte sich eine Gruppe in der “Mulde” wohnender Kolonisten auf, und suchten und fanden eine neue Bleibe am Oberlauf des Trombudo, der bis zur Mündung des Braço schon von Italianern besiedelt war. Erst im Canoe, dann durch die Messpikaden, dann durch die provisorische Strasse, die sie sich mit einer Unterstützung von 500 Reis pro Meter von seiten der Regierung selbst bauten, zogen die “Muldischen”, Sachsen und Pommern, einträchtiglich in den tiefen Urwald und erschlossen das herrliche Gebiet, das heute jeden Besucher begeistert.

Als 1920 das Syndikat die vorbildliche Strasse nach Lages baute, gründete es den heutigen Stadtplatz “Trombudo Central” an der Mündung des “Braço”, dem Ausgangspunkt besagter Strasse. Bald wurde nun auch der Braço mit deutschstämmigen Kolonisten besiedelt, und der Stadtplatz entwickelte sich überraschend schnell zu dem reizenden Ort, der heute der Sitz eines Friedensgerichtes und einer Munizipalintendenz ist, mit einer schmucken evangelischen Kirche, einem schön gelegenen und schön eingerichteten Hospital, grossen Geschäftshäusern, Konsumverein, Hotel, verschiedenen Industrien, wovon die bedeutendste die “Fecularia Lorenz” ist.

3 FONTE: Blumenauer Volkskalender für das Jahr 1934 – Zweiter Jahrgang – Herausgeber: Nietsche & Söhne, Seite 143.

TROMBUDO

No ano de 1917, quando a imprensa blumenauense iniciou uma ativa propaganda em benefício da colonização em Neuland, localizado rio acima do atual município de Rio do Sul, ainda com bastante terra disponível, um grupo de colonos de Mulde resolveu procurar e também encontrou um lugar para se estabelecer na parte superior do rio Trombudo, habitado por italianos até a foz do Braço.

Primeiro, os moradores de Mulde, saxões e pomeranos foram de canoa, atravessaram as picadas demarcadas, depois, por caminhos provisórios que eles mesmos construíram com subsídio parcial do governo de 500 Réis por metro, embrenharam-se na mata e colonizaram a maravilhosa região, que hoje em dia encanta a todos.

Em 1920, quando o Sindicato construiu a exemplar estrada para Lages, foi fundado o atual Stadtplatz “Trombudo Central” na foz do Braço, ponto de partida da mencionada estrada. Logo, o Braço do Trombudo também foi colonizado e o Stadtplatz se transformou rapidamente num lugar encantador, que hoje abriga o Fórum, Intendência Municipal, bem como uma bonita igreja evangélica luterana, um hospital bem equipado e localizado, grandes casas de comércio, cooperativa, hotel, diversas indústrias dentre as quais se destaca a “Fecularia Lorenz”.

A pacificação documentada (1921-1927)

ANOS MELHORES



Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

A PACIFICAÇÃO DOCUMENTADA (1921-1927) ANOS MELHORES - PARTE IV

Rafael Casanova de Lima e Silva Hoerhann¹

Em meados de dezembro de 1921, Hoerhann partiu, junto de dois guerreiros Botocudo, para a capital do Estado de Santa Catarina, onde houve uma conferência com o governador a fim de resolver a questão das terras e da falta de apoio governamental. Lá foram expostos todos os problemas do Posto Indígena Duque de Caxias. Mas o primeiro oficial da Diretoria do SPI, Humberto de Oliveira, declarou publicamente que ainda permanecia incapacitado, pois a encampação das terras de propriedade da Cia. Colonizadora Hanseática não estava definida. Contudo, afirmou que a demarcação definitiva das terras destinadas à criação da reserva indígena estava prevista para o ano de 1922.²

O governador Hercílio Luz sensibilizou-se com a exposição das infundáveis adversidades enfrentadas pelo Posto e prometeu pagar, dentro de trinta dias, todos os auxílios atrasados, os quais somavam na época, nove milhões de réis. O governador também abriu um crédito especial de três milhões de réis que foram pagos no ato ao encarregado, como auxílio para o corrente ano. Ademais, após ter reconhecido o importante trabalho realizado pelo SPI do Alto Vale do Itajaí em prol do desenvolvimento das colônias, Hercílio Luz encarregou-se de promover um aumento de seis milhões de réis no auxílio anual prestado pelo Estado ao Serviço. No êxtase de tantas promessas, Hercílio Luz ainda encontrou tempo para admirar os indígenas presentes na ocasião:

1 Doutorando na UFSC sob a orientação do Dr. Valmir Muraro.

2 Cf. Ibidem. Mês de dezembro. 1921.

S. Exa. mostrou o mais vivo interesse pelos índios botocudos que o encarregado consigo tinha trazido, julgando-os os typos de índios mais bellos e fortes que até ahí tinha visto. Mandou fornecer a ambos, por conta do Estado, roupas, ferramentas e outros brindes. Por ocasião da despedida foi o encarregado abraçado e felicitado cordealmente pelo Sr. Governador, que declarou que poderia voltar para o seu Posto, levando toda a certeza de informar-se-ia, d'ora em diante, com maior interesse, da continuação regular de todos seus serviços, serviços estes que auxiliaria sempre com todo seu apoio.³

Não há no relatório de 1922, qualquer informação a respeito do cumprimento das promessas feitas pelo político. Não chegou o dinheiro esperado, nem ao menos o veneno para exterminar formigas, pois o procedimento para isto ainda permaneceu o mesmo durante todo o ano. Em compensação foi o período mais tranqüilo desde então, no sentido da realização das tarefas rotineiras por parte dos Botocudo no Posto e pela ausência de hostilidades entre os dois lados: funcionários e indígenas.

No mês de junho foi construída uma grande moradia definitiva para os indígenas: “mostravam sempre o mais franco entusiasmo e foram este mez, deveras incansaveis no serviço muito penoso da extração de tabatinga; serviço este aliaz, compassado e monotono que não coadunava com a índole d’elles.”⁴ Assim, os indígenas não mais precisariam queimar seus ranchos, pois seriam mais resistentes. Uma prática comum de sua cultura a qual agora estava sofrendo uma pequena modificação.

Não diferente, a maior parte do ano de 1923 pode ser considerada serena em relação aos anos anteriores a 1922, embora no relatório anual faltem os meses de janeiro, setembro, outubro e novembro. Mas ao verificarmos a ausência de registros de quaisquer alterações na

3 Ibidem.

4 Ibidem. Mês de junho. 1922.

rotina do Posto, pelo contexto anual, pôde-se especular a serenidade⁵, assim como também podemos sugerir que nenhum acordo com a companhia colonizadora foi definido e nem a chegada da ajuda anual orçamentária, sob a responsabilidade do governo estadual. Como pôde observar o editor do jornal *Der Urwaldsbote*, Eugen Fouquet, ao deixar registrado seu parecer acerca dos trabalhos prestados pelo SPI e a miséria vivenciada:

O que o Sr. Hoerhann conseguiu, não apenas beneficiou os índios, mas também aos colonos que desde então trabalham despreocupados, vivendo em paz. Se os Botocudos, que viviam em pé de guerra, não tivessem sido pacificados, a colonização do alto Itajaí não teria progredido tanto nos últimos dez anos.

Mas agora, o serviço ao índio está enfrentando um período crítico por culpa do governo, que não lhe repassa as verbas necessárias. Há muito tempo os pagamentos estão sendo feitos de forma irregular e às vezes nem chegam, e isto está resultando numa grande desordem. Para o sustento da estação, o governo federal concedeu uma verba de cinco Contos e o governo estadual um complemento de três Contos anuais. A soma não é muito alta considerando a desvalorização da moeda. Apenas serve para o mais urgente, como o modesto salário do dirigente da estação, os salários dos empregados, que são em média doze, o abastecimento de mantimentos, vestimentas e utensílios para os índios que somam trezentas pessoas, e o que é necessário para a conservação do empreendimento⁶.

Como foi comentado no segundo capítulo deste trabalho, o SPI em nível nacional sofreu com a redução das verbas necessárias entre os anos de 1915 a 1924, quando o pagamento das dívidas internas foi efetuado. E é isso que iremos conferir com a análise do relatório de 1924 no parágrafo seguinte.

Chegou de fato o terceiro ano no qual os Botocudo

5 Cf. Idem. Ano de 1923.

6 FOUQUET, E. A decadência da prestação do serviço ao Índio em Blumenau. Tradução de Annemarie Fouquet Schünke Publicado originalmente no jornal *Der Urwaldsbote* 28 jul. 1923. In: **Blumenau em Cadernos**. Blumenau: Fundação Cultural de Blumenau.. Tomo XL, Abril/1999. n. 4. p.9.

“compreenderam” a necessidade de cooperar no trabalho para seu auto-sustento e melhor convivência em grupo. Exceto alguns indivíduos que precisaram coletar a sua essencial semente dos pinheirais, não há ocorrências significantes sobre a resistência em não trabalhar. Eles participaram assiduamente, no ano de 1924, das construções de grandes celeiros cujas matérias-primas são as palmas para a confecção dos telhados, encontradas a oito quilômetros de distância no mato adentro. O encarregado do Posto reconheceu o valor deste auxílio prestado e registrou que sem eles a árdua tarefa não se finalizaria. Uma estratégia usada para manter os Botocudo no trabalho registrada no relatório, era a promessa de que, em breve fabricariam melado, uma vez que haviam freqüentes reclamações por parte dos guerreiros Botocudo, suas mulheres e prole desejavam comer alimentos doces. A promessa foi cumprida, pois todo o melado produzido no Posto havia sido distribuído para os indígenas. Era o único produto que não comercializado, em virtude dos indígenas consumirem o melado e o açúcar mascavo de forma compulsiva. Neste ano de 1924, outro ponto favorável para a assídua ajuda dos Botocudo no ofício, foi a escassez de pinhões nos planaltos, impedindo a ausência no Posto de um contingente considerável. Entretanto, as desagradáveis ocorrências limitaram-se nos estados sanitários dos funcionários do SPI e dos indígenas. Entre estes últimos as moléstias mais comuns eram geofagia, malária, conjuntivite e a gripe:

os indios que foram tão violentamente atacados pela irrupção inesperada da gripe, no mez proximo passado, graças aos incessantes desvelos e energica medicação, restabeleceram-se na sua quase totalidade. Não se pôde, porem, apesar de todas as medidas empregadas, e do mais rigoroso isolamento, evitar que além destes, ainda outros indios fossem contagiados pela mesma molestia, que lhes é tão traiçoeira e que já tantas victimas colheu entre as gentes de sua tribu. No correr deste mez, foram tratados e medicados trinta e seis doentes, dos quaes alguns em estado bem grave.⁷

7 HOERHANN, E. **Relatório do Serviço de Proteção aos Índios**. Mês de junho. 1924.

Quando os indígenas estavam saudáveis, muitas vezes não existia a paciência por parte dos Botocudo em aguardar o total amadurecimento das canas, como já foi relatado nesta pesquisa. O problema maior era que eles arrancavam a haste da cana com a raiz, impossibilitando o reaproveitamento dos brotos. Hoerhann conta que, apesar das constantes recomendações, os indígenas alegavam que ele não poderia culpá-los uma vez que Hoerhann não presenciou o flagrante desta atitude. Hoerhann tentava explicar, que a cana-de-açúcar não possuía a finalidade para ser chupada, deveria ser utilizada apenas, para a confecção de melado e açúcar mascavo. Outro argumento dos Botocudo em favor da depredação das plantações de cana, era de que a maior parte da produção, amiúde se perdia por causa das fortes geadas. Então para os indígenas não havia sentido na proibição de degustar a cana em sua forma natural. Nesse ponto o encarregado não deixa de lhes dar razão e justifica:

Referem-se os índios aos grandes prejuízos que de facto houve durante mais de dois annos, em que não foi possível fabricar assucar nem melado, por faltar ao Posto uma caldeira de cobre apropriada. E assim foi que os botocudos se acostumaram a saquear os canaviais, saque este que tem augmentado espantosamente. Com a insaciabilidade que lhes é peculiar, tanto homens, como mulheres e menores, não só para chupar a canna na occasião, como também para leval-a escondida, no dia seguinte, para outros índios no matto ou para chupal-a durante o dia, nas roças, interrompendo com isto o trabalho.⁸

A falta de pequenos utensílios para a realização dos mais simples afazeres era suficiente para que os líderes do SPI perdessem na argumentação, ficando difícil evitar um caso desagradável como este exemplificado na referência supracitada. Muitas coisas que se pretendia realizar não eram concretizadas, simplesmente, como se pode notar, porque a maioria das promessas feitas pelo governo, no calor da emoção,

⁸ Ibidem. Mês de agosto, 1924.

não era cumprida. Fazendo com que o SPI se auto-sustentasse de maneira precária e utilizasse argumentos pouco convincentes para os indígenas, a fim de mantê-los nos trabalhos. Nunca existiu um milagre para manter a persuasão – tática-chave da ideologia do SPI – mantenedora da disciplina e da compreensão. Os indígenas trabalhavam demasiadamente para o próprio sustento e o de suas famílias, mas provavelmente, não consideravam o modo de vida imposto, muito superior ao tradicional, pois as únicas vantagens era a ausência da fome e da arriscada vida no meio da selva, cercada por povoados em desenvolvimento. Na cultura original dos Botocudo, não existia a vadiagem, como o próprio Hoerhann observou, eles trabalhavam quando precisavam e descansavam após o encerramento de suas atividades dentro da comunidade.

O SPI, como entidade em nível nacional não possuía o poder de sensibilizar o governo – para garantir o mínimo de verbas para sua sobrevivência – apesar de seu trabalho ser reconhecido por alguns governantes contemporâneos a ele. Um exemplo disso, é o pronunciamento feito pelo deputado Basílio de Magalhães na Câmara em 1924, a respeito dos Botocudo instalados em Santa Catarina e das distorções de informações promovidas pela imprensa:

Que os botocudos de Santa Catharina foram e estão pacificados, graças ao benemerito joven que traz nas veias o sangue de Caxias e que lá dirige o Posto do Serviço de Protecção – não fui eu só quem o affirmou: foi tambem o digno representante daquelle Estado Sr. Adolpho Konder. A noticia dada pelo *Jornal de Joinville* e reproduzida em Curitiba pelo *Diario da Tarde* de julho ultimo não é verdadeira. Não foram os Botocudo que se revoltaram em meados deste anno, no municipio de Blumenau: - foram trabalhadores nacionaes, que por motivo de atrazo no recebimento de seus salarios (imagine-se um atrazo de seis mezes para os pobres jornaleiros, neste tempo de carestia!), se amotinaram irreflectidamente e atacaram o allemão Straube, funcionario do Serviço de Protecção. A isso que se

reduz o tão explorado e tão macaqueado “levante de índios botocudos” em Santa Catharina. Mas (coisa curiosa!) enquanto brasileiros detrahem o Serviço de Proteção e não teem uma palavra de louvor para o joven e intrepido heróe da conquista das mattas de Santa Catharina – tecem-lhes rasgados elogios aos estrangeiros esclarecidos que habitam e mourejam naquella região. Além de um artigo inserto no *Deutsche Zeitung Der Kompas*, de Cutityba, em 22 de Abril de 1916, e *Der Urwaldsbote*, de Blumenau, em 7 de Novembro de 1922 e em números anteriores, referiram aos episodios de pacificação com effusivos aplausos a Eduardo de Lima e Silva. Do Sr. José Deeke, director da colonia “Hansa” e autor do livro *Das Munizip Blumenau und seine Entuicklinggeschbe*, existe um relatorio publicado no corrente anno com o titulo *Die Botokuden am Rio-Plate* que é a mais completa e veridica narração feita por penna alienigena, da redução dos índios catharinenses. A Eduardo de Lima e Silva dedicou D. Emma Deek, esposa do Sr. José Deeke, bellissima poesia em allemão sob a epigraphe *Katanghara*, publicada há pouco em um almanack de Blumenau.⁹

O ano de 1925 chegou sem a definição governamental à demarcação da área indígena, completando pelo menos seis anos desde a primeira esperança desse caso insolúvel. Cada vez mais, o Posto se via cercado de núcleos coloniais e os indígenas sequer podiam dar um passo que já se encontravam nas grandes porções de terras das companhias colonizadoras. Mesmo com a pacificação, prestes a completar onze anos, ainda era impossível evitar que os Botocudo visitassem seus antigos territórios tradicionais:

Como já vos comuniquei, Sr. Dr. Inspector, por telegramma, fui informado pelo director da Companhia Colonisadora Hanseatica, de que os índios botocudos, em meados deste mez, tinham apparecido varias vezes, nos pinheirae do Alto Rio Krauel, molestando com suas visitas, os novos colonos allemães alli localizados. Tomei immediatamente todas as providencias ao meu alcance, a fim de que se não repetissem taes visitas importunas, e para que cessasse este intoleravel estado de cousas, que

9 MAGALHÃES, B. (discursos pronunciados na Câmara). **Em defesa do indio e das fazendas nacionaes**. 1924.

facilmente poderá gerar as mais indesejáveis e graves consequências.

Prendendo-se estas ocorrências, intimamente á velha e sempre protelada questão de terras para os índios, cuja urgente solução é de vital interesse para todo o Serviço aqui, julgo de meu dever, enviar-vos, Sr. Dr. Inspector, em separado, um memorial, relatando todos os pormenores, em que transcreverei, para melhor e mais exacta orientação vossa, as reclamações escriptas por mim recebidas, bem como prestar-vos-ei contas das medidas por mim tomadas, unicas possíveis e adequadas, afim de dirimir, se bem que provisoriamente, tão calamitosa emergencia.¹⁰

A situação dos indígenas começou a se agravar devido à falta de territórios para suas incursões. Como foi relatado anteriormente, os Botocudo possuíam poucas terras para circularem livremente. Ademais, o que não dispunham no Posto, iam buscar nas fazendas particulares e assim, não eram bem recebidos pelos colonos locais, que logo tomavam providências e reclamavam freqüentemente da situação com Hoerhann. Eduardo Hoerhann aproveitou o momento na citação acima, para implorar por uma resolução rápida e eficiente para a questão das terras ainda não demarcadas para os indígenas.

Em abril, repetiram-se as incursões para os pinheirais do alto do rio Krauel e recomeçaram a indisposição dos Botocudo para trabalhar. Auxiliaram somente no corte de cana-de-açúcar, pois, conforme já explicado, essa colheita era o indicativo para a produção de melado e açúcar mascavo. Mesmo assim, um grupo de Botocudo permaneceu ausente por quase todo o mês, investindo nas visitas aos novos colonos regionais, para fazerem inúmeros pedidos. Hoerhann conseguiu fazer com que o grupo retornasse ao Posto a fim de se evitar a repetição das visitas, mas:

Evidentemente, porem, não pode o Encarregado garantir, que d'ora avante, não mais se verifiquem esses desagradáveis attritos entre colonos e botocudos, pois, a

10 HOERHANN, E. Relatório do Serviço de Proteção aos Índios. Mês de março. 1925.

tal absurdo chegamos, que o índio não pode ultrapassar o perímetro do Posto, por um passo sequer, sem invadir lotes de colonos estrangeiros.

Fica, portanto, mais uma vez patente, do mais flagrante modo, o quanto é imprescindível e urgente, a demarcação definitiva de terras devidamente amplas, para os índios, como aliás sabeis perfeitamente, Sr. Dr. Inspector, que durante tantos annos esgotastes todas as medidas, no sentido de obter para esta sediga questão, uma solução urgente e favorável.¹¹

E, para finalizar o relatório do mês, Hoerhann concentrou sua reclamação no comportamento de algumas mulheres Botocudo, as quais não estavam mais interessadas em se manterem sob a ordem estabelecida no Posto:

Tambem quanto aos índios, assim chamados "internos", nada há que dizer de favorável, principalmente das mulheres. Com excepção de uma única, as outras, casadas no Posto há tres annos, talvez instigadas pelos eternos rebeldes e descontentes, e insubmissos recalcitrantes, entenderam de dar largas ao seu insopitavel pendor para a preguiça, abandonando seus maridos e seguindo furtivamente, com os outros, para os pinheirais. Os maridos, por ordem do Encarregado, foram ao encalço de suas mulheres, trazendo-as immediatamente, de volta para o Posto. Desde este tempo, negam-se com invencível obstinação, a fazer qualquer trabalho, por minimo que seja, mesmo o serviço de casa e cosinha, que faziam regular e quotidianamente.¹²

O ano 1925 marcou do recomeço da insatisfação por parte de alguns grupos de Botocudo. De janeiro a julho estão registradas nos relatórios, diversas formas que os indígenas encontravam para se esquivar dos afazeres. A forma mais eficiente para manter distância do Posto Duque de Caxias eram as inconstantes e incontroláveis incursões aos pinheirais. Hoerhann registrou que arranjavam as mais variadas justificativas para não se ocuparem com o penoso labor do dia-a-dia: fingiam estar doentes, ou

11 Ibidem. Mês de abril. 1925.

12 Ibidem.

cuidar dos enfermos, diziam que precisavam fazer o preparativo de sua grande festa – não acontecida há muitos anos – entre inúmeros argumentos. Outra constância, além dos saques às plantações, era o abatimento desnecessário de animais criados no Posto. O caso da morte da melhor novilha, foi atribuído ao indígena Vaipônema, que esquartejou o animal, levou sua carne para o mato, mas quando escondeu seus ossos à beira do rio, esqueceu-se de um cesto que lhe pertencia: *Não obstante ter ficado claramente provado, ter sido elle o auctor desta má acção, e fallar-lhe o Encarregado com toda calma e brandura, negou-a insolente e teimosamente, afirmando obstinadamente ter sido o..... tigre*.¹³

Quando a pacificação recém completou onze anos, aconteceu um episódio entre os indígenas e os funcionários do SPI que poderia ter finalizado de vez a atuação prestada pelo órgão nesta localidade. Com a chegada de diversos e grandes grupos de Botocudo ao Posto, somados em duzentos e seis indivíduos, ficavam cientes que nenhum funcionário poderia lhes impedir de fazer o que quisessem. Quando se reuniam em grande contingente, paravam imediatamente todas as suas atividades e impediam que elas fossem realizadas por outrem. Um grande grupo subtraiu vários objetos dos operários do SPI, mas que foram logo recuperados dentro do acampamento indígena. Os guerreiros alertados da recuperação mobilizaram-se e foram atrás daqueles que a promoveram não perdendo tempo em ameaçar de morte os responsáveis. Incansavelmente, os guerreiros afirmavam que os funcionários só estavam com vida, devido a sua generosidade e piedade em não querer matar todos os residentes “civilizados.” A revolta durou apenas alguns dias, até quando os espíritos dos indígenas se desinflamaram. O encarregado não conseguiu obter respostas que justificassem o comportamento subversivo dos Botocudo.¹⁴

13 Ibidem. Mês de agosto. 1925.

14 Cf. Ibidem. Mês de setembro. 1925.

Também está presente no relatório do mês de agosto de 1925, o primeiro caso de homicídio doloso ocorrido no Posto: uma criança foi morta por asfixia promovida pela própria tia. A criança de dez anos, chamada de Zãgnpópên, estava sob o cuidado de sua tia, Cángregñ, em virtude do falecimento de sua mãe vitimada pela gripe. O menino foi flagrado comendo barro, como era comum entre as crianças Botocudo, e, irritada, Cángregñ resolveu cessar definitivamente este seu hábito, sufocando-a com grandes quantidades de barro. Outras mulheres tentaram salvar Zãgnpópên, mas não conseguiram retirar, em tempo, o barro da sua garganta. Perplexos com o fato, todos os indivíduos da comunidade Botocudo cortaram relações com Cángregñ, que era mãe de oito filhos.¹⁵

A CRIAÇÃO DA RESERVA INDÍGENA DUQUE DE CAXIAS

O ano de 1926 começou com a visita do deputado Adolfo Konder¹⁶ e sua comitiva ao Posto Indígena Duque de Caxias, no início do mês de março. Quando chegaram ao local, foram recebidos por guerreiros que os cercaram, armados de flechas e tacapes. O guerreiro mais idoso quebrou uma flecha de guerra (ponta de metal) e uma de caça (ponta de madeira) em um gesto simbólico que significa: “Fazemos a paz contigo, submetemo-nos ao teu poder”. Em seguida, a comitiva partiu para a sede do posto ao encontro de Eduardo Hoerhann, para firmar o recebimento de mais vinte mil hectares destinados aos indígenas.

Na gravura seguinte, o deputado está no centro, sentado à mesa, no evento de três de março de 1926.

15 Cf. Ibidem.

16 Adolfo Konder tornou-se governador do Estado de Santa Catarina, em setembro de 1926.



Fig. 9: Visita de Adolfo Konder. (Acervo: Rafael Hoerhann).

Com essa visita o jornalista Ramos deu seu parecer:

O Posto “Duque de Caxias” é sem contestação, uma fazenda modelo, trabalho do selvicola, trabalho de um brasileiro illustre e abnegado, Eduardo de Lima e Silva que livrando os colonos das arremetidas selvagens dos botocudos, os aldeou no Plate, onde em menos de um decennio, demonstrou, praticamente, o que é tudo, a possibilidade da civilização do aborigene mais atrasado da selva brasileira. Mais atrasado sim, porque entre os tupys-guarany's não existe tribu como a dos botocudos, cujo rudimentar modo de viver, chegou ao ponto de desconhecer a pesca, as IGARAS (canoas).¹⁷

Em relação aos indígenas, o jornalista os dividiu em dois grupos distintos: o dos moços trabalhistas e o dos velhos anti-trabalhistas. O primeiro era formado por um grupo de aproximadamente setenta rapazes na faixa etária de catorze a dezoito anos, criados e educados no aldeamento. Tal grupo fazia todos os trabalhos no Posto: roçadas, capinagens, plantios

¹⁷ GUIMARÃES, O. Aldeamento “Duque de Caxias” Echos da visita do deputado Adolpho Konder. **A Cidade**. Blumenau, n. 26. 18, mar.1926. p. 1.

e outras ocupações da vida agrícola pastoril. Os integrantes usavam roupas somente dentro do Posto, abandonando-as quando seguiam para os acampamentos. O segundo grupo era formado por cerca de trezentos indivíduos. Esses indígenas não trabalhavam mais no Posto, não usavam roupas, permaneciam com os botoques, praticavam constantemente suas caçadas e estavam aldeados nas proximidades do Posto.¹⁸

O periódico **O Tempo** também fez uma reportagem a respeito da visita de Adolfo Konder, descrevendo sua penosa viagem até o Posto, a qual levava duas horas de canoa pelo rio. Na ocasião, após receber os agradecimentos do chefe do Posto pela visita, o deputado fez seu pronunciamento e assim foi registrado pela imprensa:

...sua exa. disse, que constata com satisfação os excelentes resultados obtidos pelo Serviço Federal, em Santa Catharina, resultados que são devidos quazi que exclusivamente á intelligencia e dedicação apostolar e ao superior patriotismo do sr. Eduardo Lima e Silva chefe desse serviço.

O illustre orador prosseguiu dizendo que o sr. Lima e Silva fez uma obra altamente patriótica e profundamente humana, sendo sob muitos aspectos a sua acção evangelisadora comparavel a de Nóbrega e Anchieta, apóstolos do gentio brasileiro. A seguir o dr. Konder condemnou as batidas feitas antigamente, as quaes qualificou de crime sem perdao, e que tanto depõem contra os nossos fóros de povo civilisado.¹⁹

Embora Adolfo Konder, com a melhor das intenções, tenha feito seu pronunciamento humanista e lisonjeiro aos trabalhos de Eduardo de Lima e Silva Hoerhann, citando-o como grandioso homem e patriota, foi um pouco além da razão cética, ao compará-lo com os missionários jesuítas. O que Hoerhann havia feito desde 1914, foi em função de sua ideologia em salvar e proteger os indígenas fisicamente e não os seus espíritos,

18 Cf. Ibidem.

19 RAMOS, O. A excursão do dr. Adolpho Konder ao Rio do Sul. Visita ao aldeamento dos índios botocudos. **O Tempo**. Florianópolis: p. 1 7, Mar. 1926. p. 1.

como pregam os adeptos do cristianismo. O pacificador acreditava, na sua condição de missionário, mas não no sentido religioso de ajudar os indígenas através da catequese e da devoção em Deus. A motivação de Hoerhann se baseava, sobretudo, na disciplina, na ordem e no trabalho. Ele realizava seus feitos pela força de vontade e crença no positivismo exaurido. Augusto Comte e o marechal Rondon eram os exemplos de personalidades que inspiravam Hoerhann, por isso ele não necessitou do auxílio nem da pregação de Jesus Cristo.

Em resposta aos calorosos elogios feitos na ocasião, Eduardo Hoerhann deixou sua opinião dos feitos até então realizados por aquela inspetoria, dirigindo-se ao general Ptolomeu de Assis Brasil, presente no evento. A razão do direcionamento de sua fala foi devido à primeira vez que um general visitou o posto e também porque foram os militares que criaram o SPI:

Não há duvida, Exmo. Senhor General, o que aqui vêdes, nada tem de grandioso.

Minha obra é, na verdade, modesta.

Mas, o facto de vossa presença hoje aqui, é um testemunho eloquente de que bem comprehendestes, com admiravel lucides, o grande alcance da mesma, para a colonisação e portanto para o progresso economico de toda esta vasta e uberrima região do Estado.

Nada mais fiz, portanto, do que cumprir um simples dever de todo cidadão brasileiro, pois, todos nós, temos o patriotico e nobilitante dever de contribuir, cada qual na medida de suas habilitações e forças, para o progresso deste nosso querido paiz.

Mas – não foi unicamente neste singelo sentimento de dever sagrado, que, há quase 17 annos atraz, me levou a fazer a pacificação destes indios.²⁰

O Decreto nº. 15 do dia três de abril de 1926 regulamentou quase cinco mil hectares para a utilização do SPI e dos indígenas. Agora

20 HOERHANN, E. **Discurso pronunciado**. 3 mar. 1926. Posto Indígena Duque de Caxias.

o território estava protegido por lei e os indígenas teriam maior liberdade de mobilização. Aqui destacamos alguns artigos deste decreto (ver anexo nº. 2):

Artigo Primeiro. Fica reservado para o usufructo dos indígenas aldeados no valle do Rio Plate, Districto de Hammnonia, Municipio de Blumenau, o territorio comprehendido dentro do perimetro abaixo escripto:

Partindo do meio da medição das terras sob Nº 1701, na linha colonial do rio Itajahy-Hercilio, collocado no travessão dos lotes do rio Dollmann: pelo mesmo travessão até o marco de canto entre os lotes 1713 e 1714; pleo travessão dos fundos da linha colonial acima referida até o ultimo marco de canto do lote 1725...

Artigo Segundo. O Governo do Estado entrará opportunamente em accordo com os proprietarios cujas terras, porventura, ficarem encravadas dentro do perimetro descripto no Artigo anterior.

Artigo Terceiro. Nenhuma medição poderá ser effectuada no valle do Alto-Itajahy-Hercilio, antes de ser concluida definitivamente a medição e demarcação das terras a que se refere o presente Decreto.²¹

No relatório do mês de janeiro de 1927 está registrada a visita do engenheiro Alberto Knoepe, ao Posto Indígena Duque de Caxias, a fim de efetuar a demarcação das terras para os Botocudo. Mesmo com a legalização dessas terras, os trabalhos de medição ora ou outra eram interrompidos por numerosos pretendentes dos terrenos, como assim podemos observar:

Acrece ainda que, esses mesmos açambarcadores insolente, cubiçosos de mais terras, foram, effectivamente, os mais tenazes perseguidores dos botocudos, ainda há bem poucos annos; temíveis “Bugreiros”, sujo inveterado ódio contra o aborígens persiste feroz e profundamente arraigado.

Já de muito tempo tornava de absoluta necessidade fixar a divisa das terras deste Posto, afim de impedir continuassem avançando sobre o mesmo, os especuladores até o perimetro das plantações.

Com a demarcação do grande território reservado aos

21 Actos do Poder Executivo. Mês de abril. 1926.

índios deste Posto, ficará, ipso facto, traçada e aberta uma linha divisória, definitiva e legal, por todos conhecida, o que evitará a invasão da pior casta de intrusos, assegurando-nos tranqüilidade e acabando de vez com possíveis, inconvenientes e perigosíssimos atritos com os botocudos.²²

Através dessa citação, podemos observar a cobiça de alguns indivíduos para tentar adquirir as poucas terras restantes, as quais seriam destinadas aos Botocudo. Os gananciosos não aceitavam o fato de que boas porções de terrenos cultiváveis e valiosos teriam este fim. Hoerhann ficava indignado com tal comportamento, e buscava esforços para auxiliar o engenheiro nas medidas, visando o mínimo de interrupção possível, dos trabalhos do profissional.

Em fevereiro de 1927, Hoerhann fez uma observação a respeito das terras indígenas:

Desde a pacificação e localização nos vales dos rios Plate e Itajahy, os Botocudos, dentro das terras que lhes pertenciam desde tempos imemoriaes, não dispunham de terreno que não fosse de facto considerado “devoluto”, presa fácil, portanto, do primeiro explorador afouto ou ganancioso especulador que do mesmo se apossasse.

Na verdade, as terras ora demarcadas, já estavam perdidas para os índios deste Posto, pois que, não haviam surtido effeito as longas e trabalhosas diligencias por parte de vossa Inspectoria, visando obter do Governo Hercílio Luz, um território, com amplitude sufficiente que fosse definitivamente reservado aos índios Botocudos.

Não só deixou esse Governo de attender a todas as vossas démarches officiaes, com ainda – afim de despudoradamente favorecer um apaniguado político – cedeu ao mesmo todas as terras ainda “devolutas” ATÉ ÀS ROÇAS DO POSTO.²³

Era praticamente impossível reverter a perda estabelecida das terras, no ano de 1925, pelo prefeito de Mafra Urbano Silva, em limitar

22 HOERHANN, E. **Relatório do Serviço de Proteção aos Índios.** Mês de janeiro. 1927.

23 Ibidem. Mês de fevereiro. 1927.

a área indígena até onde houvesse plantações nos arredores do posto. Felizmente o Decreto Estadual nº. 15 conseguiu anular a concessão citada pelo prefeito de Mafra:

Indubitavelmente foi este o segundo grande triumpho que o Serviço, depois da pacificação, conseguiu aqui no Estado, em prol da magna causa indígena.

Até esta data, a pacificação dos botocudos, de facto, estava por assim dizer “no ar”: o que fazer com os índios pacificados, si não havia lugar certo e definitivo no qual pudessem ser localizados!

Deprimente de vergonhosa situação á qual finalmente veio por termo, para sempre, o generoso e patriótico Decreto Estadual N. 15, -- que delimita uma área de nada menos de VINTE MIL a TRINTA MIL HECTARES -- destinada aos índios botocudos.²⁴

As demarcações para delimitar a área legalizada, prosseguiram durante todo o mês de fevereiro, sendo que os relatórios nada informam sobre a questão, nos meses seguintes. Estavam assim definidos, vinte a trinta mil hectares para os indígenas, que dependeriam das irregularidades geológicas e de porções de terras menos aproveitáveis.

A reserva demarcada é conhecida atualmente como Terra Indígena Ibirama e está dividida em sete aldeias: Palmerinha, Toldo, Bugio, Figueira. Com o tempo estas aldeias se desmembraram e criaram-se as aldeias Coqueiro e Sede. Essa última também se dividiu criando a aldeia Pavão. Em cada comunidade há um cacique que possui autonomia para decidir assuntos referentes à aldeia. Todos os caciques das comunidades estão subordinados ao cacique geral, que promove reuniões periódicas.²⁵

A seguir, temos um mapa com o território tradicional dos Botocudo e a localização atual da Terra Indígena Ibirama.

²⁴ Ibidem.

²⁵ Cf. VIEIRA, E. **Simbolismo e reelaboração na cultura material dos Xokleng**. Florianópolis/ SC: UFSC, 2004. Dissertação de Mestrado. p. 17.

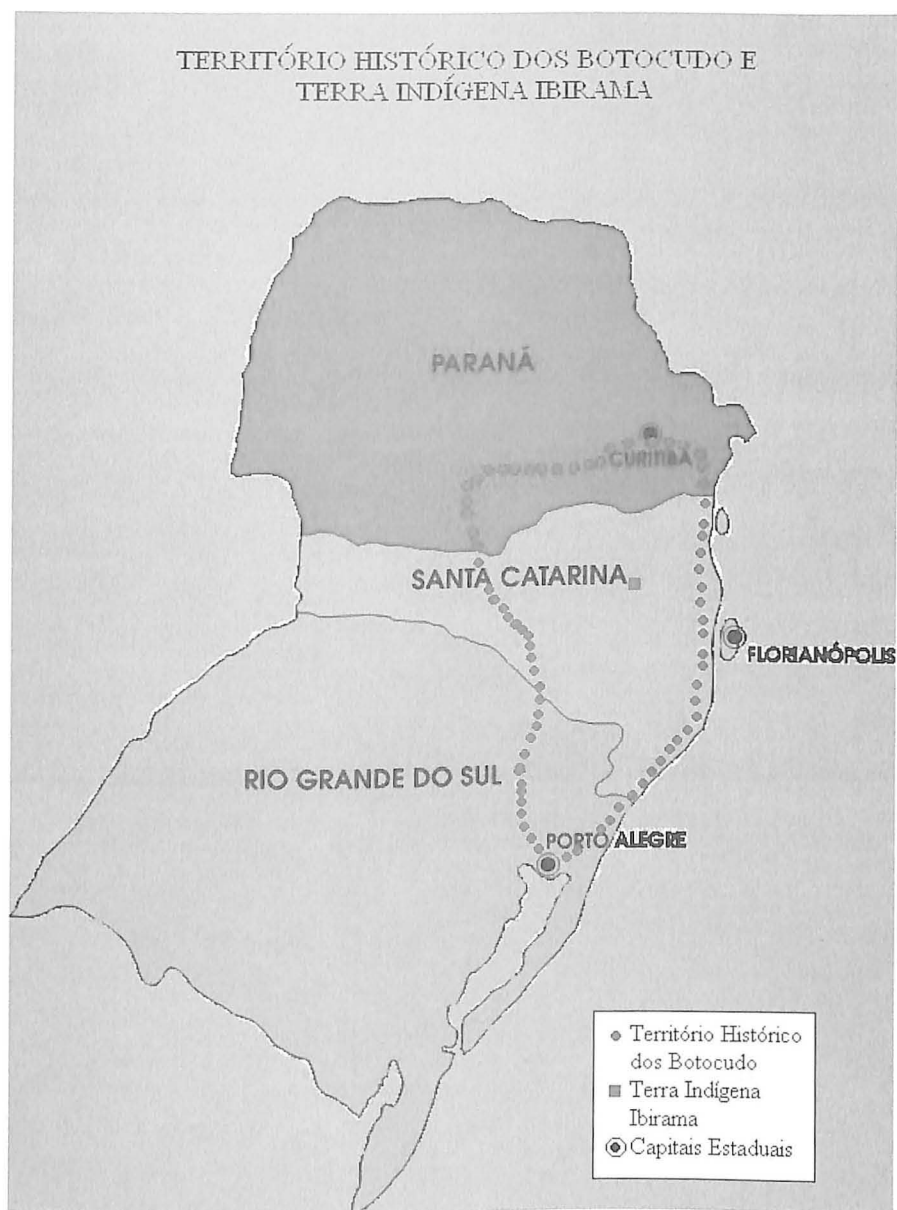


Fig. 10 - Território tradicional e Terra Indígena Ibirama – Adaptado do mapa disponível em: <www.coladaweb.com> Acesso em: 15 jan. 2005.

Passado quase um ano após a visita de Adolfo Konder ao

Posto Indígena Duque de Caxias, a Sociedade Colonizadora Hanseática manifestou-se para não ter seus cofres prejudicados com esta decisão governamental:

A Sociedade, reconhecendo que a referida reserva constitue um dever sacro do governo para com os indígenas, consentiu na tomada de suas terras, esperando, porém que será indenizada razoavelmente. A indenização mais justa e mais conveniente para as duas partes seria, se fossem dados a esta Sociedade em recompensa terras devolutas, contiguas ás terras que já possui. Verificou-se porém que em taes circunstancias existe sómente ainda um terreno devoluto, que, apesar de ter pouco mais ou menos o dobro da area cortada para a reserva, não vale nem a metade da mesma; pois a area annexada ao patrimonio dos Indios, estende-se quase em sua totalidade ás margens do Rio Hercilio e sendo um sólo optimo para a lavoura, fica situada bem perto e facilmente attingivel pela colonisação, ao passo que o terreno devoluto que poderia ser dado em troca, é muito montanhoso e, sendo o sólo pouco prestavel á agricultura, fica muito retirado da zona já colonizada de maneira que para colonisal-o torna-se necessario construir primeiro grande extensão de estrada, para chegar lá. A Sociedade porem se conformará de receber em troca o referido terreno, com condição porém, que esta recompensa seja realisada sem quaesquer onus para ella...²⁶

A Sociedade Colonizadora não desejava ficar em desvantagem, pela perda de boas porções de terras, e por isso sugeriu convenientemente a indenização. Porém, vale a pena salientar que o simples fato da Sociedade não ter criado empecilho para o estabelecimento da Reserva Indígena Duque de Caxias pode ser considerado como um grande acontecimento. Na verdade, há tempos os diretores da Sociedade almejavam o encerramento dos problemas gerados pela fricção interétnica entre colonos e indígenas. Uma vez os dirigentes impossibilitados de patrocinar o extermínio através da contratação dos serviços prestados pelos bugreiros, só havia a esperança

26 DEEKE, J. (diretor das colônias Hanseáticas). **Relatório da Sociedade Colonizadora Hanseática**, 1927.

de que o trabalho do SPI de confinar os indígenas e “civilizá-los” surtisse resultados positivos. Entretanto, com a redução do território onde os indígenas estavam aldeados, em virtude do avanço dos loteamentos destinados aos colonos, o problema das invasões estava começando. Mas, com o acordo firmado entre o governo estadual e a Sociedade Colonizadora, uma nova era de incertezas para o SPI e os indígenas se estabeleceria.

Conforme foi comentado no tomo 49 número 3 na edição maio/junho deste caderno, o SPI foi criado no início do século XX e pretendia expandir seus conceitos de civilidade entre as nações indígenas em território brasileiro. Acreditava-se, na época, que o mundo civilizado, nos centros urbanos ou no campo, era onde refletia a evolução do ser humano. Nesta visão de mundo ideal não existia a selvageria anárquica, uma vez que estava garantido por um sistema político digno, com suas eficientes leis. O SPI baseava sua filosofia no humanismo positivo e não havia nada mais patriótico e valoroso do que proteger os desamparados indígenas e nacionalizá-los. Os autênticos brasileiros não poderiam continuar vivendo nas selvas para serem caçados como animais, afirmavam os idealizadores da entidade.

Como é sabido, Rondon em fins de 1940 possuía a convicção de tudo o que o SPI havia feito no decorrer de trinta anos estava equivocado, uma vez que tardiamente, ele entendeu que os indígenas deveriam permanecer em suas comunidades, com sua cultura e seu modo de vida. O homem urbano não possuía o direito de tentar mudar uma cultura e contaminá-la com todos os seus malefícios impregnados. Não há como saber se tal declaração tornou-se pública para todo o país, porém sabe-se que o SPI estava muito desestimulado.

Em Santa Catarina as dificuldades encontradas para a continuidade dos trabalhos do SPI, não foram diferentes do resto do país. Desde 1910 até primeiro contato em 1914, o órgão passava por uma série

de descréditos, tanto popular como governamental. Após 1914, o SPI ainda não convencia o governo da importância de manter os indígenas aldeados, por considerar que estavam prejudicavam o progresso das valorizadas colônias. O investimento era essencial para realizar, na prática, a teoria do projeto dos idealistas do SPI. Sem o investimento, cada mês encerrado era uma vitória conquistada com muito suor, dedicação, força de vontade e antes de tudo, crença em uma ação missioneira. A ausência de verbas era a maior dificuldade para o convencimento dos indígenas às metas de integração do SPI. Não se podia cumprir promessas, para os indígenas realizarem os trabalhos e nem fazê-los trabalhar até o esgotamento. De fato, os Botocudo não se convenceram de que o modo de vida imposto era melhor do que o próprio destino lhes reservava. Apenas possuíam o conhecimento da ilegalidade dos trabalhos dos bugreiros no interior do posto indígena. Mas essa proteção possuía um preço deveras alto: estavam em jogo a sua liberdade e o seu modo de vida tradicional.

A década de vinte foi uma batalha quase infundável para a conquista de um espaço legalizado para os Botocudo. Antes da demarcação, não podiam nem ao menos visitar seus vastos territórios sem pisar nos lotes preparados e ocupados pelas companhias colonizadoras. Observaram suas terras serem tomadas com uma incrível velocidade e não possuíam a capacidade de lutar por elas, pois se tornaram mais adaptados à vida agropastoril. A natureza bélica do guerreiro Botocudo não resistiu à primeira geração crescida dentro do Posto Duque de Caxias. Os Botocudo estavam agora subordinados a um Estado, o qual não se comoveu com a nova realidade do povo Botocudo. A demarcação da área indígena não partiu da iniciativa dos políticos, pois Eduardo Hoerhann e sua equipe precisaram mostrar aos governantes de Santa Catarina, que os Botocudo existiam e que necessitavam urgentemente de amparo e de verbas.

Ao realizar este trabalho, não foi nossa intenção julgar os

feitos do SPI no Estado de Santa Catarina. O uso dos relatórios, reforçado por periódicos e demais documentos, foi mais uma ferramenta para expor, detalhadamente, aquilo que permanece pouco explorado em nossa história. Como é sabido, trabalhamos com relatórios elaborados apenas por uma pessoa, a qual permaneceu na liderança do Posto Indígena Duque de Caxias por quarenta anos. Desse modo, a maioria do que aqui foi colocado é fruto da visão de um indivíduo que conviveu diretamente com a precária situação de uma entidade idealista e sem exemplos de outras instituições para se guiar.

A epistolografia de Hoerhann foi mostrada assim como seus relatórios e alguns periódicos da época, e com isso, ambigüidade vivida pelo SPI pôde ser constatada. Alguns políticos cientes da importância na continuidade dos trabalhos do SPI, nada fizeram, apenas repassaram os problemas para seus sucessores. A melhor fase da entidade – ou seja, no seu início quando os dirigentes do SPI realmente acreditavam no Serviço – foi justamente quando o governo, de maneira desmerecida, recusou dar seu apoio, ou por falta de verbas ou por desinteresse total. No momento em que o governo resolveu efetuar algum auxílio, era tarde demais, pois o alto escalão do SPI percebeu a contradição de tudo o que havia promovido no escoar de quatro décadas.

A pacificação promovida pelo SPI no princípio do século vinte é vista de modo geral com negatividade, como algo desnecessário, uma imposição de valores que não respeitou os aculturados. Quem pode assim classificar são aqueles que sobreviveram a ela. Eduardo Hoerhann, poucos anos antes de sua morte, deixou seu parecer a respeito da pacificação no jornal **O ESTADO** de 20 de julho de 1973: *Diante do horror com que essa experiência com os botocudos me armou, eu não voltaria a assumir a mesma tarefa que assumi no começo do século. Pacificar o índio, civilizar o índio é o crime dos crimes! Fui até amaldiçoado pela minha mãe por seguir minha missão.* E assim, conforme

anotou o jornalista, o velho Katanghara finalizou seu depoimento com os lábios tremendo, o rosto deixando transparecer, entre as barbas brancas uma enorme dor...

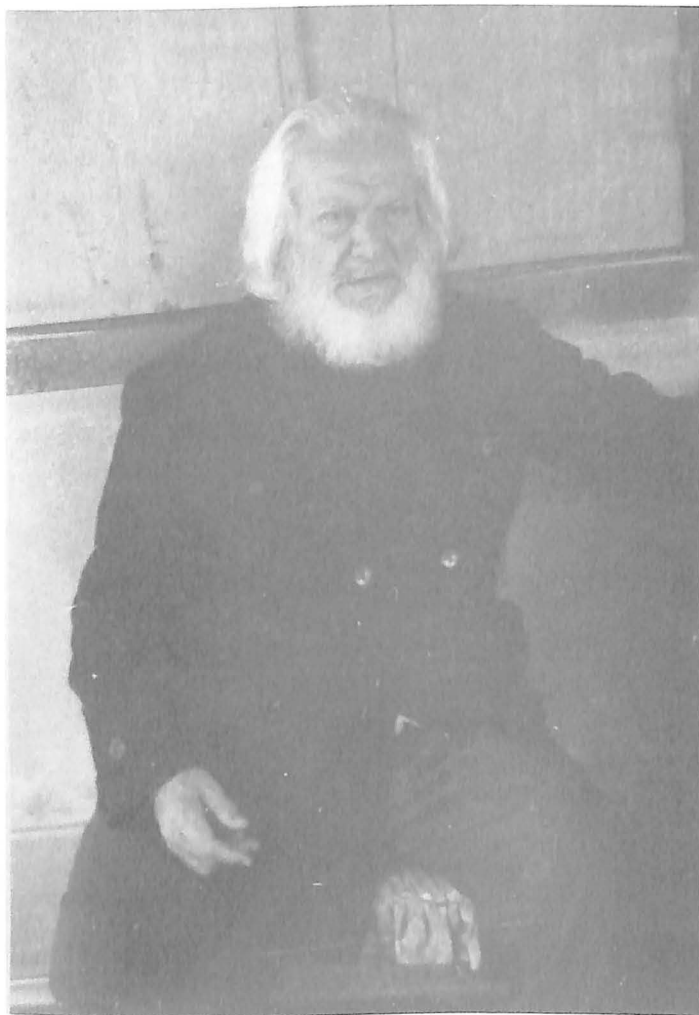


Fig. 11 - Eduardo de Lima e Silva Hoerhann. Acervo A.H.J.F.S.



NACIONALIZAÇÃO em Blumenau

NACIONALIZAÇÃO EM BLUMENAU: CONSIDERAÇÕES SOBRE A CORRIDA DA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA NACIONAL – 1937/1945

Evandro Cristofolini¹

Willian Spengler²

“O Brasil não é inglês nem alemão. É um país soberano, que faz respeitar as suas leis e defende os seus interesses. O Brasil é brasileiro. (...) Porém, ser brasileiro, não é somente respeitar as leis do Brasil e acatar as autoridades. Ser brasileiro é amar o Brasil. É possuir o sentimento que permite dizer: O Brasil nos deu pão; nós lhe daremos o sangue.” (Trecho do discurso de Getúlio Vargas, realizado em Blumenau, em 10 de março de 1940. In: JAMUNDÁ, 1968, p. 16).

“É preciso que os municípios mobilizem forças para o combate à incultura”. A contundência de tais palavras está registrada na edição de 20 de setembro de 1936, do jornal *Cidade de Blumenau*, o qual, por sua vez, traz a fala do professor Santos Saraiva, legítimo representante da Cruzada Nacional da Educação, que por Blumenau estava de passagem. Seria a região de Blumenau um reduto de incultura? Um “reino bárbaro” a ser extirpado/civilizado pelo “braço forte” do Estado getulista?

Digno de nota, é importante evidenciar que o ocorreu na região do Vale do Itajaí com o advento da nacionalização (assunto por vezes tratado, mas não esgotado), ainda hoje desperta e motiva a curiosidade de muitos. Quando se procura esmiuçar tal temática, é costumeiro deparar-se com depoimentos de pessoas que vivenciaram a “nacionalização na pele”, dando ênfase à presença dos policiais que vigiavam as ruas, à vigília feita

1 Historiador e professor.

2 Historiador e professor, pós-graduado pela UFRJ.

pelos inspetores nas escolas, do medo que algumas pessoas passaram a ter de sua própria etnia, do “beber óleo queimado”, como nossos antepassados relatavam. Afinal, qual seria o gigantesco “perigo”, que impunha tanto temor ao Estado? Por que pessoas estavam tendo que se esconder de si mesmas?

Mediante análise aos exemplares do periódico *Cidade de Blumenau*, publicados entre 1936 e 1943, e do jornal *Der Urwaldsbote*, publicados entre 1937 a 1942, é possível deparar-se com informações “pitorescas”, como àquela citada no início desse texto. São freqüentes as discussões sobre a necessidade de se explorar “os caminhos ainda pouco trilhados”, desses “sertões ainda bravios de nosso país”. Por sua vez, é visível a ânsia do Estado em impor “bandeiras conquistadoras”, a fim de assegurar os marcos da “civilização” e do “progresso”.

Mister ressaltar que quando se fala em **Campanha de Nacionalização**, refere-se ao modo como o Estado Novo, representado na pessoa de Getúlio Vargas, articula-se frente aos núcleos de imigrantes que estão presentes na sociedade brasileira. Quando ascende ao poder, em 1930, Vargas e seu governo preocupam-se em forjar uma identidade brasileira, espelhando-se nas ideologias nacionalistas fascistas e nazistas da Europa de 1930. Ideologia, aqui, merece ser entendida como o conjunto de representações e formas de pensar de uma época, que envolvem pessoas de uma sociedade e que, por sua vez, é responsável pela manutenção, existência e reprodução da mesma.

Segundo SILVA e WIIK (2005), margeado por um período onde a hipertrofia do Poder Executivo e as políticas nacionalistas se mostravam capazes de reverter os danos sócio-econômicos impostos pelo liberalismo – neste momento em franca crise estrutural –, o chamado Estado Novo brasileiro surge sobre a égide de um projeto de Nação “una, indivisa e coesa” (DUTRA, 1997, p. 33). Diferente do aparato burocrático-

estatal de grande envergadura construído em 1930 – capaz de acomodar interesses díspares, como os extrema-direitistas e alguns setores industriais mais atrelados ao liberalismo – o que se viu a partir de novembro de 1937 foi um recrudescimento da política centralizadora, seja através da extinção dos partidos políticos e dos sindicatos, ou mesmo pela radical limitação dada a autonomia dos Estados da Federação; exemplos que podem definir o estado de exceção em que o País mergulharia a partir daquele momento, submergindo deste somente em 1945 (GOULART, 1990 p.29).

Dentre os diversos fatores responsáveis por este abandono da via democrática por parte dos feitores do Estado Novo, um deles merece destacada atenção, dado a sua condição de protagonista nos discursos daqueles que defenderam este regime, ou mesmo pela importância que ele representa para a construção do presente estudo: o nacionalismo (SILVA e WIIK, 2005). De forma concisa, o objetivo de Vargas era formar uma elite intelectual mais ampla, bem como assegurar a unidade nacional do país; horizontalizar a sociedade para verticalizar o poder. Para tanto, o Estado coloca em andamento uma campanha de educação totalmente impregnada de hierarquias e carregada de conservadorismo com forte influência católica (FAUSTO, 1995, p. 337).

“Fabricar brasileiros e espantar o terror do estrangeiro nessas terras”. Como não poderia deixar de ser, a região do Vale do Itajaí está inserida no contexto estadonovista, e é, marcadamente, um dos pontos mais “críticos” para a realização do “saneamento patriótico”, vez que a imagem produzida da região, em plano nacional, é de um forte centro de imigrantes alemães. Tal fato tornou-se motivo de grande preocupação por parte do Estado e seus aparatos repressores, sobretudo entre os anos de 1937 a 1945.

Eliana Dutra aponta quatro pilares discursivos e estratégicos básicos para a preservação da ordem e da estabilidade social, sobre os quais

o Estado Novo edificou suas práticas: anticomunismo/revolução, trabalho, pátria e moral (1997, p. 17). Entretanto para a análise do período, grande parte da historiografia catarinense alinha-se em torno da perspectiva da etnicidade inventada e cujas fronteiras são constantemente negociadas (SANTOS, 2005).

Iniciada em 1829, com a criação do núcleo de São Pedro de Alcântara, a imigração alemã para Santa Catarina foi tão intensa que em 1940 representava 52,44% do total de estrangeiros no estado (SANTOS, 2005). Caracterizada por ter se concentrado em poucas regiões, a população de origem alemã apesar de ser considerada minoria dentro do contexto maior da sociedade brasileira, mas não era considerada minoria dentro das colônias (SEYFERTH, 1994, p. 13). Estes imigrantes alemães e seus descendentes (assim como outras vertentes não-lusas) acusados pelo Estado Novo de formarem “quistos étnicos”, foram considerados não assimiláveis, por preservarem uma concepção de identidade hifenizada – *Deutschbrasilianertum* – que acentuava o pertencimento à cidadania brasileira e à etnia alemã, numa proposta de pluralismo étnico-cultural que não interessava ao discurso nacionalizador (SANTOS, 2005).

Esta “eticidade alemã” constituía-se e mantinha-se principalmente com base na manutenção da germanidade associada a um contexto brasileiro, através das diversas atividades promovidas pelas associações culturais, recreativas e esportivas, da mídia impressa em alemão, da literatura alemã, do rádio com programas em alemão, da religião marcadamente luterana, das escolas alemãs, da arquitetura com inspiração germânica, e principalmente na manutenção da língua falada. Todos estes elementos e instituições mediavam símbolos desta etnicidade, que, ao final, eram constitutivos da *Kultur* (cultura) e do *Geist* (espírito) alemão e/ou teuto-brasileiro (SILVA e WIIK, 2005). Estes últimos se traduzem de forma prática e estão veiculados a valores e éticas que enalteciam o

trabalho árduo, o progresso, o avanço tecnológico, a superioridade da raça, a manutenção da “pureza” do sangue através da política da não miscigenação das “raças”, o refinamento do gosto, a acumulação de capital; enfim, eles constituíam o *habitus* burguês na região de Blumenau, todas encompassadas pelo conceito de *germanidade* (TOMIO, 2001). Esta etnicidade levou os imigrantes e seus descendentes da região a criarem – de forma ideal – uma nação [a germânica] dentro de uma nação [a brasileira] (SILVA e WIIK, 2005).

Durante o período estadonovista, os elementos constitutivos desta identidade étnica foram profundamente desafiados pela política de nacionalização na região, cujos princípios chocavam-se frontalmente com os primeiros. Como resultado do embate criado, observou-se uma reconfiguração, inibição e, até mesmo, o desaparecimento do espaço público das instituições, idéias, representações e práticas associadas à manutenção da etnicidade germânica.

Desta forma, pensar em nacionalização em Blumenau é, ao mesmo tempo, pensar em repressão, vigília, punição, humilhação, discriminação, negação de cultura, bem como na criação de espaços de resistência e assimilação. Por espaços de resistência, entendemos os lugares onde as pessoas (no caso, principalmente as de origem alemã), procuravam manter sua cultura, seja na maneira de falar (língua), de agir e de educar (costumes), notadamente no interior das casas, nos porões, mesmo sob forte vigilância. Já a assimilação, contudo, concebemos como uma espécie de fusão de elementos de uma cultura com outra, podendo ou não, tanto uma como outra cultura, abandonarem seus padrões de convivência. Uma cultura pode absorver elementos de uma outra sem, contudo, abandonar definitivamente os seus próprios.

O que acontece nesse recorte temporal é um grande empenho na tentativa de fazer com que se crie uma identidade brasileira em locais

de colonização italiana, polonesa e alemã, principalmente, com intuito de fortalecer e garantir a unidade nacional, frente as diferentes correntes políticas que ameaçavam a estrutura dirigente da época.

Com o papel de construir novas mentalidades, a Campanha de Nacionalização elege como um de seus focos as escolas existentes nas “áreas de risco”, ou seja, onde outros idiomas eram lecionados, como era o caso da região do Vale do Itajaí, idiomas esses que passam a ser proibidos. O português torna-se o idioma oficial. Por extensão, o controle estatal também se fará presente nas sociedades esportivas e culturais, nas igrejas, na rua e em outras entidades que cultivam tradições, que vivenciam e participam na sociedade do modo como sempre costumavam fazer. Norteia-se, desse modo, a vigilância da sociedade nos mais variados locais, onde a punição poderia dar-se apenas pela pronúncia da língua alemã numa esquina de rua. Assinar o livro de presença da cadeia por perderem a noção do “certo” e do “errado” era comum para pessoas que se recusavam, ou mesmo que não conseguiam passar a ser de uma forma “abrasileirada”, que se negavam esquecer suas memórias e a relegar a um segundo plano as suas tradições, sua origem, sua história. De acordo com Priscila F. Perazzo, o imigrante, identificado como elemento estrangeiro que não pretendia “abrasileirar-se”, acabava por significar uma peça de entrave nas engrenagens do projeto nacionalista do Estado. A comunidade alemã no Brasil, tanto urbana como rural, representava justamente tal entrave. Grupo numeroso e “enclausurado”, não só insistia em preservar seus hábitos e costumes tradicionais como também mantinham organizações políticas cuja ideologia seguia as orientações diretas do governo alemão (PERAZZO, 1999, p. 43).

Luiz Felipe Falcão afirma que, preocupado com o perigo da desnacionalização, com a unidade e integridade do território brasileiro, com a ordem social que o “outro” estava querendo instituir, o governo

federal move uma política para a construção de um nacionalismo brasileiro que deveria incorporar e aculturar os imigrantes alemães, italianos e poloneses, bem como os seus descendentes (FALCÃO, 2000, p. 466). Os imigrantes representavam “perigo” para a unidade territorial brasileira. E a contradição para os “perigosos” é lancinante: se desde a sua chegada à região, em meados do século XIX, tiveram eles liberdade de participação, de exercer suas práticas culturais, suas tradições e costumes, se tiveram liberdade de cultivar a língua de sua antiga pátria e de seus ancestrais sem causar preocupação às autoridades brasileiras, agora começam a ser vistos como “diferentes”, “alienígenas”, e por assim serem, representam o “perigo”.

O nacionalismo que se quer por em prática não admite a presença de uma identidade nacional que não seja a brasileira. A rápida conversão que deveria ser feita faz com que se espalhem espécies de “braços de controle” federais nas áreas de imigrantes. De acordo com SILVA e WIIK (2005), já durante os primeiros anos do período estadonovista, a nacionalização das cidades da região do rio Itajaí-Açu foi amplamente marcada por políticas radicais e sistemáticas. Deu-se a intervenção federal sobre as administrações públicas locais, deslocamento de batalhões militares federais para a região, a proibição da circulação da mídia em língua alemã, o fechamento das escolas alemãs e a sua nacionalização, fechamento das agremiações sócio-culturais, proibição da comunicação em público na língua alemã, demissão de funcionários públicos de ascendência germânica, formação de partidos políticos, supressão da participação de representantes da população teuto-brasileira no cenário político, prisões, confisco de bens, prédios privados, trabalho forçado e tortura, nacionalização dos nomes das cidades e localidades, ruas, construção de monumentos aos heróis nacionais, etc.

No entender de Méri Frotscher, no processo de centralização

política do governo de Vargas, nos anos 30, houve uma grande expansão e o fortalecimento das Forças Armadas. O Exército desempenharia um papel decisivo na implantação e sustentação do regime institucionalizado com a decretação do Estado Novo. Mal havia sido proclamado o Estado Novo, em novembro de 1937, o Exército já se mobilizou no sentido de intervir nas regiões onde havia a presença de imigrantes e descendentes de estrangeiros. Em 10 de dezembro de 1937, foi lavrada uma ata em Curitiba, sede do Comando da 5ª Região Militar, cuja jurisdição incluía os estados do PR e SC, no qual se firmou a diretiva da campanha de nacionalização para os dois estados. Foi ali que a campanha tomou corpo, em torno do general Meira de Vasconcellos (FROTSCHER, 2005, p. 76).

A campanha nacionalista, resultado da evolução política, segundo Jamundá, teve na pessoa do general José Meira de Vasconcelos, comandante da 5ª Regional Militar, que inspecionava a Região Sul, a manifestação de enorme preocupação com o fato de que grande número de estrangeiros e brasileiros cultuavam outra nacionalidade, ou seja, outra cultura que não a brasileira (JAMUNDÁ, 1968, p. 12). Por conseguinte, Blumenau recebe, em novembro de 1937, a mando do governo federal e em nome da Campanha de Nacionalização das colônias alemãs, o capitão Emmanuel Adacto Pereira de Mello, da Comissão de Nacionalização Federal. Sua missão no município era implementar novas medidas de alfabetização para o idioma nacional, novos modos de comportamento, enfim, promover um rígido controle social, cultural e mental sobre um núcleo “subversivo”, “errado” e acusado de querer formar um Estado dentro do Estado. Para tanto, Adacto Mello convocou uma reunião no Hotel Boa Vista, onde adiantou o sentido da Campanha de Nacionalização. Segundo o próprio militar, havia cinco espaços que “tolhiam o indivíduo desde criança à nacionalização”: o lar, o jardim de infância, a escola, as sociedades esportivas e recreativas e a igreja luterana. Ele afirmaria ainda,

naquela reunião, que estes espaços, com exceção do primeiro, “por ser tão íntimo”, seriam objeto da Campanha (FROTSCHER, 2005, p. 77). Atividades e posições políticas são ameaçadas, a Campanha não vai hesitar em expulsar, prender, humilhar, nem em excluir aquele que tentar atrapalhar seu objetivo.

De forma muito rápida, os imigrantes tornam-se estrangeiros no seu país, passam agora a viver numa sociedade que fere sua capacidade de participação, vez que freqüentemente os coloca em situações de humilhação, ferindo também sua capacidade de relacionamento qualitativo com as pessoas. Segundo Marlene de Fáveri, especialmente após a entrada do Brasil na Segunda Grande Guerra, para a maioria dos estrangeiros e descendentes, visados na sua origem étnica e potencialmente suspeitos, o medo da polícia, das denúncias, de trair-se na fala, da repressão, da prisão, atormentava o cotidiano. Já não saíam de casa como antes, na rua eram achincalhados e vistos como traidores, passaram a viver com muito medo (FÁVERI, 2005, p. 54).

Para construir essa suposta identidade brasileira, a Campanha teve que tentar destruir, desenraizar uma memória, desfazer uma consciência de ser no mundo. Mais do que isso, ela tinha que fazer esquecer lembranças, alterar o valor do presente para essas pessoas, que não poderiam mais se inspirar no passado que estava em sua memória, nem mesmo cultivar suas qualidades, seus significados de vida.

Durante o Estado Novo, o Estado requereu a função de principal agente social, procurando impor a sua definição do mundo. Para tanto, interveio numa das instituições mais importantes da esfera pública da sociedade: a imprensa (FROTSCHER, 2005, p. 74). A mídia escrita, elemento central na construção e veiculação das ideologias da etnicidade, será o principal farol na construção das novas ideologias políticas-identitárias no período analisado. As políticas identitárias com base na

etnicidade germânica e/ou teuto-brasileira deram lugar de forma gradual ao processo de nacionalização desta população e de suas instituições. Ao se analisar os periódicos locais editados no elastério temporal selecionado, é possível verificar que esta transição de valores étnicos-identitários e suas ideologias políticas não se dão de forma linear e/ou imediata, mas sim caracterizada por ambigüidades, resistências às mudanças e pela tentativa de manter uma política identitária mais calcada em um “germanismo à brasileira” (SILVA e WIIK, 2005).

Nos textos registrados a partir de falas oficiais, mais especificamente àqueles dos periódicos pesquisados, pode-se observar a conduta e os referenciais que influenciaram o modo de vida dos blumenauenses. Ora, o documento, qualquer que seja, não é qualquer coisa do passado, é sim, um produto fabricado pelas relações de forças que detém o poder numa sociedade. Questioná-los se faz mister na compreensão dos problemas da História. Conforme nos diz Jacques Le Goff, o historiador precisa conceber o documento como o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também de épocas sucessivas donde continua a viver. É algo que fica, e os ensinamentos e testemunhos que traz devem seguir de uma análise para desmistificar seu significado aparente (LE GOFF, 1996, p. 456). Ao mesmo tempo, em nenhum documento que se pesquise, devemos ser a tal ponto ingênuos de pensar que nele se encontre a “verdade”. Há sempre a “roupagem”, a “montagem”, e, buscando o que diz Michel Foucault, é preciso “demoli-la”, “desestruturá-la”, “desconstruí-la”, para melhor compreender sua condição de produção.

A mídia, de acordo com Eni Puccinelli Orlandi, multiplica e diversifica seus espaços de atuação, porém, procura manter seus efeitos homogeneizados. E, novamente, o papel do historiador é de tornar tudo “estranho”, até mesmo o que parece familiar. (ORLANDI, 1996, p. 99).

Do modo como se apresentam os discursos transcritos nos periódicos analisados, é possível constatar que os tais registros tinham como objetivo constituir sujeitos, produzir sentidos, produzir memória. Tais palavras são frutos da produção de uma elite que, interessada na construção de uma identidade nacional e no próprio controle da nação, “distribuem braços de controle”, para que estes cuidassem da vigilância dos municípios. Em Santa Catarina, o “controle” estava a cargo de Nereu Ramos, interventor braço direito no Estado, do Movimento de Nacionalização do país, que governou SC entre 1935 e 1945.

O Estado de Santa Catarina, nos anos de 1930/1940 buscou meios para que a língua oficial do país (português) fosse afirmada sobre as populações. Não apenas a língua alemã foi proibida, mas toda língua estrangeira, o italiano, o polonês, etc., processo este que não aconteceu sem nenhuma resistência por parte dos imigrantes. As instituições de controle sobre os grupos que conservavam autonomia em relação ao Estado, como os jornais, vão tentar manter a publicação na língua alemã, como o jornal *Der Urwaldsbote* que, em finais de 1938, vai começar a ter publicações em língua portuguesa. Não apenas a comunicação em si, mas todo o cotidiano dos indivíduos é transformado perante as ações do Estado, que, refazendo hábitos de conduta, mira a construção de verdadeiros trabalhadores brasileiros (CAMPOS, 2000).

Em 1937, as notícias veiculadas pelo jornal *Cidade de Blumenau* remontam à “pátria-mãe”, com espaço cativo destinado à cobertura das conquistas alemãs sobre a Europa, bem como reproduções dos discursos proferidos por Adolf Hitler e membros de seu governo. As fontes de informação vêm diretamente de agências de notícias alemãs, que são traduzidas para o português. Reportagens que destacam de forma positiva a reciprocidade entre o Brasil e a Alemanha, bem como a valorização dos intercâmbios culturais entre os dois países, também são registradas.

Há ainda uma série de artigos publicados que enaltecem a língua alemã, a arte alemã e a sua cultura distintiva, referenciando-se aos primeiros colonos. É possível acreditar que tal publicação visava a manutenção da idéia de que o imigrante alemão era diferente de outros que aportaram no Brasil, e que esta diferenciação revertia-se em ganhos para o país. Na edição de nº 92, há uma nota sobre uma medalha de honra entregue por Adolf Hitler ao ex-governador de São Paulo, Armando Salles Oliveira. Na edição de nº 91, um registro redigido por Eptácio Pessoa afirma que o nacionalismo estadonovista inclui os estrangeiros, e que estes não devem ser hostilizados pela nova política de nacionalização. Entretanto, por ocasião das comemorações da Semana do Colono, bem como da Semana da Pátria, é possível identificar certas contradições nos discursos acerca das visões nacionalistas dos teuto-brasileiros e dos agentes do Estado Novo. A edição de nº 73 traz indícios de acusações sobre a veiculação do ensino em escolas fundadas por alemães e política antinacionalistas, haja vista que o diretor da Escola Santo Antônio, Frei Emmendoerfer, faz nota à população esclarecendo o contrário. A partir desta nota, os freis franciscanos alemães ganham uma coluna no jornal veiculando temas religiosos e pela manutenção da moral católica.

A partir de 1938, o *Cidade de Blumenau* passa por visíveis mudanças, tornando-se, praticamente, um veículo para a publicação de leis e decretos estadonovistas. Os “golpes” contra os “inimigos” viram notícia, como o fechamento de sedes de associações políticas estrangeiras em Santa Catarina. As referências positivas sobre a germanidade não mais são veiculadas, embora continue exaltando as ações e conquistas bélicas alemãs. Há somente uma reportagem enaltecendo o espírito liberal em que Hermann Blumenau concebeu a sua colônia.

Em 1939, o jornal passa a ser uma verdadeira ferramenta da Campanha de Nacionalização, em nada lembrando àquele jornal defensor

da “nação dentro da nação”. O destaque passa a ser as ações realizadas em prol da “nação brasileira”, como, por exemplo, a chegada patriótica do 32º Batalhão de Caçadores do Exército ao município (futuro 23º Batalhão de Infantaria), a inauguração de monumentos e estátuas de heróis nacionais, retratos de Getúlio Vargas nas escolas, nacionalização dos nomes de ruas, avenidas e localidades. Convida-se para atividades cívicas e as reporta de forma propagandista/populista a grande adesão da população aos eventos. Há grande destaque para a inauguração do Fórum, do teatro Carlos Gomes, que apresentaria a ópera *O Guarani*. Há uma série de reportagens envolvendo o depoimento de várias autoridades do regime estadonovista, como aquela que denuncia a não veracidade de um depoimento dado pelo então diretor da Penitenciária de Florianópolis, Campello de Araújo, a uma equipe do Jornal da Bahia (com repercussão na capital federal através do Diário Carioca). Intitulada *Uma Pequena Alemanha dentro do Brasil*, esta matéria alega, dentre outras denúncias, que Blumenau não havia se nacionalizado (SILVA e WIIK, 2005). Entretanto, curioso observar que a propaganda sobre políticas nacionalizadoras na região não exclui a cobertura de avanços da Alemanha sobre a Europa, havendo destaque para a troca de felicitações entre Getúlio Vargas e Adolf Hitler pelo dia nacional da Alemanha, evidenciando as boas relações entre os dois governantes. Ademais, o combate ao comunismo russo pela Alemanha era visto com bons olhos pelo governo Vargas e desta forma transmitido pelo *Cidade*.

Em 1940, as notícias sobre o desenrolar da Grande Guerra ocupavam, às vezes, páginas inteiras. Notícias sobre os conflitos da Alemanha contra a Noruega, Dinamarca, Suécia, França e Inglaterra colocavam, de modo sutil, apesar da “caça às bruxas”, o prestígio germânico no alto, com sua crescente força bélica e econômica ocupando pontos estratégicos da Europa como numa partida de xadrez. Na sua edição de 31 de janeiro de 1940, o *Cidade* traria um efusivo relato sobre o torpedeamento de um

porta-aviões inglês, relato este realizado por um correspondente alemão que estaria no submarino que o abateu. Outro trata sobre um ataque aéreo inglês sobre as bases alemãs na ilha de Sylt que, segundo a imprensa inglesa, teria sido vitorioso, mas, segundo testemunhas oculares e demais periódicos, teria sido vexatório.

Destaca-se que na sua edição de 13 de março de 1940, o *Cidade* descreve de forma exultante a visita de Getúlio Vargas a cidade, como sendo o “evento máximo na vida do povo de Blumenau”, já que era a segunda vez que um presidente visitava a cidade, ainda mais sendo ele, nos dizeres do periódico, o “maior brasileiro de todos os tempos”. Segundo Méri Frotscher, aproveitando a sua ida a Porto Alegre, Vargas atravessou o estado de SC no evidente propósito de se popularizar perante as colônias alemãs de Joinville e do Vale do Itajaí. A crença no “perigo alemão” enquanto ameaça à unidade nacional, tornava urgente a necessidade de visitar as colônias do sul do país. Bastou o Estado se sentir desprotegido, menos legítimo, para reinventar a velha forma do regresso ao território (FROTSCHER, 1998, p. 31).

A partir de 1942, com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial em favor dos “Aliados”, o periódico sofre o seu “*knock out*”, pois além de continuar operando como “porta-voz” de decretos, leis e da política de nacionalização da região, deixa de anunciar os êxitos do III Reich no Teatro de Operações europeu, passando a informar sobre o avanço das forças aliadas através de informes oriundos da agência de notícias estadunidense United Press. Não há qualquer nota sobre a perseguição ou sanções à população de origem germânica na região do Vale. Há somente uma série de reportagens sobre o sucesso da nacionalização implementadas nesta região. Continuando o seu dever de “informar à população”, o jornal passa, a partir de 1943, a exaltar o espírito patriótico de Blumenau e região ao colaborar na compra de Bônus da Guerra, destacando a participação

incondicional dos industriários e operários com o desenvolvimento econômico do Brasil em tempos de Guerra (SILVA e WIIK, 2005).

Em relação ao jornal *Der Urwaldsbote*, este, em setembro de 1937, publica os “Dez mandamentos” dos teuto-brasileiros, nos quais era atribuído ao domínio da língua portuguesa e à integração na sociedade brasileira somente um valor secundário, enquanto que os interesses em manter a língua alemã e os costumes da cultura alemã deveriam ser incentivados (FROTSCHER, 2005, p. 76). Por ocasião da implantação do Estado Novo, o *Urwaldsbote* passa a corroborar com aquilo que já vinha sendo veiculado no *Cidade de Blumenau*, dando ênfase à campanha identitária promovida pelo Estado Novo, veiculando leis, decretos e enaltecendo a presença dos militares na região. Todavia, há várias reportagens longas destacando os grandes feitos dos primeiros colonizadores de Blumenau. Trata-se de discursos totalmente despolitizados e muito sutis ao tratar de questões referentes a germanidade.

De acordo com Méri Frotscher, quando o general Meira de Vasconcellos e Nereu Ramos visitaram Blumenau, em fins de maio 1938, quando já havia sido publicado o decreto proibindo atividades políticas de estrangeiros no país e proibindo o acesso a instituições culturais estrangeiras a cidadãos brasileiros e outro decreto determinando a nacionalização escolar coercitiva de SC, o *Urwaldsbote* publicou um artigo de primeira página, escrito por Karl Oberacker, procurando afirmar a brasilidade da cidade. Após referir-se ao que chamava de “campanha difamatória empreendia por jornalistas irresponsáveis que nunca viram a nossa Blumenau”, utilizou-se de um trecho do discurso do advogado Edgar Barreto, representante da Sociedade Musical de Blumenau (homem de confiança das autoridades governamentais), para saudar aquelas autoridades: “nós nos alegramos que as autoridades realmente vieram ver Blumenau com seus próprios olhos”. Na mesma edição, o jornal publica uma nota advertindo seus leitores para

que, diante do “estado de emergência reinante”, ou seja, diante da repressão a estrangeiros e descendentes, agissem com reserva em tudo o que fizessem (FROTSCHER, 2005, p. 79).

Interessante notar que após a visita das autoridades, percebe-se mudanças na imprensa de língua alemã em Blumenau. A partir de 03 de maio, o *Urwaldsbote* sempre apresentará na primeira página de cada edição um artigo em português. Se até maio de 1938 se publicam editoriais e estatísticas sobre o desenvolvimento da economia na Alemanha, a partir daí, por conta da repressão ao nazismo e da Campanha de Nacionalização, estes registros desaparecem, dando lugar a artigos de forte conteúdo nacionalista brasileiro, como àqueles exultando os “heróis” nacionais (Duque de Caxias, Marechal Rondon), ficando claro a perda de autonomia do jornal (FROTSCHER, 2005, p. 80).

Apesar do “estado de emergência reinante”, o *Urwaldsbote* publica, em sua edição de 30 de maio de 1941, um artigo defendendo o ensino da língua alemã nas escolas brasileiras, intitulado “Ensino de alemão para brasileiros”. Destacam ser a língua alemã extremamente útil para uma melhor compreensão das ciências naturais e áreas tecnológicas. Ressalta-se que, seguindo exigências da política nacionalizadora, em 1941 o jornal já circulava em português e alemão, e no mesmo ano troca de nome para *Correio da Mata: ex-Der Urwaldsbote* (agora redigido exclusivamente em português), sendo finalmente fechado em 1942 (SILVA e WIIK, 2005).

Ainda de acordo com SILVA e WIIK (2005), intencionalmente ou não, ao defender o sucesso da nacionalização da região, a imprensa colabora com a manutenção da prosperidade econômica de vários setores industriais da região que se encontravam nas mãos de alemães e teuto-brasileiros e, conseqüentemente, que estariam ameaçados caso não incorporassem as políticas identitárias impostas pelo Estado Novo, mesmo que em sua superficialidade. Parece prevalecer a lógica e a ideologia

capitalistas assim como o *ethos* burguês da população de germanos descendente da região, onde observa-se que o teatro construído para enaltecer o (pan)germanismo, troca de nome, mas não fecha as suas portas; o Jornal Urwaldsbote, mesmo imprimindo um viés de maior criticidade em suas matérias, tendo seu nome alterado; assim, redigido completamente em português, continuaria a circular alguns números mais, até encerrar suas atividades (SILVA e WIIK, 2005). Esse parece ter sido o preço para continuar publicando o jornal, sob o controle do governo federal, através do DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda, criado em 1939 para centralizar e coordenar a comunicação social do Estado Novo.

A título de conclusão, é possível observar que, aproveitando-se da mídia impressa existente na região de Blumenau, o estadonovismo encontrou uma eficiente ferramenta para veicular as diretrizes de sua política identitária, seja pela cotidiana veiculação de leis e decretos do novo regime, seja propagando os sucessivos êxitos das políticas de nacionalização implementadas a partir daquele momento. Embora a nacionalização tenha sido enfatizada nas décadas de 1930 e 1940, ela não se concretizou rapidamente. Observa-se que no decorrer do século XX ela foi sendo gradativamente construída no imaginário dos brasileiros e, de certa forma, ainda continua sendo construída. As leis de nacionalização serviram para legitimar a ação repressiva do Estado aos que resistissem ao processo de aculturação, pautado na “idéia de brasilidade”. Os núcleos de imigrantes, mais especificamente àqueles do Vale do Itajaí, talvez tenham sido os que mais sentiram os efeitos da campanha de nacionalização. De acordo com Maria Joana Pedro, a proibição de usar qualquer outra língua que não fosse o português foi, para muitos descendentes de alemães e italianos, uma ordem difícil de seguir. Acostumados a usar a língua de seus pais nas relações de amizade, nas casas, na igreja, na escola, no comércio, enfim, na localidade onde moravam, foram, num dado momento, obrigados a falar

a língua do país onde moravam. Mas não era fácil. Para as crianças talvez fosse mais simples, mas para os mais idosos... O sentimento era de medo, e por isso foi preciso silenciar, silenciar para não ser reconhecido como o “outro” (PEDRO, 2005). Esses mesmos imigrantes e descendentes também foram os que apresentaram maior resistência, que se manifestou pela manutenção da língua de origem, mesmo com a nacionalização do ensino, com a preservação dos nomes em alemão e italiano e na manutenção das atividades esportivas e culturais, ainda que de forma velada e despolitizada, por parte da imprensa escrita local.

Finalizando, conforme também conclui Mercedes G. Kothe, os imigrantes tiveram que assumir numa nova sociedade (que apesar de muito tempo os ter aceito na diferença e isolamento) outros valores vigentes, abandonando ou reelaborando então os seus anteriores, como um meio para serem aceitos na comunidade. Assim, para que essa “aculturação” ocorresse da forma mais rápida possível, propunha-se a criação de escolas nas áreas onde os imigrantes estivessem concentrados, para que se ensinasse a língua portuguesa. Partilhando da mesma crítica realizada por Egon Schade, em relação ao advento do Estado Novo e da Nacionalização, a autora afirma que, de acordo com o nacionalismo, “bom cidadão” é aquele que compartilha de maneira plena dos padrões culturais da população majoritária. À medida que assumiam como sua a identidade alheia imposta, alguns conseguiam eventualmente ser aceitos na “alta cultura” da nação, que os usava como ferramenta para a imposição aos filhos de imigrantes, a sua visão do país e a sua cultura (KOTHE, 1996). A nacionalização do período varguista, significou o fortalecimento da construção da identidade nacional que ainda hoje não se constituiu, porém, significou também a desestruturação das comunidades coloniais e abriu uma lacuna cultural da geração, fruto daquela época. Extorsões, prisões, desapropriações, demissões forçadas, intervenções; estratégias praticadas por um governo interessado em formar

uma nação brasileira idealizada, com “patriotas fiéis” acima de tudo. Ações que para os imigrantes europeus e seus descendentes implicavam em uma reelaboração de si como pessoas, como cidadãos. Uma reconstrução de subjetividades, aceitando pelo medo e por imposição um novo jeito de ser. Quanta coisa se fez (faz) em nome do nacionalismo? Quanta intransigência foi (é) possível em nome do futuro da nação?

REFERÊNCIAS

JORNAIS:

Cidade de Blumenau, de 1937 a 1943 – Arquivo Histórico “José Ferreira da Silva”, Blumenau.

Der Urwaldsbote, de 1937 a 1942 – Arquivo Histórico “José Ferreira da Silva”, Blumenau.

BIBLIOGRAFIA:

CAMPOS, Cynthia Machado. Nacionalismos, diversidades, identidades no sul do Brasil: proibição da língua estrangeira na era Vargas. In: LEMOS, Maria Teresa T. B.; BAHIA, Luiz Henrique N. (org.). Percursos da Memória: construções do imaginário nacional. Rio de Janeiro: UERJ, 2000, p. 305-310.

DUTRA, Eliana de Freitas. O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.

_____. Entre Ontem e Amanhã: diferenças culturais, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX. Editora da UNIVALI, 2000.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

FÁVERI, Marlene de. Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina. Itajaí: Ed. UNIVALI; Florianópolis: Ed. da UFSC, 2005.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Loyola, 1996.

FROTSCHER, Méri. A visita de Getúlio Vargas a Blumenau em 1940 e seus significados. In: Blumenau em Cadernos, Tomo XXIX, nº 11/12 – Novembro/Dezembro, 1998.

_____. Intervenção do Estado na Imprensa de Blumenau (1937-1945). In: Blumenau em Cadernos, Tomo XLVI, nº 01/02 – Janeiro/Fevereiro, 2005.

GONÇALVES FILHO, José Moura. Memória e Sociedade. In: Revista do Arquivo Municipal. Departamento do Patrimônio Histórico Municipal. São Paulo, 1992.

GOULART, Silvana. Sob a Verdade Oficial: Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo. São Paulo: Marco Zero, 1990.

JAMUNDÁ, Theobaldo Costa. (Academia Catarinense de Letras). Nerêu Ramos, o da hora da reconstrução nacional. Florianópolis: edição do autor. 1968.

KOTHE, Mercedes G. Diferenças étnicas e Aculturação no Brasil. In: Revista Múltipla. Brasília, ano I, nº 1, 1996.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Interpretação: autoria, leituras e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.

PEDRO, Joana M. Prefácio. In: FÁVERI, Marlene de. Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina. Itajaí: Ed. UNIVALI; Florianópolis: Ed. da UFSC, 2005.

PERAZZO, Priscila Ferreira. O Perigo Alemão e a Repressão Policial no Estado Novo. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999.

SANTOS, Janaína. Os silenciamentos impostos aos alemães em Santa Catarina durante o Estado Novo. In: Simpósio Temático “Muitas faces de uma Guerra: 60 anos do término da Segunda Guerra Mundial e o processo de Nacionalização no Sul do Brasil”, 2005, Florianópolis. Anais... Florianópolis: UDESC, 2005.

SEYFERTH, Giralda. A Identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (org.). Os alemães no Sul do Brasil: cultura, etnicidade e história. Canoas: Ed. ULBRA, 1994, p. 13-16.

SILVA, E. G.; WIIK, F. B. Mídia, políticas identitárias e população germânica e teuto-brasileira na região de Blumenau-SC durante o período da 2ª Guerra Mundial. In: Simpósio Temático “Muitas faces de uma Guerra: 60 anos do término da Segunda Guerra Mundial e o processo de Nacionalização no Sul do Brasil”, 2005, Florianópolis. Anais... Florianópolis: UDESC, 2005.

TOMIO, Fabrício R. de Lima. A ideologia Étnica e a Identidade Coletiva do Empresário Blumenauense. In: Blumenau em Cadernos, Tomo XLII, nº 05/06 – Maio/Junho, 2001.



Colonização, desenvolvimento e ações
antrópicas na Floresta Atlântica do
PARQUE DAS NASCENTES
em Blumenau

COLONIZAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E AÇÕES ANTRÓPICAS NA FLORESTA ATLÂNTICA DO PARQUE DAS NASCENTES EM BLUMENAU¹

Martin Stabel Garrote²

Vanessa Dambrowski³

Gilberto Friedenreich dos Santos⁴

“Eu procuro familiaridade com a Natureza — conhecer seus estados de espírito e maneiras de ser. A Natureza primitiva é a mais interessante para mim. Eu faço imensos sacrifícios para conhecer todos os fenômenos da primavera, por exemplo, pensando que eu tenho aqui o poema inteiro, e então, para o meu desapontamento, eu ouço que é apenas uma cópia imperfeita a que eu possuo e li, que meus ancestrais rasgaram muitas das primeiras folhas e passagens mais grandiosas, e mutilaram-na em muitos lugares. Eu não gostaria de pensar que algum semideus tivesse vindo antes de mim e escolhido para si algumas das melhores estrelas. Eu quero conhecer um paraíso inteiro e uma Terra inteira. Todas as grandes árvores e animais selvagens, peixes e aves se foram”.

Henry Thoreau, 1846

Buscaremos neste estudo analisar um apanhado de

- 1 Este estudo é uma compilação resumida dos resultados de pesquisa realizados durante a graduação de história com a Iniciação Científica da universidade Regional de Blumenau pelo PIPE, Art. 170 em 2005, financiada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, e de minha pesquisa publicada como Monografia em 2006 para a obtenção de especialista em História Social e Ensino de História pelo Instituto Superior do litoral do Paraná e CEUNI de Blumenau.
- 2 Mestrando em Desenvolvimento Regional - FURB. Faz parte do Grupo de Pesquisas de História Ambiental do Vale do Itajaí - GPHAVI.
- 3 Bióloga. Secretária do Instituto Parque das Nascentes – IPAN (gestão 2008-2009). Faz parte do Grupo de Pesquisas de História Ambiental do Vale do Itajaí - GPHAVI
- 4 Geógrafo. Doutor em Geografia Física – USP. Professor do Departamento de História e Geografia da FURB, e coordenador do GPHAVI – www.furb.br/gphavi

informações para compreender como ocorreu o processo histórico ambiental de ocupação humana de uma região de Floresta Atlântica no sul de Blumenau, abordando a temática das relações entre a sociedade e a natureza com um enfoque teórico voltado para uma História Ambiental que enfatiza o conhecimento das ações antrópicas na Floresta Atlântica e suas consequências.

A compreensão das interações entre sociedade e natureza no processo histórico é uma linha de pesquisa da historiografia atual denominada de História Ambiental. A História Ambiental é uma linha de pesquisa que surge nos Estados Unidos na década de 1960, em plena crise e conjuntura de debate ambiental e na produção historiográfica. Se populariza e adentra na academia, chegando ao Brasil em 1980 através dos estudos de Donald Worster Para Fazer História Ambiental, e Waren Dean com sua História Ambiental da Mata Atlântica A Ferro e Fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. Alguns historiadores e pesquisadores brasileiros passaram a disseminá-la, contribuindo com a História Ambiental em nosso território, como José Augusto Drummond, com o estudo A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa, entre diversos outros estudos de casos; José Augusto Pádua com o clássico Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888); assim como os estudos que vem sendo produzidos por Regina Horta Duarte, Paulo Henrique Martinez, Gilmar Arruda entre muitos outros pesquisadores, que contribuem com a consolidação da área na academia brasileira.

A historiografia ambiental possibilita conhecer as relações entre a sociedade e a natureza, observando nessas relações as consequências positivas e negativas para ambas as partes. A história resgata os acontecimentos da vida humana, suas tramas, e com o levante das relações antrópicas com o natural, através da História Ambiental, caracteriza-se a

compreensão dos indivíduos sobre seus atos em relação ao natural. Desta forma, a historiografia ambiental, além de levantar as características sociais e culturais de um grupo, trata de uma história que demonstra como foi realizada a ação humana à natureza, e quais foram as suas consequências à sociedade e ao meio natural (DRUMMOND, 1991; WORSTER, 1991; LEFF, 2005).

A pesquisa esta delimitada no território da Unidade de Conservação Parque Natural Municipal Nascentes do Garcia – PNMNG, e em seu entorno. Nesta região formou-se no final do século XIX, um aglomerado de colonos que passaram a interagir com a floresta, domesticando a natureza para melhor se desenvolverem, gerando assim o que hoje se conhece como Nova Rússia.

A história de desenvolvimento dessa comunidade esta ligada a forma de usos dos elementos da biodiversidade da floresta, explorando-a ao ponto de gerar desequilíbrio ecológico, processo iniciado pela mineração, e exploração madeireira que avançou ameaçando os mananciais de água que abastecem Blumenau e região, associado a prática de subsistência e esportiva da caça e roubo do palmito pelos colonos e interessados na exploração. A partir de 1973 em Blumenau inicia-se a luta preservacionista da natureza. As muitas ações de biólogos, ambientalistas e ONGs passam a militar com campanhas contra o processo de exploração de madeira, caça e palmito no sul de Blumenau, no que resultou na conservação de boa parte de Floresta Atlântica, e hoje, após anos de lutas, a área passou a ser protegida pelo Parque Natural Municipal Nascentes do Garcia a partir de 1998, e integrado ao Parque Nacional da Serra do Itajaí em 2004, que além de conservar o sul de Blumenau e área do PNMNG, abrange mais outros sete municípios totalizando uma área maior de 50.000 hectárias de Floresta Atlântica que cobre a Serra do Itajaí.

Foram pesquisados os fatos durante o período do início da

colonização da região em 1890 até o momento de criação do PNMNG, em 1998. Identificando o processo de ocupação humana apontando as influências antrópicas ocasionadas a Floresta Atlântica, e as conseqüências dessa relação a floresta e à própria comunidade. Os dados foram obtidos através de uma busca de informações primárias através da História Oral, resgatando a memória de sete membros da comunidade com média etária de 70 anos, descendentes diretos dos primeiros colonizadores da região, e em fontes secundárias através de bibliografias, periódicos e demais produções científicas que retratassem a história da região da Nova Rússia e do parque, a forma de uso dos recursos da floresta, as conseqüências dessa interferência à Floresta Atlântica e à própria comunidade local.

Os resultados deste estudo contribuem com a conscientização das populações locais e sociedade geral, devendo ser usado na prática da educação ambiental, já que coloca em evidência um modelo de exploração realizado no passado, possibilitando uma avaliação para promover um desenvolvimento sustentável futuro. Assim como contribui com a historiografia regional, gerando informações inéditas sobre a história da região sul de Blumenau e sobre como ocorreram às interações entre sociedade e Floresta Atlântica. Não pretende-se esgotar o assunto, mas contribuir com os estudos que afloram na direção de uma História Ambiental do Vale do Itajaí, e inserir esta linha de pesquisa na pauta da produção historiográfica de Blumenau.

A FLORESTA DO PNMNG E SUA OCUPAÇÃO

O Parque Natural Municipal Nascentes do Garcia – PNMNG, possui uma área total de 5.326,16 hectares, sendo o maior Parque Natural Municipal do Brasil. Constitui uma unidade de conservação oficialmente criada por uma Lei Municipal, antecedendo a Lei Federal SNUC -Sistema

Nacional de Unidades de Conservação, no ano de 1998 (BACCA, 2004). O Parque das Nascentes, como também é chamado, é uma das maiores Reservas de Floresta Atlântica do Vale do Itajaí e uma das maiores do Estado de Santa Catarina, tendo 76% dos 47 afluentes da Bacia do Ribeirão Garcia, importante recurso hídrico, que abastece Blumenau e região (DREHER, 2002).

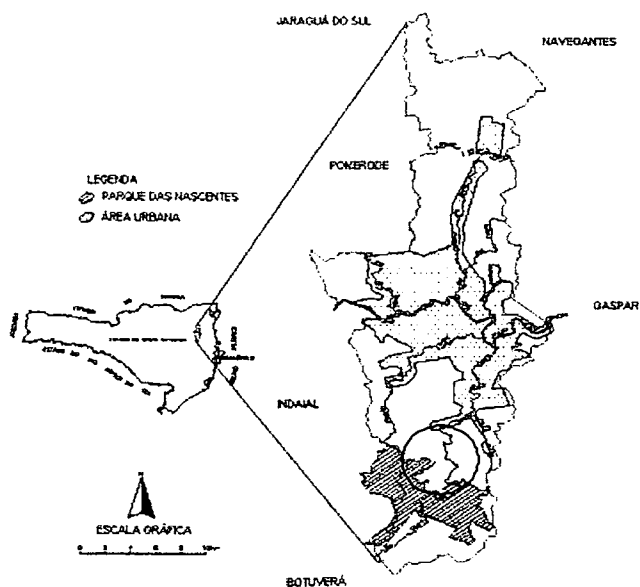


Figura 1: Localização da área de estudo na região do PNMNG

(Fonte: Instituto de Pesquisas Ambientais – IPA, Universidade Regional de Blumenau)

A Floresta Atlântica da região do Parque das Nascentes comporta mais de 350 espécies de árvores, arbustos entres outros vegetais de pequeno porte. Essa mata abriga mais de 240 espécies de aves, 65 de mamíferos, 39 anfíbios, 10 répteis e 10 espécies de peixes. Sua vegetação característica é formada por faixas fisionômicas denominadas por Vegetação Sub-Montana, Montana e Alto-Montana, Mata Ciliar e Mata Secundária. As mais conhecidas espécies da flora encontradas na área do parque são: o tanheiro, a laranjeira-do-mato, o camboatá, o palmito, o

guaramirim vermelho, o pau de faicho, a pimenteira, a pimenteira de folhas largas, a grandiuva-dânta, caeté, o bico-de-papagaio, canela preta, a bicuíba, a canela amarela, o cedro, o coqueiro-jerivá, a embaúba, o guarapuvu, as taquaras, os carazais as bromélias, as orquídeas, as samambaias entre uma infinidade de vegetais no montante de mais de 1200 espécies diferentes da flora da região. Entre os milhares de indivíduos da fauna da floresta do parque podemos encontrar o puma, o mão pelada, o veado-mateiro, o porco-cateto, a cotia, o tamanduá-mirim, o tatu galinha, o bugio, o tucano, o sabiá-laranjeira, a coruja de igreja, o martin-pescador, o jaçanã, o beme-te-vi, o lagarto-teiú, a cobra coral, cobra-cipó, o cará ou acará, o jundiá, a piava entre muitos outros (Guia Ecológico Parque das Nascentes, 2002).

Segundo Zimmermann (1992), em um único hectare de floresta da região do parque, podem ser encontrado entre 100 a 200 espécies de vegetais e milhares de indivíduos dando ao conjunto uma heterogeneidade que estabelece e garante o equilíbrio ecológico. O Parque das Nascentes abriga inúmeras espécies endêmicas, entre outras que ocorrem no bioma Mata Atlântica, e encontram-se em extinção. Representa um refúgio da vida natural que sobrou de Mata Atlântica em Santa Catarina, possuindo rica hidrografia que abastece a Bacia Hidrográfica do Itajaí Açu, com seus diversos rios entre diversos vales cobertos por diferentes faixas de floresta de diversificada composição florística, nas mais variadas altitudes compondo a Serra do Itajaí (GARROTE, 2007; et ali).

A cobertura de Floresta Atlântica da área de estudo sofreu inúmeras ações antrópicas anteriormente a criação do PNMNG, iniciando ainda no século XIX, e prolongando-se até a criação do Parque Ecológico Artex em 1988, que antecedeu a criação do Parque das Nascentes em 1998, e o atual Parque Nacional da Serra do Itajaí, criado em 2004 e que engloba toda a área do PNMNG. Devido às ações antrópicas, a área do parque apresentou em seu passado, quando instituída a área como de

preservação, a floresta possuía, de acordo com Zimmermann (1992), 500 hectares de Floresta Nativa Intocada, e outros 150 hectares, com corte raso, encontrando-se em processo natural de recuperação. Os restantes 4650 hectares foram vítimas de uma exploração variada gerando estágios florestais que vão desde floresta primitiva alterada até capoeirão, nos mais variados estágios de regeneração.

Antes da colonização européia na região do parque no início do século XIX, a floresta da área foi influenciada pelos indígenas. Sabe-se, através dos relatórios de Dr. Blumenau e bibliografias que antes da ocupação das terras do Vale do Itajaí pelos europeus, existia a presença dos Xokleng. Estes viviam da coleta e da caça aproveitando-se dos recursos da Floresta Atlântica. Seu território não possuía demarcações definidas, mas supõe-se que sua área de abrangência estava na floresta localizada entre o planalto e o litoral. Os Xokleng era um povo nômade, que vivia em grupos de 50 a 300 indivíduos (MATTEDI, 2001).

A região passou a ter seus primeiros invasores de origem européia no início do século XIX, quando ingleses em busca de ouro interferiram na região. De acordo com Day (2006), “[...] um grupo de ingleses esteve com um escravo em 1830, onde é hoje a atual região da Nova Rússia, na busca de ouro, mas logo desistiram pelas dificuldades encontradas”. Em 1840 esse escravo retornou com familiares, estabeleceram moradas construídas com palmitos e xaxins, troncos de imbaúbas e folhas de caeté, plantaram espécies exóticas como bananeiras e cana-de-açúcar, cortavam árvores para produzir carvão e comercializar lenha, assim como algumas pepitas de ouro de aluvião encontradas nos ribeirões (SCHIMDT, 2006; SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, 2007)

A partir da década de 1870, na região aonde viria a se formar a Nova Rússia, no alto Garcia, passou a receber trabalhadores que tinham como objetivo encontrar minérios. Esses trabalhadores estavam protegidos

pelo capitão Frederico Deeke, encarregado da proteção do grupo contra os assaltos dos indígenas, e era responsável pela demarcação de lotes na região. Em suas investidas pelas florestas das cabeceiras do Garcia descobriu vestígios de minérios de prata nas encostas dos morros da Serra do Itajaí. A princípio essa descoberta despertou interesse, mas não por muito tempo, devido à área ser muito acidentada e por ser ainda uma terra habitada por indígenas. A partir de 1890 as terras foram obtidas por uma empresa mineradora que iniciou a exploração na região do ribeirão da Prata (SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, 2007; DAY, 2006; SCHIMDT, 2006).

Um dos locais colonizados a partir de 1860 no sul da Colônia Blumenau foi a localidade do Jordão. A colonização subiu o curso do ribeirão Garcia, depois para sua esquerda subindo o ribeirão Jordão, e a sua direita o ribeirão Caeté, na localidade do Spitzkopf (AHIMED, 2007). Pelo Jordão havia uma trilha usada por caçadores, sinuosa como um caminho de tatu chamado de Estrada das Sete Voltas, que ligava o Jordão até a primeira vargem do Garcia. Foi por esse acesso que se instalou a mineração na região da primeira vargem, iniciando a colonização do que já em 1920, passou a se chamar Russland, ou Nova Rússia, devido presença de russos. Nesta região a exploração mineral e as serrarias, associado ao valor baixo das terras, com a adição da exuberância e riqueza de recursos da floresta, foram motivos para a vinda desses primeiros colonizadores europeus a esse trecho de Floresta Atlântica isolado do núcleo colonial (GARROTE, 2007). A partir de 1909 já havia sido estabelecido os pilares da colonização, com a construção do cemitério e a formação de uma comunidade luterana, e escola. As primeiras famílias se alojaram subindo o curso do ribeirão Garcia, e subindo o ribeirão da Prata, terras pertencentes a mineradora e as serrarias, que compreendiam a região da primeira e segunda e terceira vargem do Garcia (SCHIMDT, 2006).

A oferta de emprego da mineradora e das serrarias somados com a formação e funcionamento da Indústria de Artefatos Têxteis Garcia S.A, em 1868, no baixo Garcia, favoreceu o aumento da exploração da madeira da floresta do PNMNG. A economia de Blumenau e da empresa Garcia favoreciam a exploração de madeiras, sendo que na região, concentravam-se inúmeras árvores de alto valor comercial e propícias para a queima no forno da indústria. Para Carvalho (2008), e Nodari (2008), o panorama da exploração da madeira, principalmente o corte da canela, do cedro e da araucária no sul do Brasil, eram favoráveis pois sustentavam 80% do mercado nacional da madeira.

Já a partir de 1920, na localidade da segunda vargem, atual sede do parque, existia duas serrarias funcionando a vapor, e em 1940, na região da terceira vargem e encano, a floresta passa a ser explorada por outras empresas, aumentando a abertura de clareiras na floresta (BACCA, 2006). Segundo Schimdt (2006), existiam em torno de oito serrarias, quatro só na 2ª vargem, hoje sede do PNMNG, duas na 3ª vargem, hoje denominada localidade do Encano Alto, onde havia um locomóvel, máquina a vapor, que movia uma serraria a vapor de lenha. Essa serraria sofreu um incêndio no final da década de 40. Além destas, havia também uma serraria na rua das minas da prata.

Entre 1920 a 1950, os moradores da comunidade abriram espaço na mata, reutilizavam as melhores árvores para a construção das casas e das benfeitorias, realizavam a coivara e preparavam a terra para o plantio. Instalavam-se perto do ribeirão, aproveitando a força da água para mover moinhos para moer milho, mandioca, taiá entre outros, serrarias e os engenhos que produziam cachaça e açúcar mascavo. Viviam da lavoura e da exploração de subsistência dos recursos naturais, colhendo alguns frutos e caça de aves, bichos de pelo e peixes.

A partir de 1950, a exploração madeireira passou a dominar a

exploração econômica da Floresta Atlântica enquanto extinguiu-se a atividade mineradora, isso decorrente de diversos fatores, mas principalmente devido a legislações taxativas e as dificuldades de extração de minérios valiosos. Com o aumento pelo interesse da madeira local, passaram a haver mais pessoas trabalhando na exploração dos recursos naturais. Com isso um novo acesso ao local foi criado. A exploração madeireira abriu uma estrada que inicia na junção do ribeirão Jordão com o Garcia subindo a serra até onde hoje é a sede do parque, e posteriormente passando pela região da terceira vargem do Garcia, já no município de Indaial e prolongando-se até o Encano Alto. Mais tarde essa estrada foi aberta até a fazenda Faxinal, em Indaial e desta outros acessos ligavam a região à Apiúna, Warnow, Guabiruba, Botuverá e Brusque. Do fim da rua progresso até a região da segunda vargem no alto do ribeirão Garcia, a estrada passou a se chamar de Rua Santa Maria ou Rua da Nova Rússia.

A partir de 1960, com novas tecnologias nas práticas exploratórias da madeira, houve necessidade de mão de obra qualificada além da presente na comunidade, fazendo a região crescer demograficamente. Ao mesmo tempo, os descendentes dos antigos moradores passaram a ter interesses fora do local, migrando para a região urbana, ou conciliando o rural com o urbano. Os filhos dos primeiros colonizadores mantinham a exploração dos recursos da Floresta Atlântica, como trabalho remunerado e meio de subsistência. Já os netos dos primeiros colonizadores da região começaram a se interessar em ir buscar trabalho próximo ou nas indústrias têxteis, como por exemplo na Artex, instalada no sul de Blumenau, responsável em consumir milhares de árvores para a queima nos fornos. Mas o trabalho na lavoura e a exploração de recursos naturais sempre foram mantidos pelos moradores antigos e adotados pelos novos moradores da comunidade.

Os colonos criavam animais e plantavam gêneros suficientes para não precisarem ir para a cidade, mas conforme os relatos, a modernidade

trouxo a necessidade de um novo modelo de vida e do dinheiro, rompendo a vida tradicional do mundo rural. Muitos dos descendentes dos primeiros colonos deixaram a região, queriam modificar seus modos de vida. Na Nova Rússia não havia nem energia elétrica. A energia passou a ser instalada a partir de 1980. Os que não abandonaram a região faziam longas viagens até o bairro Garcia para trabalharem registrados pelas indústrias e comércios da região, sendo mantida essa situação até final da década de 1980, quando é instalada a linha de transporte coletivo. Atividades como a caça e a extração de palmitos e a agricultura itinerante como a prática da coivara sempre foram mantidas e aumentavam conforme o desenvolvimento da região.

De acordo com Schimdt (2006), em 8 de agosto de 1971, após muitas reclamações da crescente população do local, houve a instalação da energia elétrica, com isso cresce o interesse pela terras, chegando a haver mais 58 famílias na região. Em 1989 foi inaugurada a linha de ônibus, que foi responsável por um grande incremento do número de moradores, passando de 58 para aproximadamente 120 famílias. Nessa época, a cultura da comunidade local era dividida por questões religiosas. Havia as famílias protestantes (luteranas), constituindo-se na maioria, as quais se instalaram principalmente na região conhecida por Sertão Verde ou Sertão Alegre, lado esquerdo do ribeirão Garcia. Já os católicos, situaram-se no lado das Minas da Prata, lado direito do ribeirão Garcia.

Com a crescente população local cresce a exploração e a degradação da região, no que despertaram inúmeros questionamentos dos ambientalistas, sendo o ecólogo e ambientalista Lauro Eduardo Bacca, um dos responsáveis por iniciar a conscientização sobre a conservação da região. Por estar atuando na empresa Artex, Lauro Eduardo Bacca passou a incentivar a empresa Artex, que utilizou muita madeira da região para a queima, a criar uma reserva de conservação da região, protegendo a floresta e principalmente os mananciais que abasteciam Blumenau e região. A compra de terras na

região pela empresa Artex ocorreram entre 1980 e 1988, totalizando 5.296,16 hectares. Em janeiro de 1988 a empresa Artex com incentivo Lauro Eduardo Bacca, cria o Parque Ecológico Artex, depois sendo reconhecido com RPPN pelo IBAMA pela portaria 143N/92. Após a criação do parque diversas atividades passaram a preservar a região, principalmente com incentivos para a diminuição da caça e do corte do palmito (BACCA, 2006).

Com as proibições e campanhas contra a exploração da madeira na região da Nova Rússia, a região passa por uma estabilização demográfica, passando a estar caracterizada a partir dos anos 1990 por dois grupos: os moradores que possuem raiz com a terra e que ali vivem há muito tempo, descendentes dos primeiros colonos, tendo o local como residência, e os que têm a região como lazer, possuindo residências para veraneio ou temporadas (IMROTH, 2003).

Com a recessão econômica no setor têxtil na década de 1990, a empresa Artex, devido a falta de recursos para manter o Parque e prezando pela sua conservação, decidiu doar as terras, fato que ocorreu em abril de 1998, deixando a responsabilidade da preservação da área a Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA e a Universidade Regional de Blumenau - FURB. E a partir dessa doação de terras, em 5 de junho de 1998 é criado pela Lei Municipal 4.990 o Parque Natural Municipal do Garcia, passando a guardar a Floresta Atlântica e sua biodiversidade (BACCA, 2006).

AS INFLUÊNCIAS ANTRÓPICAS E SUAS CONSEQUÊNCIAS À FLORESTA E COMUNIDADE

O primeiro interesse do natural da região como recurso econômico foi à possibilidade do ouro. A partir de 1890, as minas iniciaram a ser abertas com o uso de dinamite explodindo as rochas, moendo a rocha,

gerando poeira e detritos incomuns no ribeirão. Nas minas foram explorados poucos minérios: prata, chumbo, cobre, zinco combinados com enxofre e em alguns pontos com alto teor metálico. As minas foram exploradas por empresas russas, argentinas, alemãs e brasileiras, e possibilitaram durante o seu período de atuação efetiva, emprego para boa parte dos membros da comunidade da Nova Rússia até fins de 1940.

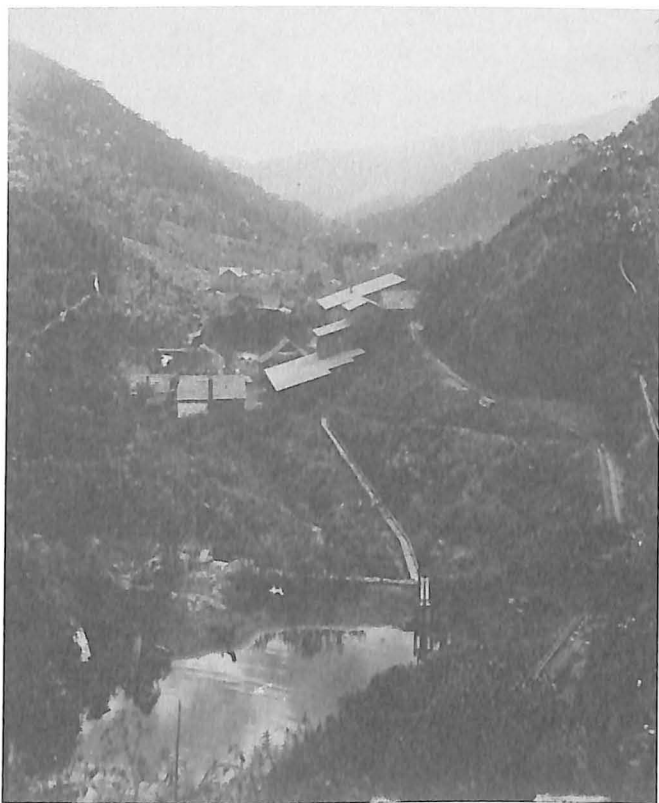


Figura 3: Vista geral da mineração na década de 1920
(Fonte: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva)

A principal influência antrópica na região, e que se iniciou paralelamente a exploração de minérios, mas atingiu proporção e conseqüências muito maior, foi a exploração da madeira. A exploração da madeira procedeu com finalidades de subsistência do colono, e com

interesses comerciais pelos colonos e pelas serrarias. Desde o início da exploração da madeira com finalidade comercial, houveram duas fases bem caracterizadas na forma de exploração, a artesanal (1920-1960), com o uso de machados e serras de mão, força de animais, como burros e bois; e a maquinaria (1960-2000), com o uso de moto-serra, cabo-de-aço, tratores diversos e caminhões truncados.

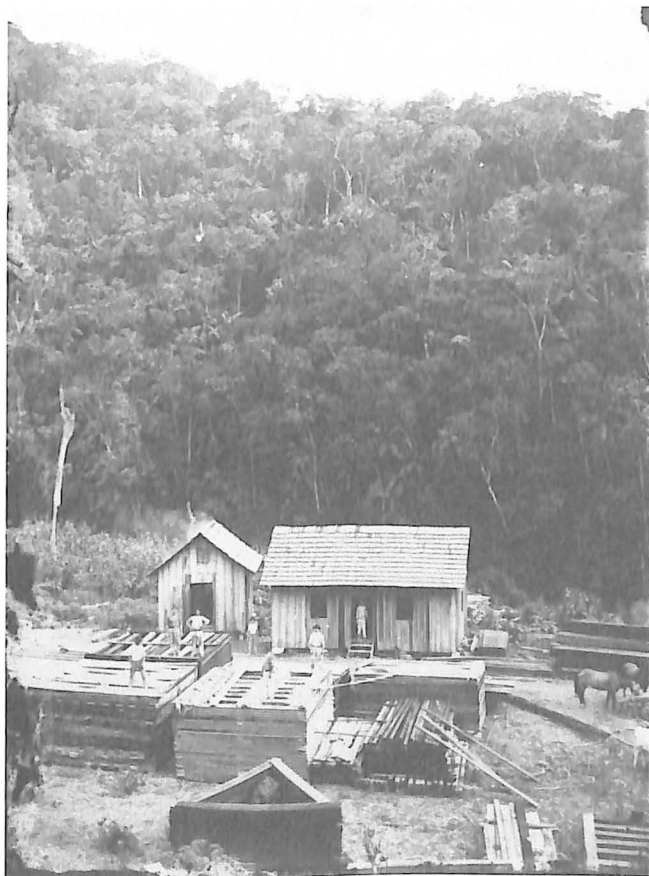


Figura 4: Serraria explorando a Floresta Atlântica
(Fonte: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva)

As entrevistas demonstram que entre a década de 1960 a 1970, a exploração madeireira passou por um processo de mecanização, onde o

machado passou a ser substituído por serras a motor, e os carros de boi por tratores de esteira, e caminhões truncados com cabos de aço que puxavam as árvores. A madeira antes era retirada a machado e puxada com bois, havendo uma exploração de um tronco por homem por dia, mas com o implemento mecânico, o que antes um tronco levava de 8 a 10 horas para ser cortado, com a moto-serra passa para menos de 30 minutos, tendo ainda facilitada a sua retirada da mata com tratores e caminhões. Saíam cerca de 3 a 6 caminhões por dia levando de 4 a 9 toras de uma média de 1 metro e meio de diâmetro de cada serraria, e com a mecanização passou a descer cerca de 20 caminhões por dia. Eram cortadas diversas espécies como as canelas, canela preta, sassafrás, perobas, cedros, imbuías, guamirins, arazás, bicufbas, pindabunas, gaguaçus. Esse aumento da exploração madeireira ocorreu principalmente devido necessidade de abastecer as empresas têxteis, de móveis, construção civil e exportação levada pela Estrada de Ferro Santa Catarina até o porto de Itajaí, mercado nacional e internacional.

Segundo as entrevistas, abriu-se mais de 300 quilômetros de estradas circundando morros em busca das melhores madeiras. Com isso houve um rápido crescimento demográfico em função das condições de trabalho associado ao valor baixo das terras, e conseqüentemente, mais áreas cobertas com floresta primária passaram a se transformar em plantação e em pasto, assim como o aumento e o início da comercialização de carne abatida de caça de animais nativos da região. Desta forma, grande parte dos morros do alto Garcia, passaram a estar desmatados, e a sofrer erosão com as chuvas torrenciais normais de verão na região, causando diversas enxurradas e modificações nas condições naturais dos ribeirões. Conforme entrevistas era comum após chuvas torrenciais, muita madeira não aproveitada e abandonada nas encostas descer até o vale onde ficava depositada nas margens dos rios, causando inclusive muitos prejuízos.

Durante todo o período de exploração economicista da

Floresta Atlântica por serrarias na região e entorno do parque (1920-2000), os colonos da Nova Rússia e os novos moradores da região, além de sua contribuição nas serrarias, retiravam alguns troncos da floresta para sua subsistência. Essa exploração não buscava um tipo de madeira específica, servindo qualquer uma, desde que desse a utilidade de construção das moradas, ranchos, cercas, caixarias, ferramentas, utensílios diversos e do carvão, assim como criavam animais e praticavam a agricultura itinerante. O palmito sempre foi extraído da mata por motivos de subsistência até pelo menos na década de 1940, quando passa a ser muito procurado nos restaurantes e hotéis, fazendo com que muitas famílias da comunidade o explorassem comercialmente como um acréscimo da renda. O palmito nativo era comercializado principalmente na indústria de conservas Hemmer, restaurantes ou cozinhas que o utilizavam, sendo vendido muitas vezes in natura.



Figura 5: Registro de caçada na região do PNMNG
(Fonte: Vídeo Documentário Memórias do Parque)

Além da lavoura e exploração do palmito, a caça sempre esteve presente na vida do colono. Caçava-se a anta, o veado, o porco do mato cateto e queixada, pacas, a jacutinga, o macuco, o uru, tucanos, entre muitos outros que habitavam em grande número a floresta e serviram de

alimento e de presa de abate para diversão. Depois da proteção da área na década de 1988, a caça reduziu. Mesmo depois da região ser protegida por uma Unidade de Conservação, alguns indivíduos da comunidade da Nova Rússia seguem a caçar, mas em menor quantidade e menos incursões à mata.

Através das fontes primárias e secundárias foi possível listar os seguintes recursos explorados e suas respectivas utilizações:

- Madeiras em geral – para caixas, construção de moradias, ferramentas e elaboração do carvão para uso próprio e principalmente comercialização com empresas da cidade;

- Canela Preta, Sassafrás, Peroba e Cedro – queima como combustível para empresas têxteis, principalmente a Empresa Garcia e Artex, uso próprio para construção e como lenha, exportação para a Europa, montagem de móveis, onde foi citada apenas a empresa Janke;

- Palmito – para uso próprio, principalmente comercialização na cidade, onde foi citada apenas a empresa Hemmer.

- Após a retirada da mata nativa, o solo também era aproveitado para o cultivo de milho, batata, batata doce, aipim, feijão, cana-de-açúcar, tabaco e taiá. Alguns destes cultivares eram usados para própria subsistência e outros.

- Minérios – nas Minas de Prata foram explorados os minérios: ouro (muito pouco), prata, chumbo, em períodos diferentes, comercializados para diferentes empresas.

- Água – a água era utilizada para consumo próprio da comunidade, limpeza dos minerais, para movimentar moinhos, onde eram alteradas as características físicas do curso d'água, para escoamento dos resíduos humanos e dos demais animais.

- Fauna – foram relatadas a caça e pesca de: antas, porco do mato catetos e queixada, pacas, cutias, veados, aves em geral, principalmente

galináceos, gatos selvagens, macacos e peixes da região, principalmente piava e traíra.

As influências antrópicas ocorridas na Floresta Atlântica do parque ocasionaram reflexos negativos para a floresta e à própria comunidade. A mineração foi responsável pela desestruturação física das rochas das montanhas que tiveram túneis abertos. A vida na floresta foi prejudicada com o ruído das explosões, escavações, e novos moradores, a abertura de clareiras na mata, derrubada das árvores, retirada de palmitos, assim como o desvio da água do ribeirão e despejo de detritos de rocha e terra assoreando o ribeirão, impactando localmente. Com o aumento da exploração madeireira principalmente, a partir de 1960, as regiões da primeira, segunda e terceira vargem passam a apresentar uma paisagem de pastos cobrindo os morros, e nas áreas devastadas, via-se o desperdício e a destruição representada por galhadas, e erosão. A exploração seguiu mata adentro, em todos os sentidos, e a abertura das estradas e os métodos de exploração da madeira ocasionaram a perda do habitat de inúmeras espécies, iniciando um processo de rompimento das relações ecológicas da Floresta Atlântica do PNMNG. A exploração madeireira, a caça e a coleta do palmito foram os três principais vilões que afetaram os ciclos de vida da Floresta Atlântica do parque.

Muitas foram as conseqüências à biodiversidade, a destruição e fragmentação das florestas foi uma das grandes ameaças a ecologia da Floresta Atlântica do Parque, assim como o assoreamento do rio e erosão das encostas, alterando o volume e prejudicando a qualidade das águas e a diminuição das espécies aquáticas. Associado a perda do habitat devido exploração madeireira, e o crescimento demográfico, a caça em grande quantidade, passa a influenciar e diminuir espécies de animais, e extinguindo outras. As diversas aves caçadas, como as jacutingas, jacu, jacupema, macucos, urus, tucanos, e mamíferos como veados, antas, porcos

do mato, cutias, pacas, mãos peladas, quatis, passaram a diminuir e serem escassos nas áreas próximas a comunidade da Nova Rússia. Muitos animais por serem responsáveis por dispersarem sementes, passam também, por sua ausência, a não desempenhar seu papel na recomposição e fortalecimento da vida vegetal da floresta. A anta e a Jacutinga são exemplos de espécies que foram extintas pelo homem na região, isso devido a sua super exploração, mesmo após anos de conservação, mais nenhum exemplar foi encontrado na região.

Também, a prática exploratória do palmito teve um papel importante no desequilíbrio da floresta. A prática passa a tornar-se comum para todos da comunidade, explorando-o a ponto de esgotá-lo em toda a proximidade da Nova Rússia, e bordas do parque. Associado a coleta dos membros da comunidade, pessoas vindas de outros locais passaram a explorar em maior quantidade os palmitos a ponto de quase esgotá-lo na área do PNMNG. Com o quase esgotamento dos palmitos, e outras espécies arbóreas que ofereciam muitas frutas, bagas e sementes, que eram as exploradas pelas serrarias, provocaram a faltam alimentos para muitas espécies da fauna que ao mesmo tempo deixam de dispersar sementes pela floresta prejudicando todo um ciclo ecológico, um ciclo de vida, fazendo com que a floresta deixe de receber sementes e vida nova.

A exploração madeireira, a caça e a coleta do palmito foram os três principais vilões que afetaram os ciclos de vida da Floresta Atlântica do parque, contribuindo com a extinção e diminuição de muitas espécies de animais e vegetais. Segundo Primack & Rodrigues (2001), entre as seis maiores ameaças à diversidade biológica estão a destruição e fragmentação do habitat, super exploração das espécies e introdução de espécies exóticas. Estas ocorreram em grandes proporções na região do Parque e seu entorno.

À comunidade, as principais consequências da exploração

da vida da floresta do PNMNG vieram através das mudanças que a exploração influenciou na vida cotidiana do colono. Houve uma diminuição do alimento, faltando animais que normalmente eram caçados, diminuição de peixes no ribeirão, e falta do palmito na proximidade da comunidade. Fazendo o colono cada vez buscar o alimento mais distante de sua morada. Com o aumento do desmatamento deslizaram as barrancas dos morros, alterando as características dos ribeirões, reduziu a absorção da água das chuvas acarretando muitas vezes o aumento de volume de água em forma de enxurrada, arrastando também os restos vegetais do desmatamento, que junto com as enxurradas destruíam as construções, plantações e matavam animais domésticos das áreas próximas dos ribeirões. A partir de 1970, eram constantes as enxurradas, e estas destruíam e perturbaram a vida do colono até início de 2000, quando a vegetação passa a cobrir os morros diminuindo o volume e velocidade da água do ribeirão quando há enxurrada.

Com a proteção da área, o colono teve que adaptar-se a uma nova forma de lidar com a natureza, passando a conscientiza-se sobre a importância da conservação da biodiversidade da Floresta Atlântica. A criação do parque foi no início um tormento para o colono e morador da Nova Rússia, mas hoje é fundamental para o bem-estar e desenvolvimento da região. Para os entrevistados, os principais vilões das modificações da floresta e suas conseqüências à vida do morador da Nova Rússia foram a exploração irracional da madeira, da caça e palmito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa possibilitou determinar as principais influências antrópicas na região do PNMNG e suas conseqüências à floresta e comunidade da Nova Rússia entre 1890 até 2000, quando a biodiversidade

da Floresta Atlântica passa a estar protegida com o parque.

Constatou-se que o início da colonização da região ocorre entre 1890 a 1920, devido a exploração mineral e exploração florestal. De 1920 a 1960 a vida dos colonos da Nova Rússia baseou-se na subsistência através dos elementos da biodiversidade da Floresta Atlântica, e foi através da mineração e da exploração florestal que a região desenvolveu, prosperando, possibilitando o bem-estar aos moradores, iniciando a prejudicar as relações ecológicas da floresta, conforme se acelerava a exploração. Entre 1960 a 2000, ocorre a pior fase de exploração da biodiversidade da floresta. A exploração deixa de ser artesanal passando a estar mecanizada, tornando-se mais rápida e destruidora, até o momento da proteção da área através de uma Unidade de Conservação.

O modelo de desenvolvimento da região que passou a ser conhecida como Nova Rússia, gerou consequências à ecologia da floresta e prejudicou o bem-estar da própria comunidade. Segundo os entrevistados a exploração da madeira, retirada do palmito, e a caça foram às ações que proporcionaram o sustento da comunidade durante toda sua história, e a sua exploração irresponsável foi a principal causadora dos males que assolaram a comunidade, gerando consequências também às relações ecológicas da floresta da região do PNMNG.

O resgate da memória dos membros da comunidade possibilitou a análise e interpretação de fatos inéditos sobre o processo da ocupação humana na área do PNMNG, mostrando que a História Oral é uma ferramenta fundamental para o levantamento da história local e para o resgate de subsídios que possibilitam o desenvolvimento de uma análise com o viés da História Ambiental. Com a pesquisa foi possível compreender as consequências do uso indevido dos recursos naturais, tornando evidentes fatos sobre as relações entre a sociedade e a natureza no processo de ocupação da região do PNMNG, mas, ainda existem inúmeras

informações a serem resgatas e analisadas a fim de melhor desenhar uma História Ambiental para esta Unidade de Conservação, e construir uma História Ambiental para o Vale do Itajaí.

REFERÊNCIAS

AHIMED, S. K. M. Ações antrópicas e os problemas socioambientais no Parque Ecológico do Spitzkopf e seu entorno nos séculos XX e XXI. Blumenau: Universidade Regional de Blumenau, 2007 (Trabalho de Conclusão de Curso).

BACCA, L. E. Histórico do Parque das Nascentes. Disponível em: www.parquedasnascents.org.br/site/historico.asp Acesso em: 27 de dezembro de 2006.

BACCA, L. E. O Parque das Nascentes. Jornal da Universidade, Blumenau, abril de 2004.

CARVALHO, M. M. X. A indústria madeireira e o desmatamento da floresta de araucária no século XX. In: DUARTE, R. H.; MENESES, J. N. História Ambiental e cultura da natureza: resumos do IV Simpósio da Sociedade Latino-America e Caribenha de História Ambiental. Diamantina: Maria Fumaça. 2008

DAY, A. O Vale do Garcia. Blumenau, 2006 (mimeo).

DREHER, M. T. Subsídios para o levantamento do potencial ecoturístico do Parque Natural Municipal das Nascentes em Blumenau – SC. Itajaí: UNIVALI, 2002, (Dissertação de Mestrado).

DRUMMOND, J. A. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol.4, n.8,1991, p.177-197.

GARROTE, M. S.; SANTOS, G. F.; DAMBROWSKI, V. A relação entre a comunidade da Nova Rússia e a Floresta Atlântica durante o século XX em Blumenau – SC. Revista de Estudos Ambientais, Blumenau, v.9, n.2, p.39-50, 2007.

GARROTE, M. S.; DAMBROWSKI, V.; DAMBROWSKI, D. Memórias do Parque. Vídeo Documentário, formato DVD 52 minutos NTSC. Blumenau: Grupo Cinema Documentário (Fundo Municipal de Apoio a Cultura), Fundação Cultural de Blumenau, Prefeitura Municipal de Blumenau. 2007.

GUIA ECOLÓGICO DO PARQUE DAS NASCENTES. Blumenau: Instituto Parque das Nascentes, 2002. (Folder)

IMROTH, M. Percepção ambiental das comunidades situadas no entorno do Parque Natural Municipal Nascentes do Garcia (Vale do Itajaí/SC). Revista de Estudos Ambientais, Blumenau, v. 5, n 2-3, p.43-59, 2003.

LEFF, E. Construindo a História Ambiental da América Latina. Revista Esboços, Florianópolis, n.13, 2005.

MATTEDI, M. A. Notas sobre as visões de natureza em Blumenau: mais um capítulo da trágica história do sucesso humano. Revista de Estudos Ambientais, Blumenau, v. 3, n1, p.29-39, 2001.

NODARI, E. S. Araucária símbolo de uma era: a criação do Parque Nacional das Araucárias, um esperança para a preservação? In: DUARTE, R. H.; MENESES, J. N. História Ambiental e cultura da natureza: resumos do IV Simpósio da Sociedade Latino-America e Caribenha de História Ambiental. Diamantina: Maria Fumaça. 2008

PRIMACK, R. B. & Rodrigues, E. Biologia da Conservação. Londrina: Planta, 2001.

SCHMITD, C. M. Cultura empreendedora: contribuição para o arranjo produtivo local de turismo sustentável na Nova Rússia, Blumenau. Blumenau: Universidade Regional de Blumenau, 2006. (Dissertação de mestrado)

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DE BLUMENAU. Disponível em: <http://www.blumenau.sc.gov.br>. Acesso em: 12 de novembro de 2007.

WOSTER, D. Para fazer história ambiental. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol.4, n°8, p98-215, 1991.

ZIMMERMMAN, C. E. Uma contribuição a ornitologia catarinense: levantamento preliminar da ornitofauna do Parque Ecológico Artex. Dynamis: Blumenau, v. 1, n1, p.69-75, 1992.



Aversão ao Clero na
PRIMEIRA REPÚBLICA
em Santa Catarina

AVERSÃO AO CLERO NA PRIMEIRA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA¹

Cleber Rudy²

O Estado mente quando ordena preces, quando nomeia padres, quando chama para a câmara alta os príncipes da igreja. A comuna mente quando edifica igrejas. O juiz mente quando condena por sacrilégios ou por ofensas às associações religiosas. O padre, filho do tempo moderno, mente quando recebe paga por atos e palavras que sabe serem irrisórias momices.

Max Nordau, *Mentiras Convencionais da Nossa Civilização*.

*Ó Jesuítas, vós sois dum faro tão astuto,
Tendes tal corrupção e tal velhacaria,
Que é incrível até que o filho de Maria
Não seja inda velhaco e não seja corrupto,
Andando há tanto tempo em tão má companhia.*
Guerra Junqueiro, *A Velhice do Padre Eterno*

Enquanto os cinematógrafos projetavam as luzes da modernidade no Brasil da Primeira República, reproduzindo filmes como *Notre Dame de Paris*, baseado na obra de Victor Hugo, que revelava a fatalidade dos dogmas, e *Sixto V*, que se reportava ao Papa Felice Peretti, o Sixto V, outrora membro da Inquisição, o clero reclamava diante da secularização das políticas republicanas. E como uma espécie de ressonância disto, em Santa Catarina acontecia um embate através da imprensa entre segmentos anticlericais, com o seu jornal *O Clarão* e católicos, via o periódico *A Época*.

1 Este artigo é parte dos resultados da pesquisa: “Entre a luz e as trevas: cultura libertária e aversão ao clero em Santa Catarina (1910-1940)” desenvolvida durante a especialização em História Social na Udesc entre 2004 e 2006.

2 Mestrando em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Email: vanrudy@gmail.com.

O jornal **O Clarão**, publicado em Florianópolis, iniciou sua trajetória em 20 de agosto de 1911³, com uma linguagem cômica e sarcástica, tendência de escrita que favorecia uma propagação mais rápida, aliciando desta forma mais adeptos do que se utilizasse escritos estruturados segundo cânones intelectuais. Este periódico alimentava mistérios na cidade sobre quem era(m) seu(s) redator(es), já que não existia menção alguma em suas publicações. E após muita polvorosa acerca dos seus signatários, vê-se no dia 10 de setembro de 1911, visando aplacar o ego dos curiosos e dispersar as brumas que circundavam a redação, o seguinte anúncio:

Com os interessados.

Quem tanta vontade tem de saber qual ou quais os redatores do “O Clarão” não é preciso de uma maneira que produz asco, perguntar santamente qual hipócritas que querem agredir à traição aos que pouco mais ou menos pescam alguma coisa daqui – escuta, quem são os redatores do “Clarão”?

Onde se imprime? Etc, etc.

Não, fanáticos hipócritas! não é preciso armar laços aos beócios, porque beócios não temos em nosso serviço!

Vinde aqui na Casa Farinhas á rua República, na Agência de revistas etc, n. 2, que terão todas as instruções necessárias para fazerem o que entender.

Vinde, mas, não mascarados!

Contudo os redatores não tardam a colocar seu jornal para além das fronteiras catarinenses, vindo a divulgá-lo pela região sul e, posteriormente infiltrando-se no sudeste. Isso propiciava vínculos com outras publicações anticlericais, como os jornais publicados em São Paulo, **A Lanterna** e **O Livre Pensador**, contatos que serviriam para

3 *O Clarão*, teve duas fases, a primeira que foi de 20 de agosto de 1911 a 4 de julho de 1914; e a segunda que foi de 28 de agosto de 1915 até idos de 1918.

o aprimoramento das lides de **O Clarão** e para o engajamento nas lutas abraçadas por estas duas publicações.

O jornal **A Lanterna**⁴, de inspiração anticlerical e libertária, editado em São Paulo, operava como veículo de informação principalmente à classe operária, tendo em sua direção o jornalista e anarquista Edgard Leuenroth, e no início da década de 1910 tinha como um dos seus pontos de venda na Ilha de Santa Catarina a Agência de Revista do Sr. Valentin Farinhas, localizada na rua República nº 2, atual calçada da Felipe Schmidt. No que condiz aos vínculos deste jornal⁵ com os anticlericais catarinenses de Florianópolis, e vice-versa, observamos o seguinte:

GRATIDÃO

Á ilustrada redação da “Lanterna”.

A redação d’ “O Clarão” agradece penhorada as palavras benévolas e conceituosas com que nos acolhe e encoraja-nos, ao incorporamo-nos convosco no Exército libertador da moral social, contra a “negra sotaina” implantadora da corrupção.

Com a devida vênia, abaixo transcrevemos essa opinião criteriosa que nos enaltece aos olhos da sociedade culta.

A “Lanterna” de S. Paulo de 6-1-1912.

A NOSSA IMPRENSA

“O Clarão” – Já vai para quatro meses que, com este significativo título, começou a publicar-se em Florianópolis, Santa Catarina, um denodado colega de combate, dedicado á propaganda anticlerical.

4 Foi fundada em 7-3-1901, durando até 29-2-1904, sob a direção de Benjamin Mota (1ª fase); reaparece em 17-10-1909 indo até 19-11-1916, sob a direção de Edgard Leuenroth (2ª fase); e em 13-7-1933 iniciou sua terceira fase que foi até 10-1935, sob a direção novamente de Edgard Leuenroth. Elaborado com base na obra: RODRIGUES, Edgar. **Pequena História da Imprensa Social no Brasil**. Florianópolis: Insular, 1997.

5 Enquanto dica de leitura, *O Clarão*, elucidava: “Afetações carolísticas, curam-se radicalmente com a leitura do ‘O Clarão e da Lanterna’”.

Apesar do seu pequeno formato, o novo campeão da Verdade está sustentando com admirável valentia uma decidida campanha contra a clericanalha que de uma maneira assustadora vai avassalando aquele Estado do Sul.

Ao simpático companheiro de lutas enviamos as nossas calorosas felicitações, desejando-lhe uma sempre crescente prosperidade, para o bem do ideal que defendemos.⁶

O Livre pensador era um jornal editado pelo operário gráfico, libertário⁷ e maçom, Everardo Dias. Ao referir-se ao jornal, John W. F. Dulles, escreveu: “(...) *O Livre pensador*, “Tribuna Livre das Idéias Contemporâneas”. Esse quinzenário, publicado pela primeira vez em 1902⁸, exaltava Lamarck, Darwin, Haeckel e Spencer, e atacava implacavelmente a Igreja Católica, a ‘tirania do fumo’ e o álcool - ‘a bebida mais funesta inventada pelo homem.’⁹

E sobre a troca de experiências mantida entre a redação de **O Clarão** e **O Livre Pensador**, encontra-se a seguinte nota:

Não achamos palavras que possam exprimir os nossos agradecimentos ao ilustre colega o “Livre Pensador” de S. Paulo, pela honra que nos concedeu em transcrever um artigo nosso em defesa da Maçonaria, atacada por um hieróglifo pasquim que com o título de “Época” publica-se nesta capital.

Somos também mui gratos pelas palavras de conforto que nos deu o colega e pelo elogio feito ao nosso Clarão.

O Livre Pensador é um conceituadíssimo jornal que muito honra a imprensa do país.

6 *O Clarão*, Florianópolis, 20/ 02/ 1912.

7 Ideal que defenderia até meados da década de 20, quando então ingressa no P.C.B., extasiado pela “continuidade” da Revolução Russa.

8 Segundo dados do pesquisador Edgar Rodrigues, o jornal *O Livre pensador*, teve seu primeiro número impresso em 1 de junho de 1903 in: RODRIGUES, Edgar. **Pequena História da Imprensa Social no Brasil**. Florianópolis: Insular, 1997.

9 DULLES, John W. F. **Anarquistas e comunistas no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 20.

A sua frente, Everardo Dias, o incansável propagandista das idéias novas, sabe dar a seu órgão uma feição inteiramente peculiar que o faz salientar-se na lide insana do jornalismo.

Pena abalizada e forte que não vacila no seu discorrer maravilhoso, ele tem nessa campanha espinhosa e difícilíssima, conseguindo realizar uma parte de seus idéias.

Estava a forjar esse modesto e simplicíssimo artigo incapaz de traduzir os nossos sentimentos de gratidão, quando trouxe nos o correio o último número do “Livre Pensador” no qual deparamos com outra transcrição que publicamos em um dos números últimos.

Pelo que vemos, lá na tenda sagrada do ilustre colega, gozamos também conceito e simpatia e somos lido com atenção.

Que os carolas que vivem a ladrar contra nós, dizendo ser o nosso jornal um pasquim lido apenas por pasquinhos, vejam esse exemplo dignificador ao alto apreço que gozamos.

Ao ilustradíssimo colega o “Livre Pensador” um abraço fraternal que envia o “Clarão” como sinal de agradecimento e de inteira solidariedade na defesa sagrada desse povo que vê seus direitos vilipendiados, sua honra demolida e sua consciência morta por essa horda corrupta de homens sem pátria, sem família e insociais chamados – padres.¹⁰

Assuntos referentes à Maçonaria por vezes ganhariam destaque nas páginas de **O Clarão**, que buscava reverter a imagem pintada pela Igreja Católica que a associa a um culto de essência demoníaca. Contra tais afirmações, os anticlericais expunham: “Ela não é o que contam os padres e os carolas, não! É uma sociedade de homens honrados, cujo fim é fazer o bem”.¹¹ Mas não somente a Maçonaria ganhava fama de diabólica, por suas

10 *O Clarão*, que segundo a impressão data de 7 de novembro de 1912, mas conforme notas feitas no exemplar do assinante, Heitor Blum (Advogado e político local), seria de 7 de dezembro, o que condiz mediante averiguação da seqüência numérica das publicações e suas respectivas datas.

11 *O Clarão*, Florianópolis, 23/ 12/ 1911.

práticas de oposição ao Clero. “Pois não é que os imbecis carolas preferem encontrar-se com Satanás, do que com o modesto clarãozinho quando o vêem sobre qualquer cadeira de “barbearia”?!”¹²

Satirizando com o imaginário que ganhava forma e divulgação nas instâncias religiosas acerca do diabo, os anticlericais ironizavam:

O DIABO

Diabo é o frade ou padre que vai para o púlpito zurrar contra o casamento civil, contra a imprensa que não se vende aos padres e contra o Brasil.

Diabo é o frade ou padre que rouba pelas costas os boletins aos pequenos e galopa para a igreja de S. Francisco pensando que ainda está na terra do “vom binho”.

Diabo é o frade ou padre que arranja aulas de catecismo nas sacristias para ler serralhos dentro da igreja.

Diabo é o frade ou padre que exige do povo galinhas, repolhos e couves para viver como um cevado a custa dos tolos.¹³

O personagem diabo (como também sua variável Satanás), aliás, era freqüentemente utilizado como pseudônimo para assinar vários artigos e como tema de inúmeras discussões. Entretanto, as “evocações” diabólicas contidas no bojo de **O Clarão**, tinham por objetivo satirizar a superstição católica ou simplesmente apresentar este personagem através de uma ótica, que em muito divergia das concepções divulgadas pelo clero. E associado ao imaginário do Diabo estava também o Inferno: “(...) O inferno é ilusório, é um espantalho criado pelos padres, para que em vosso espírito se apodere o medo”.¹⁴ Contudo, a passagem referente ao roubo de boletins reportava-se ao furto do jornal **O Clarão** pelo padre português

¹² *O Clarão*, Florianópolis, 21/ 10/ 1911.

¹³ *O Clarão*, Florianópolis, 27/ 01/ 1912.

¹⁴ *O Clarão*, Florianópolis, 23/ 12/ 1911.

Bellarmino Correia Gomes que, agindo pelas costas do jovem jornalista que os vendia pelas ruas de Florianópolis, fugiu para dentro da Igreja de São Francisco, local em que por sinal funcionava a redação do jornal católico *A Época* (os folhetins só seriam recuperados mediante intervenção da polícia).

Sobre a imprensa católica em Florianópolis, o periódico *A Época* (chamado pelos redatores do *O Clarão* de *A Pipoca*), era uma publicação semanal, surgida na década de 1910, que a partir do ano III de publicação, em 1913, seria elaborada e impressa como “Órgão da Federação das Associações Católicas de Florianópolis”. A Diretoria estava a cargo de João J. de Souza Medeiros enquanto que a gerência sob os cuidados de Jorge Heinrich. E em meio ao duelo de forças deste jornal com *O Clarão*, um leitor expôs colérico neste último a sua ojeriza em relação a certas práticas que ganhavam corpo, tais como a venda de indulgências e a execução aos domingos de leilões nas portas das igrejas, encerrando seu escrito com esta menção a Victor Hugo¹⁵:

Vós (padres) vendeis o batismo e fazeis que os homens
vos paguem o direito de nascer cristãos.

Vendeis aos pecadores inúteis indulgências.

Vendeis aos noivos o direito de se casarem.

Vendeis ao moribundo o direito de agonizar.

Vendeis aos parentes os ofícios fúnebres dos defuntos.

Vendeis as orações, as missas e a comunhão.

Vendeis benções cruzeiros e rosários.

15 Victor-Marie Hugo, principal representante do Romantismo literário francês, nasceu a 26 de fevereiro de 1802 em Besançon, e morreu em Paris a 22 de maio de 1885. Entre suas obras destacam-se, “Notre Dame de Paris” (1831), onde denunciava a fatalidade dos dogmas; “Os Miseráveis” (1862), onde a denuncia volta-se para a fatalidade das leis.

Nada é sagrado para vós (os padres) tudo é mercadoria.
E não se pode dar um passo nas vossas igrejas sem que se pague para entrar, para se assentar, e para orar.

Vossos altares são balcões!

(...)¹⁶

Mas a acidez crítica dos cronistas de **O Clarão** não paravam por aí, como podemos ver neste artigo intitulado “A Reforma dos Mandamentos”:

São esse os mandamentos que encontrais nos catecismo?
Não!

E mesmo o do catecismo é cumprido?

Não! Todos esses mandamentos foram transformados para interesse dos usurpadores dos padres! Eles mesmo pela prática de seus atos nos mostram os mandamentos que fizeram:

Amarás a mim teu Deus tão somente – o Dinheiro; pois sem mim, nada podeis fazer.

Tomarás meu nome todas as necessárias ocasiões.

Não santifiqueis sábados, mas sim domingo, para que eu (dinheiro) reine.

Não é preciso honrar pai nem mãe; por minha causa e para obterdes abandonai-os e segui-me.

Matarás, fazei inquisição, envenenai.

Tendo-me em tua casa (dinheiro) cometa adultério e compra a justiça.

Quando não me tiveres, furta, rouba.

Levantai falso de teus inimigos.

Inventem confissões para seduzirdes a mulher do próximo e iludir as donzelas!

Enganai ao próximo; quando não poderes ter o que ele tem, mata-o rouba, fazei leilão às portas da Igreja etc. etc.

Foi esse o mandamento feito e aprovado ao som do tinir das taças na maior orgia, feito no templo do seu Deus o santo Dinheiro.¹⁷

16 *O Clarão*, Florianópolis, 25/ 11/ 1911.

17 *O Clarão*, Florianópolis, 14/ 10/ 1911.

O autor sarcasticamente assinava como *Sixto V*, visando escandalizar com a figura do Papa Felice Peretti e, ao mesmo tempo, com os preceitos da Igreja Católica, os quais, segundo sua análise, estavam voltados para uma prática usurpadora. Em várias partes do texto vislumbrava-se uma similitude com o ensaio de Paul Lafargue, publicado no final do século XIX e intitulado “A Religião do Capital”, de acordo com o qual o dinheiro se tornara alvo de adorações, mas, além disto ele continha críticas à alegada criminalidade (roubo, assassinio e o estupro) perpetrada pela Igreja.

O sarcasmo da imprensa dos livre-pensadores não estava só nos pseudônimos adotados pelos cronistas, mas também no tom de muitos dos artigos publicados, como bem pode ser notado nesta passagem:

CONCURSO ANTI-CLERICAL

Abrimos hoje um concurso de “purê sang” anticlerical.

A pessoa que nos enviar uma resposta certa ou quase certa, tem direito a uma assinatura do “Clarão”.

O concurso encerrar-se há no dia 29 do corrente, último sábado do mês.

É a seguinte a pergunta: Porque é que o Brasil não expulsa de seu território todos os padres, e freira¹⁸?

A mais acertada resposta, valera por uma assinatura do “Clarão”¹⁹.

Todavia, enquanto os clérigos editavam seus libelos da virtude, centrados na figura da Igreja como órgão canalizador e provedor da moral vindoura em prol de um modelo de conduta esplendida, os livres-pensadores publicavam uma outra história que se distanciava dos semblantes de uma possível moral, da qual os padres gabavam-se:

18 A menção a freiras, somente faria parte deste texto, pois logo abaixo num reforço do concurso, assim como, nas publicações adjacentes, sobre tal promoção, no lugar de freiras, têm-se frades!

19 O *Clarão*, Florianópolis, 15/ 06/ 1912.

RES NON VERBA.

Eis a lista dos “virtuosos e castíssimos” ministros da Religião C. A. Romana, de 2 anos apenas, afora os que se acham abafados religiosamente:

A menina Delmira de Mello, aplica uma bofetada na face do Padre Mattos, quando esse pretendia beijá-la na “Sacristia” da igreja da Ajuda. (A Folha do Dia do Rio, de 23 – Outubro – 1909.)

Defloração praticado na sacristia da Igreja de N. S. do Rosário no Termo de S. Felix, Estado da Bahia, pelo Vigário Padre Seraphim Vilella.

O padre Manoel Cyriaco de Oliveiro, vigário da Freguesia de Nossa Lages (Bahia,) deflorou 11 meninas; sendo que seis delas, acham-se estampados seus retratos e o do Padre “bandalho,” n’O Malho. De 25 de Dezembro de 1909.

O “frade” Herculano José Limpensel estuprou uma menina de 11 a 12 anos, de nome Ida, residente na cidade de S. José, do Estado de Santa Catharina. (Vide “Folha do Commercio” de Florianópolis de 7 e 9 de Novembro de 1909 e outros números subseqüentes; e mais um folheto impresso onde se acham publicadas todas as cartas “amorosas” do “frade” Herculano á sua querida Ida). (*)

(...)

No sábado seguinte continuaremos a publicação dos nomes dos frades e padres – HONESTOS E VIRTUOSOS !

(*) Os “frades” de S. José Palhoça e Santo Amaro, na falta de barbas, punham as sandálias de molho.²⁰

E continuava:

(...)

16 – Oh! Milagre!!

Num convento em Blumenau, apareceu uma criança recém-nascida; e, nos peitos de uma jovem e “bonitinha freira”, apareceu logo o leite suficiente para amamentá-la

²⁰ O *Clarão*, Florianópolis, 16/ 03/ 1912.

(!!!) – Vide o jornal “O Trabalho” de Curitiba de 23 Janeiro 1910, e o Jornal “Hausfreund” de S. Paulo.²¹

Crimes envolvendo homens da Igreja ganhavam espaço na imprensa, evidenciando o não cumprimento dos “códigos de conduta” instituídos pelo clero. E frente a tais fatos, a Igreja buscava abafá-los, ou desdizê-los, preconizando tais denúncias como fantasiosas, inverídicas. Porém, um caso iria ganhar grande repercussão no Brasil através da imprensa libertária paulista, no que ficou conhecido como “O Caso Idalina”, denunciado à justiça paulista através do periódico **La Battaglia**, de tendência anarquista, que tinha como diretor Oreste Ristori²². O acontecimento envolvendo Idalina transformar-se-ia em propaganda anticlerical, tendo como sua grande divulgadora o jornal **A Lanterna**, que atuava como principal fonte deste caso, um dos maiores escândalos eclesiásticos proferidos durante a Primeira República.

Segundo a ótica anticlerical, a jovem Idalina “Stamato”, interna do Orfanato Católico Cristóvão Colombo, teria sido estuprada pelo padre scalabriniano²³ Conrado Stefani, e numa tentativa de fuga, assassinada pelo padre Faustino Consoni (superior dos Missionários de São Carlos, scalabrinianos, no Brasil), produzindo nos anos de 1909, 1910 e 1911 um forte confronto entre Igreja e Anarquistas. Ainda segundo **A Lanterna**, que baseava sua matéria em relatos de ex-internos, Idalina não seria uma vítima solitária, pois em seu encalço outros crimes se ocultavam, como o da órfã de 14 anos Josephina, que supostamente também teria sido estuprada

21 *O Clarão*, Florianópolis, 13/ 04/ 1912.

22 Sobre este libertário, existe a interessante obra do historiador: ROMANI, Carlo. **Oreste Ristori: uma aventura anarquista**. São Paulo: Annablume/ Fapesp, 2002.

23 Os scalabrianos, defenderiam um “(...) catolicismo de cunho social, ancorado na benevolência e na caridade intra e extraclasse.” In: SOUZA, Wlaumir Doniseti de. **Anarquismo, Estado e pastoral do imigrante** - das disputas ideológicas pelo imigrante aos limites da ordem: o Caso Idalina. São Paulo: UNESP, 2000. p.166 .

e assassinada. Os padres valendo-se de sua imprensa, **Gazeta do Povo**, rebateriam tais acusações taxando-as de infundadas e caluniadoras, e para tanto forjariam uma falsa Idalina, na pessoa da menor Maria Magdalena. O caso manteve-se em evidência e acarretou nas prisões de alguns libertários como Oreste Ristori (do jornal *La Battaglia*) e Edgard Leuenroth (do jornal *A Lanterna*), ocorridas durante manifestação pública realizada em 12 de março de 1911, no Largo de São Francisco, em que era exigida a punição dos culpados e o fechamento do orfanato.

Assim, a questão de Idalina ganhava força enquanto propaganda anticlerical e se difundia por outras capitais, como em Florianópolis através do periódico **O Clarão**.

ONDE ESTÁ IDALINA

Chamamos a atenção do público quer católico, quer cristão, quer anticlerical para a leitura d' "A Lanterna" de S. Paulo n. 123 de 27 de Janeiro, onde vem estampada a sublime e adorada Estatua da Verdade, e o retrato da inditosa Idalina desaparecida criminosamente do Orfanatos Cristóvão Colombo, pelos sacerdotes endeusados pela "Boa Imprensa católica Romana", segundo o parecer do ilustrado Pedro Barulho²⁴ e da Pipoca não Garota!

Na rua da República n° 2 vende-se a aludida Lanterna.

Má imprensa

Frente a isto, o Clero de Florianópolis tomaria medidas visando limitar as críticas patrocinadas pelo referido periódico, como pode ser percebida nesta passagem:

BOYCOTTAGE FRADESCA

Por completos desorientados era preciso que os padres,

24 Apelidado dado pelos anticlericais de Lages ao frei Pedro Sinzig, quando fazia paróquia naquela cidade.

ante a colossal campanha anticlerical nascente, lançassem mãos a um recurso qualquer para julgarem mais seguros os meios ilícitos com que usam para catequese dos fiéis. Lançaram mãos da boicotage, arma de perversos, para fazer mal ao próximo; para fazer mal ao próximo, eles, os padres, os repercutores das palavras do texto: amai ao próximo como a voes mesmo!

Escândalo!

Todos os comerciantes, proprietários, hoteleiros, aqui na capital ou em parte do Estado, uma vez que sejam só “assinantes do Clarão” são imediatamente perseguidos pelos padres.

Aconselham aos seus carneiros tosquiados a não comprarem mais, a não venderem, a não falarem a não serem fregueses desse ou daquele, sendo assinantes, só assinantes desse jornal.

As provas por escrita e verbais, temos em nosso poder.

Até que ponto chega a desmoralização do clero!

A Boycottage no clero!

Era só o que faltava; e se falta-lhes esse recurso...

Adeus mitras, cetros, batinas, concessionários e...círculos católicos! Vai tudo por água a baixo.

Puxem na corda e vamos ver por onde rebenta!

Força Clero! Força que nós estamos firmes e resolutos.²⁵

Além de boicotes, proibições e furtos (patrocinados pelo clero), decretos de excomunhão²⁶ marcariam a trajetória do periódico **O Clarão**. E nesta senda, o jornal anticlerical revidava:

Á Eles

Morram os anticlericais!

Morram os continuadores da obra de Ferrer!²⁷

25 *O Clarão*, Florianópolis, 27/ 04/ 1912.

26 Através do Aviso nº 14 instituído pelo padre português Joaquim D. de Oliveira e lido nas igrejas da capital e cercanias a partir de 26 de novembro de 1916, tal publicação estava excomungada.

27 Francisco Ferrer y Guardia foi o idealizador das Escolas Modernas fundadas em 1901 em Barcelona, que tinha como meta uma educação de transformação social através de um programa de ensino racionalista que visava embater com as idéias preconcebidas e impostas pelas classes dominantes. Pelo caráter de ruptura com o pré-estabelecido que as Escolas Modernas de Ferrer propunham, em detrimento a uma educação patriótica e religiosa, seu trabalho seria alvo de inúmeras perseguições, que num conchavo (entre

Morram os livres pensadores!

Morram os socialistas!...

Eis os gritos agudos, estridentes, que soltam esses homens sem consciência, esses homens sobrecarregados de remorsos e crimes, esses homens que de humanos só possuem a forma!

E com eles, cantam em coro o cântico da morte, os carolas e fanáticos – Mas, as suas palavras perdem-se... de vez para vez, cresce, avoluma-se, avulta-se mais e mais duma maneira fantástica, considerável esses que convictos das barbaridades, crimes e horrores praticado pelos padres, vêem em defesa dos fracos e oprimidos!

Esses, que tão somente trabalham para a defesa da verdadeira religião pregada pelo pobre Cristo. Esses então podem numa só voz, forte e que acha eco em todos os recantos do mundo, gritarem convictos, morra o clero..²⁸

E nesta teia de tensões que marcavam o limiar da República Velha, o anticlericalismo mostrava-se como um interessante instrumental de luta social frente às arregimentações entre poder público e o alto clero em Santa Catarina.

REFERÊNCIAS

DULLES, John W. F. **Anarquistas e comunistas no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

RODRIGUES, Edgar. **Pequena História da Imprensa Social no Brasil**. Florianópolis: Insular, 1997.

SOUZA, Wlaumir Doniseti de. **Anarquismo, Estado e pastoral do imigrante - das disputas ideológicas pelo imigrante aos limites da ordem: o Caso Idalina**. São Paulo: UNESP, 2000.

Periódico

O Clarão. Florianópolis, 1911 – 1912.

Igreja e Estado), visando eliminá-las, em 1909, este pedagogo catalão seria injustamente responsabilizado pela revolta popular que em Barcelona se sucederia, conhecida como Semana Trágica. Pretexto que o Governo e o Clero precisavam. Francisco Ferrer y Guardiã em 13 de Outubro do corrente ano, era fuzilado na fortaleza de Montjuich, em Barcelona.

28 *O Clarão*, Florianópolis, 2/ 12/ 1911.

O INCÊNDIO do Arquivo Municipal em 1958



Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

O INCÊNDIO DO ARQUIVO MUNICIPAL EM 1958

LAMENTÁVEL OCORRÊNCIA¹

“Na noite de 8 de novembro de 1958, pelas 22:00 horas, violento e pavoroso incêndio destruiu parcialmente o edifício da Prefeitura Municipal de Blumenau.

As chamas surgiram inesperadamente no Arquivo Municipal, instalado nos altos do edifício do Fórum, originadas, ao que se presume, por um curto circuito nas instalações elétricas, não se sabendo, entretanto, até hoje, a verdadeira origem do sinistro.

O fogo foi notado por um transeunte, o qual percebeu sinais de fumaça na parte superior do edifício. Aos seus gritos de alarme, o Guarda Noturno Municipal imediatamente se pôs em atividade, solicitando a presença dos Corpos de Bombeiros existentes na Cidade.

Tendo o fogo iniciado no Arquivo Municipal, na parte superior, fácil foi a combustão do material. O fogo progrediu rapidamente e se propagou a quase todo o edifício, consumindo toda a documentação, mobiliário, soalhos, tetos de madeira, etc.

Os bombeiros de todas as Guarnições passaram a lutar bravamente. A despeito desse extraordinário esforço, o fogo se recusava a ceder. Os bravos soldados do fogo tiveram de lutar durante horas até conseguirem controlar as chamas. Depois de obtida a primeira vantagem, continuaram seus incessantes esforços para reduzir o fogaréu a pontos

1 FONTE: Relatório dos Negócios Administrativos do Município de Blumenau referente ao ano de 1958 apresentado à Câmara Municipal pelo Prefeito Frederico Guilherme Busch Junior. P. 7-8.

reduzidos de chamas e depois pequenos braseiros que finalmente morreram em cinzas fumaçantes. Alguns braseiros, nos dois dias seguintes, ainda irromperam em chamas, fazendo-se necessária novamente a ação dos bombeiros.

Não fosse o louvável trabalho dos Corpos de Bombeiros da Empresa Industrial Garcia, da Fábrica de Gaitas Hering, da Casa Hoepcke, do Corpo de Bombeiros da Municipalidade e a cooperação decisiva do 23º Regimento de Infantaria, da Polícia local e ainda de particulares, conseguindo isolar a parte do prédio, em que funcionam as repartições municipais, e todo o prédio, o majestoso prédio da Prefeitura Municipal, teria sido devorado pelas chamas.

Toda a parte do edifício onde funcionava o Fórum foi inteiramente arrasada, destruindo completamente as repartições ali instaladas.

O Arquivo Municipal, considerado Patrimônio Histórico, do qual muito se orgulhavam os blumenauenses, também foi totalmente destruído.

Ali estavam guardadas as obras que contavam os primórdios da vida do nosso município. Manuscritos pessoais, do fundador da nossa Comuna, Dr Hermann Bruno Otto Blumenau, bem como todo o documentário referente à vida social, política, econômica e administrativa de Blumenau, desde a sua fundação em 1850 até o ano de 1957, tudo ficou em cinzas, o que é realmente de lamentar. Foi uma perda irreparável para o Município. Esse mesmo Arquivo, por ocasião do Centenário de Blumenau, esteve aberto à visitação pública, tendo merecido unânime manifestação da Imprensa Brasileira, de que era o mais completo de todos quantos existiam no País.

Também a valiosa Biblioteca Jurídica, os arquivos dos Cartórios do Crime, do Cível e Comercial, dos vários Tabelionatos, do Cartório de Órfãos e do Cartório Eleitoral foram consumidos pelo fogo.

Nas repartições municipais, não atingidas pelo fogo, também foram desastrosas as conseqüências, com grandes danos causados pela água.

No ensejo deste registro, cumpro a gratíssima obrigação de reiterar de público a gratidão do Governo Municipal de Blumenau ao componentes dos Corpos de Bombeiros da “Empresa Industrial Garcia”, da “Fábrica de Gaitas Alfredo Hering S. A. Com. e Ind.”, da “Casa Hoepcke S. A.”, e da própria “Municipalidade”, pelos esforços, bravura e sacrifícios despendidos no combate às chamas e no isolamento da parte em que funcionam as demais repartições municipais, evitando, assim, maiores e avultados prejuízos para Blumenau.

Não desmerecendo a heróica atuação do pessoal da Prefeitura, do Destacamento de Polícia local e a cooperação decisiva e desinteressada de particulares, num preito de homenagem e justiça, cabe destacar a magnífica atuação dos soldados do 23º Regimento de Infantaria, no serviço de policiamento e salvamento dos bens públicos, trabalho esse que foi eficientemente dirigido pelo Major Adriano Gomes da Silva.”



Fig. 1 - Móveis destruídos pelo incêndio de 8 de novembro de 1958. Acervo A.H.J.F.S.

RELATÓRIO²

I – No dia oito de novembro do corrente ano, cerca das vinte e duas e quinze horas, irrompeu um incêndio no edifício da Prefeitura Municipal desta Cidade.

O menor Albertino Adriano que estava no jardim fronteiro ao citado edifício, vendo um clarão na última janela, em cima e à direita de quem olha o edifício, e fumaça saindo pelo telhado, naquele local, deu alarme para o guarda da Prefeitura, senhor João Frederico da Silva que se encontrava na entrada do requerido edifício conversando com alguns amigos; este guarda (fls.), tomando conhecimento do fato, subiu correndo as escadas que davam acesso ao Fórum e diversos cartórios, sendo seguido pelo soldado Anatólio Medeiro que se encontrava de guarda, senhor Luiz Pacheco (fls.) e outros; durante essa escalada, o referido guarda foi acendendo as luzes (para isso ligando os interruptores) e abrindo as portas; quando o guarda chegou ao arquivo da Prefeitura, notou um clarão por baixo da porta; julgando ser início de fogo, o guarda pensou em apagá-lo, para isso arrebatando a porta; com a entrada do ar no compartimento do arquivo, o fogo, reavivado pelo oxigênio, se avolumou, estourando em chamas, principalmente porque o material de maior quantidade no local, era papel arquivado, conseqüentemente de fácil combustão. Vendo a extensão do sinistro, o guarda João Frederico tratou de providenciar a vinda do Corpo de Bombeiros, chegando em primeiro lugar a Polícia Militar, que imediatamente entrou em ação, chegando mais tarde o Corpo de Bombeiros da Empresa Industrial Garcia e Fábrica de Gaitas; nessa altura dos acontecimentos, todas as pessoas presentes auxiliavam no

2 Transcrição do acadêmico Dionei Sartor do curso de História e Geografia - FURB.

salvamento de arquivos e bens pertencentes às repartições e cartórios que estavam sendo atingidos pelo fogo.

Quando o fogo já havia destruído quase toda a ala direita do edifício, foi dominado pelos bombeiros, que também haviam conseguido isolar a ala esquerda do edifício sinistrado, inclusive com auxílio de um contingente do 23º RI, sediado nesta cidade.



Fig. 2 - Corpo de Bombeiros da Empresa Industrial Garcia. Grande colaboradora no combate ao incêndio de 8 de novembro de 1958. Acervo A.H.J.F.S.

II – No dia seguinte (nove), o signatário, que preside este inquérito, recebeu ordem do Governo Estadual, por intermédio do Dr. Secretário da Segurança Pública, para reassumir suas funções de Delegado Especial de Polícia, respondendo pelo expediente da Delegacia Regional de Polícia de Blumenau, visto encontrar-se em gozo de férias em Florianópolis, vindo para esta cidade em companhia daquela autoridade e, aqui chegando, reassumiu imediatamente suas funções, instaurando o competente inquérito, para apurar as causas do incêndio.

Para procederem ao exame pericial competente, foram nomeados os peritos mencionados na Portaria de fls. dois, sendo o primeiro, perito oficial do Instituto de Identificação e Médico Legal de Florianópolis e o segundo, engenheiro eletricitista da Cia. Força e Luz desta Cidade; já no dia seguinte os peritos iniciaram seus trabalhos, sendo postos à sua disposição, diversos trabalhadores da prefeitura para os serviços complementares da perícia.

Entrementes, o signatário iniciou as investigações necessárias no sentido de examinar a possibilidade do incêndio ter sido criminoso. Como sempre acontece em ocasiões como essas, muitas conversas se ouvem de possível participação criminosa de alguém, no incêndio. Assim, surgiram informações a respeito de funcionários e operários da Prefeitura Municipal que estariam desgostosos com o senhor Prefeito, ou demissão ou por preterição; surgiram também informações de possíveis conversas de determinadas pessoas que teriam dito, antes do incêndio, que alguma novidade haveria em Blumenau em a noite de sábado (a mesma em que se verificou o incêndio).

Todas essas informações foram minuciosamente examinadas, até serem completamente esclarecidas.

A conclusão geral a que se chegou, no curso dessas investigações, foi de que essas conversas de fato existiram, porém, relacionadas a uma provável passeata de protesto contra o alto custo de vida (a exemplo da Capital do Estado) que estaria sendo articulada por elementos não identificados, para ser realizada naquele sábado (8-11) à noite. Com a ocorrência do incêndio da Prefeitura naquela mesma noite, os informantes ligaram um fato ao outro, tirando a conclusão de que o incêndio poderia ter sido provocado pelos prováveis agitadores do povo.

A funcionária encarregada do arquivo e o guarda noturno

da Prefeitura, apesar do crédito de confiança que lhes atribuiu o senhor prefeito Municipal (fls.), foram devidamente interrogados(fl.).

Ouvidas foram ainda, todas as demais pessoas que tinham conhecimento mais direto do fato (fls.)

III – Examinando-se o Laudo Pericial de fls. procedido pelos peritos já citados em Portaria de fls. dois verifica-se o seguinte:-

a)- trata-se de um laudo bem circunstanciado e com dezesseis “Anexos” ilustrativos;

b)- o perito, senhor Inery Silva, do Instituto de Identificação e Médico Legal, foi o relator e responsável pelas respostas aos quesitos e conclusão final, uma vez que o perito Paulo Afonso de Freitas Melro, em ressalva aposta à sua assinatura no Laudo, responsabilizou-se apenas pelo exame da parte elétrica (fls.);

c)-a resposta ao terceiro quesito, ponto primordial do Laudo, é indecisa, pois, embora declare o perito que o incêndio tem característica de criminoso, não pode afirmar categoricamente que o fogo foi posto propositalmente, por falta de elementos comprovantes colhidos no local; a essa conclusão chegou o perito, pelo processo de eliminação das outras causas (natural e acidental) e pelo fato de alegar que encontrou dois focos de incêndio, conforme demonstra por meio de tinta carmin formando dois pontos, donde irradia setas da mesma tinta para mostrar o progresso do fogo, no anexo 16; ao localizar esses focos de incêndio e respectivas setas no anexo 16, parece ter havido engano do perito, pois que o fogo teve início no pavimento superior ao apontado no referido anexo 16; salvo se, por falta de planta daquele pavimento, o perito usou o plano inferior nos lugares correspondentes ao de cima; porém, se assim procedeu, não especificou no referido anexo, nem no relatório.

Concluindo a apreciação sobre o Laudo Pericial, parece-nos que

as causas natural e acidental foram eliminadas muito cedo sem um exame mais acurado (vide as possibilidades constantes das declarações de fls.).

A existência de dois focos é problemática, haja vista que o perito os localizou num pavimento abaixo daquele em que teve início o incêndio, pois o mesmo perito reconhece que o incêndio teve início no arquivo (fls do Laudo Pericial) e o pavimento onde estava o arquivo desapareceu completamente, não ficando vestígios para localizar os ditos dois focos; onde os mesmos foram localizados no anexo 16, corresponde à “Sala do Cafezinho” (conhecida por todos em Blumenau).

Muito embora se reconheça que o perito senhor Inery Silva foi bastante esforçado e apresentou um trabalho bem feito, não se pode concordar com a conclusão a que chegou.



Fig. 3 - Vestígios do incêndio de 8 de novembro de 1958. Interior do Arquivo Municipal de Blumenau. Acervo A.H.J.F.S.

Em nossa opinião, o incêndio que atingiu tão duramente a

Prefeitura Municipal de Blumenau, poderia ter tido origem por uma das três causas (natural, acidental, criminosa) mencionadas pelo perito; porém, dada a extensão do sinistro, o grande volume de entulho e destruição completa do pavimento do arquivo, onde teve início o incêndio, não se tem elementos para determinar a causa exata do incêndio.

IV- Foram desalojadas do prédio sinistrado, com maior ou menor prejuízo, as seguintes repartições:- O Fórum com respectivos Juizados da 1ª e 2ª vara e cartórios e escriturarias subordinadas (menos o Cartório de Registro de Imóveis, que fica na outra ala) ; sala das sessões de júri e audiências dos senhores Juizes; arquivos da Prefeitura Municipal e do Fórum; Promotorias Públicas da 1ª e 2ª Vara; Inspetoria de Terras e Colonização; Inspetoria Escolar; Delegacia Regional de Polícia com respectivos Comissariados e Cartório do Escrivão Privativo e Corpo da Guarda do Destacamento Policial.

V – O prazo da remessa destes autos foi excedido em virtude da demora da entrega do Laudo Pericial, que somente chegou de Florianópolis no dia dezessete do corrente mês. O senhor Escrivão junte cópia autêntica dos radiogramas expedidos no sentido de nos ser remetidos o Laudo Pericial com maior brevidade.

Depois de preenchidas as demais formalidades legais, o senhor Escrivão remeta os presentes autos ao Exmo. Sr. Juiz de Direito da 2ª Vara desta Comarca.

Blumenau, em 22 (Vinte e dois) de dezembro de 1958

Major Celino Camargo Pires

Del. Especial de Polícia.



Fig. 4 - Interior das instalações do Arquivo Municipal após o incêndio de 8 de novembro de 1958. Acervo A.H.J.F.S.

Uma caminhada pela
rua **SÃO PAULO**



UMA CAMINHADA PELA RUA SÃO PAULO

Brigitte Fouquet Rosenbrock¹

Este dia, de início de primavera, amanheceu brusco e triste! Um daqueles dias, que você tem vontade de ficar em casa! Mas eu precisava sair e fiz algo diferente. Fui de carro até no pátio da Funerária Haas e de lá segui a pé até a Rua Amadeu da Luz. Na ida fui pensando na reunião da qual eu iria participar, mas na volta... ah, caminhando por este pedaço da rua São Paulo, que me é tão familiar desde criança...voltei ao passado!



Fig. 1 - Alto da Rua XV de Novembro. Prédio, Casa Comercial Carlos Hoepcke. Acervo A.H.J.F.S.

Ao caminhar lembrei-me do comércio e das pessoas que lá fizeram a sua história e a da cidade. Já na esquina, à direita, erguia-se o

¹ Assinante e colaboradora da Revista Blumenau em Cadernos

prédio da Casa Carlos Hoepcke, com a escadaria que levava ao escritório e daí à loja. Na esquina esquerda, o armazém Ruediger, num prédio baixo, em estilo “vendas do faroeste”, comprido para o lado da Rua São Paulo, varandão em sua extensão. E neste “prédio” iniciou o Foto Hugo.

Seguindo, chego à esquina da Família Sada, casa que mais tarde tornou-se sede de um partido político.

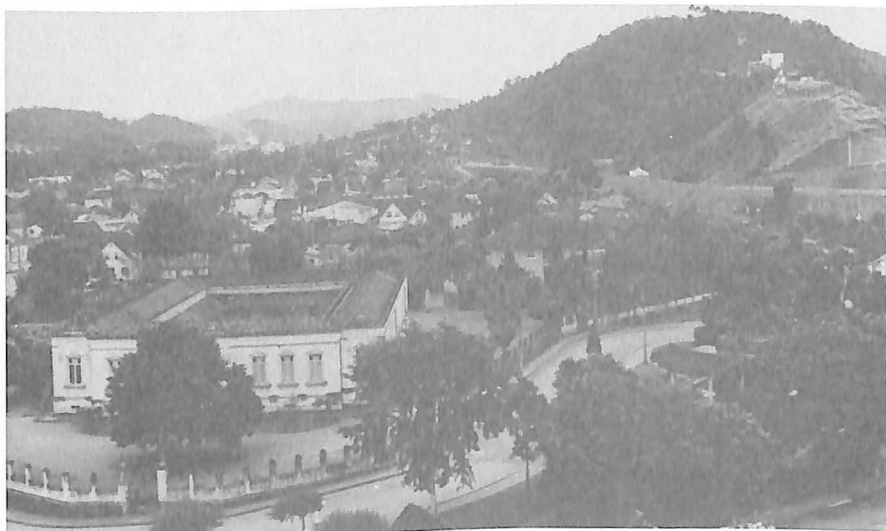


Fig. 2 - Vista do Grupo Escolar Luiz Delfino. Acervo A.H.J.F.S.

No lado direito da rua, o Grupo Luiz Delfino, onde eu votei pela primeira vez e lembro que estava muito nervosa. Atrás do grupo, a velha Estação da Estrada de Ferro.

E eu vou seguindo... cruzei a rua Paulo Zimmermann, onde se encontrava a Fábrica de Chocolate Saturno e na esquina, o Posto Haas, que ainda hoje está lá.

E vou chegando à ponte sobre o ribeirão da Velha, do qual só sobrou esgoto. Pisando este chão que me é tão familiar e ao mesmo tempo, tão diferente!

Os anos passaram! Como eu, a cidade também ficou mais velha, mas veio o progresso, o desenvolvimento! Mas naquele momento

eu era a menina, que caminhava na “minha rua”, pequena e tranqüila! Mas que bom, nós duas amadurecemos! A rua modernizou e eu? Somei anos e “cresci”! A cada passo que dou, pareço estar caminhando nas lembranças dum passado!

Cruzando a ponte e chego à casa do dentista Hochheim, que ainda lá está, mas a casa da Família Schürmann, logo ao lado, não mais existe. Em frente, a Padaria da Frau Schmidt que fazia pão e cuca gostosíssimas. Seu vizinho, a Fábrica de Caixas de Papelão, do Sr. Schleuss e pouco adiante a casa da Frau Zwicker. No meu passo lento no passado, chego agora na oficina Müller, que iniciou pela serralha do Sr. Padaratz, tendo em frente a Latoaria Hadlich.

Vou chegando na pequena curva da rua, bem em frente à Rua Tocantins, que na época era beco. Bem ali, no lado esquerdo, havia um grande transformador da “Força e Luz”, hoje Celesc.

Nunca gostei de passar perto do transformador. Mas certo dia, por lá passando, um rapaz me chamou de “Quinta Coluna”, expressão com a qual os descendentes de alemães eram xingados durante e após a Segunda Guerra Mundial.

Eu não hesitei, o sangue me subiu e eu parti para cima dele. Ele apanhou... e nós dois saímos dali sujos de poeira, pois a rua São Paulo só tinha calçamento em sua faixa central. Na entrada da Tocantins ficava a casa da Família Hadlich, lembro a “vovozinha” sentada em sua cadeira de balanço na frente de casa.

Aliás, era uma prática bem normal das famílias, à noitinha, sentarem na frente de suas casas, isto quem morava direto na rua. Na outra esquina deste beco construíram mais tarde a Loja Vieira – Bruns.

Um pouco adiante a Funerária Kreuzer. Quando crianças íamos lá visitar Tante Ella e Onkel Franz, tios de meus primos. Com pavor e medo entrávamos na sala dos caixões de defunto, hoje “urna funerária”,

expressão menos agressiva. Nossa curiosidade vencia o medo! O coche fúnebre ficava nos fundos da marcenaria, onde os caixões eram fabricados. Onkel Franz e seu filho Egolf eram marceneiros.

Ainda tenho uma mesinha feita por Egolf e foi ele também, que há 45 anos, fez o “chiqueirinho” para Marcelo, nosso filho. Este coche fúnebre preto era decorado com cortinas pretas com pompons pretos, que balançavam com o trote lento dos dois cavalos negros, também cobertos com mantas pretas com pompons e no seu lombo ostentavam um penacho preto.

E o cocheiro, todo de preto do chapéu cartola aos sapatos. Os caixões de adulto eram pretos e os de crianças, brancos. Era um ritual muito solene, os velórios eram feitos em casa e às vezes era longe o caminho até o cemitério. E enquanto o cortejo passava, em respeito, as lojas fechavam suas portas.

E eu vou seguindo... logo ao lado ficava a Transportadora Ristar. Dirceu, o filho do casal foi meu aluno no pré-primário da “Barão”. Este prédio ainda existe e bem frente morava a Família Schneider, ela costureira.

Chego agora nas duas casas à direita que foram “armazém de secos e molhados”. Lembro que um era da família Soares e creio que o outro do Laerte Cunha.

Até parece que sinto no ar o cheirinho gostoso da Fábrica de balas Delling, ali logo ao lado. Lá comprávamos “refugo” em quilo, que delícia! Hoje é uma academia de ginástica. E logo ao lado, a casa da Família Afonso de Oliveira e da Família Bayer. Estes casarões ainda existem e hoje são casas de comércio.

Em frente construíram uma grande casa, um sobrado quadrado e branco. Moravam lá dois senhores irmãos, muito gordos e solteiros, eram os “Hasenklever”. Muitos anos mais tarde lá iniciou a Floricultura Artefloral, do SchatziI. Esta casa, como outras não mais existem, mas a maioria mesmo mudada, ainda lá está. Ao lado da floricultura outro pequeno

prédio. Funcionava aí uma latoaria onde mamãe encomendava as formas de pão, cuca, bolo e as forminhas dos docinhos de Natal e Páscoa.

Neste mesmo prédio, na porta ao lado a cabeleireira, Edel, tinha seu “salão de beleza”, que mamãe e quase todas a da vizinhança freqüentavam. E na porta do meio iniciou há muitos anos a Casa Bahia, armazém mais requintado. Hoje, ao me aproximar, Cláudio seu proprietário há 30 anos, estava na porta do seu comércio.

Não perdi a oportunidade de bater um papo com ele. Juntos relembramos mamãe e tantas outras pessoas onde ele fazia entrega da mercadoria em sua bicicleta, o que era bem comum na época. Enquanto Cláudio e eu conversávamos, passavam velhos moradores do bairro, que já foi meu também!

Segui e já estava diante da casa da Família Müller, casa esta que também sobreviveu. Já me aproximo da Rua Paraíba, da Oficina Gaertner. Os prédios existem e são hoje ocupados pelo Seterb. Ali perto morava a família August e nos fundos da casa deles iniciou, aqui na cidade, a “Assembléia de Deus”.

E a velha casa da esquina, esta foi a moradia da Família Gaertner, depois “armazém secos e molhados” de Laerte Cunha, sendo que mudou para mais adiante, perto do Soares. Depois instalaram o Bar Rainha e hoje funciona como tal.

Cheguei de volta ao pátio da funerária Haas, que antigamente era só marmoraria. Também eles estão modernizando e melhorando sua propriedade. A marmoraria Haas está festejando seus noventa anos de atividade.

E me vem bem nítida à memória, a casa de Omama Fouquet. Não existia rua entre Haas e a casa antiga de vovó, com sua grande e larga escada para o varandão, que tinha a largura da casa. Lá brincávamos quando crianças, e deste passado só restam as lembranças!

Passo diariamente por este pedaço de rua de carro. Nada vejo, só me concentro no trânsito. Hoje, ao caminhar, olhar, ver as casas que sobraram restauradas, modificadas, acompanhando o progresso, pude ver o que se perde andando de carro. Quero mais vezes caminhar pelas ruas dos bairros da minha cidade. Quero apreciá-la e me alegrar em viver numa cidade tão bonita. Deixei de lembrar gente que morava neste trecho, mas creio que consegui transportar você para um passado da Blumenau pacata e tranqüila, quando ainda existiam espaços vazios onde meninos jogavam bola, os ciganos acampavam e sem medo podíamos caminhar de dia e de noite.

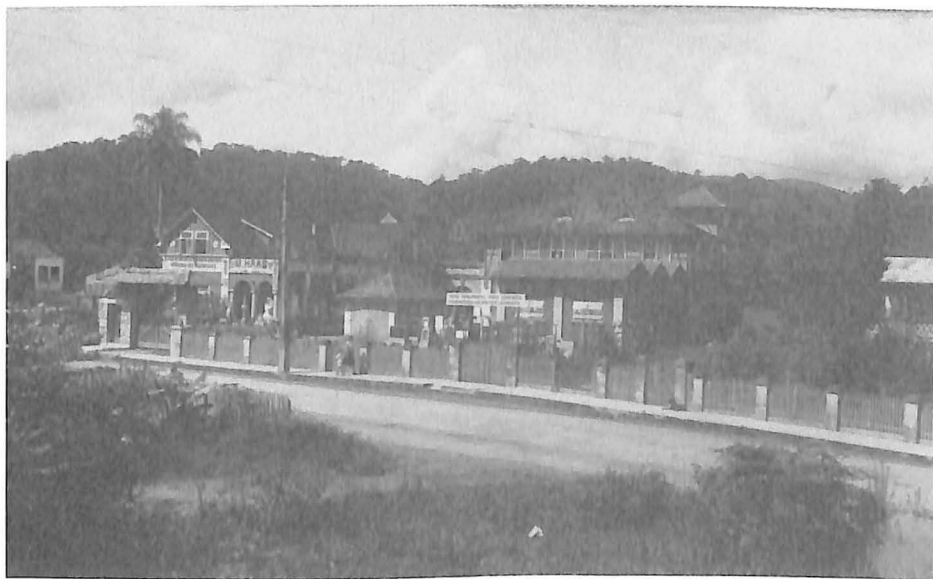


Fig. 3 - Prédio da marmoraria Haas, Rua São Paulo. Acervo A.H.J.F.S.

Foi uma caminhada saudosista que eu queria relembrar com vocês. Todos estes lugares trazem bem nítido à memória, as pessoas que fizeram e ainda fazem parte da nossa história. Um dia talvez, nós seremos lembrados como personagens que também fizeram parte da vida deste bairro. O então tranqüilo Bairro Victor Konder, hoje uma selva de pedra, pois os prédios crescem mais rápido que qualquer árvore! Mas é o progresso!

Harry Wiese
A Sétima
Caverna

Ele queria ser
CIENTISTA

ELE QUERIA SER CIENTISTA

Enéas Athanázio¹

Com a publicação de “A Sétima Caverna” (Hemisfério Sul – Blumenau – 2008), Harry Wiese faz sua estréia no gênero romanesco. Autor de livros de poesia, contos e história, não é um iniciante e já testou suas habilidades em outros gêneros. Neste alentado volume ele revela fôlego para o romance, gênero em que não são muitos os que se aventuram com sucesso.

Trata-se de uma narrativa de fundo autobiográfico e memorialista, na linha documental a que se filiam tantos romancistas nacionais, relatando a saga do menino Henry Waldmann que, desde os sete anos de idade, queria ser cientista, embora a leitura do romance me sugira que suas tendências se inclinavam mais para a filosofia, tantas e tão variadas são as elucubrações filosóficas que vai pingando no correr do texto, às vezes surpreendentes num menino de tão tenros anos, e que também revelam um certo conformismo diante dos embates da vida naquela fase em que os garotos em geral reagem de formas mais enérgicas. Henry não se rebela, não extravasa ira, não reclama. Mas como o conformismo é uma postura filosófica, ele reforça a minha impressão. Também não chora nunca porque, segundo ele, um cientista não deve chorar. No final, porém, Henry, **alter-ego** do autor na infância, não se torna cientista e nem filósofo mas escritor, optando pela mais visível das três atividades, todas aliás pouco valorizadas entre nós.

Ambientado no Alto Vale do Itajaí, o romance retrata com minúcias a vida de um casal de colonos de origem germânica e seus dois filhos

¹ Escritor e Advogado.

na luta árdua pela sobrevivência. Residem numa casa modesta, construída de madeira, com as paredes de tábuas largas e com as janelas voltadas para a densa e misteriosa Mata dos Bugres, na encosta de Serra Mirador, e que tanto instigava o desejo de aventuras e o gosto pelas pesquisas do menino que queria ser cientista. Ainda inexplorada, a mata guardava segredos nunca revelados e nela viviam pássaros e animais variados, inclusive onças que às vezes atacavam as criações na calada da noite e tinham que ser espantadas a tiros de espingarda. Bugres, porém, parece que não existiam mais, quase exterminados pelos bugreiros implacáveis, exceto os que se encontravam aldeados por obra de Dom Eduardo, fato a que o texto faz várias referências. Mas a floresta ainda estava inaceira, pouco visitada e explorada, exibindo-se em toda sua impressionante grandeza verdejante.

Seis cavernas conhecidas existiam até metade da Serra, maiores e menores, que “num passado não muito distante, serviam de abrigo aos indígenas que viviam nas matas da região” (p. 17). Cavernas não interligadas entre si, secas, nas quais não existiam estalactites ou estalagmites. Mas a Mata dos Bugres guardava outros segredos, inclusive outra caverna – a sétima – que o menino sonhava desvendar, ainda que correndo riscos. Com esse propósito, aproveitando a ausência dos pais, faz secretas incursões pela mata, sempre acompanhado pelo inseparável cão Fidélis, um animal que tinha posturas e gestos quase humanos, carregando sua maleta de cientista onde guardava os achados que lhe parecessem interessantes. E assim, num momento de sorte, acaba por descobrir a sonhada sétima caverna e desvendar o mistério que a envolvia e que seria indiscrição de minha parte revelar. Temeroso da ação de predadores, inclusive humanos, tratou de esconder seu precioso achado sob caprichada camuflagem. Numa atitude também surpreendente, guarda a sete chaves, para si próprio, o segredo da caverna e seu mistério. Quando ao cachorro de estimação, seu trágico final é um momento tocante do livro.

Entre os personagens do romance, afora o próprio narrador, o mais interessante é sem dúvida Criendiu Garlani. Homem idoso e solitário, com os cabelos brancos, era um hábil artesão e músico (embora não tivesse instrumento por razões que virão à tona) e que o garoto considerava um verdadeiro sábio. É verdade que bem pouco se sabe a respeito dele e que não era dado a muito falar, mas se tornou o grande amigo do menino e alvo de sua profunda admiração. “Morava no outro lado da pequena estrada, que passava logo abaixo de nossa casa. Situava-se numa colina. Havia um pátio entre as duas moradias e lá existia um caminho íngreme. De tanto andar, para cima e para baixo, a grama não conseguia crescer direito. Formou-se, assim, um friso e eu gostava de andar por ali” (p. 16). O pisoteio formou um carreiro, tal como nos campos. Criendiu muito ensinou ao garoto e até lhe confidenciou a respeito de seu amor jamais realizado pela índia Rosima. A ele se deve o caso de amor que preenche um dos curiosos capítulos do romance. Nas manhãs silenciosas daquela região bucólica, Henry olhava apreensivo para a casa do velho amigo. Quando avistava a fumaça se elevando da chaminé seu coração se tranqüilizava – Criendiu estava vivo, ainda que velho e doente. Com o passar do tempo a oficina do amigo seria transformada num pequeno museu por obra do engenhoso menino.

Surge também um personagem sinistro, aumentando a galeria dos exterminadores de bugres que agiam na região, e que ignoro se realmente existiu ou é pura criação do autor. Refiro-me a Saci-Bugreiro, matador de índios assim chamado porque tinha apenas uma perna. A ele se creditavam, sem que houvesse dúvida, chacinas de índios, entre elas aquela que se relacionava com a misteriosa sétima caverna e que teria sido a mais bárbara e desumana de todas. Ele agia “a mando de algumas autoridades e de uma pequena parte da população das cidades de Getúlio Vargas e Hammonia” (p. 118).

Para concluir, diria que o romance se fecha com uma espécie

de milagre proporcionado pelo Dr. Cícero Bueno, médico em Blumenau e cientista, pesquisador, defensor da ecologia e da causa indígena. A ele o garoto confiou o segredo da sétima caverna e juntos foram ao local, tomando providências para resguardá-la. Embora raros, milagres acontecem e Henry Waldmann foi beneficiado por um deles, impondo nova direção à sua vida de menino criado no ermo e filho de colonos que batalhavam pela sobrevivência. Espécie de prêmio à sua dedicação ao estudo e ao amor pela ciência. Apesar desse final feliz, o romance, no conjunto, infunde no leitor uma certa melancolia.

“A Sétima Caverna” é um romance de leitura agradável, escrito de forma simples e direta, revelando um autor com poder de observação, admirável memória e seguro conhecimento da região retratada. Constitui boa contribuição à nossa resumida estante romanesca.

MARCO HISTÓRICO

A ponte metálica sobre o rio Iguaçu, ligando os Estados de Santa Catarina e Paraná, nas divisas de Porto União e União da Vitória, tem mais de trezentos metros de extensão e foi construída para dar passagem aos trens da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, depois Rede Viação Paraná-Santa Catarina. Hoje, com a desativação da ferrovia, ela dá passagem a carros e pedestres.

Sob a ponte, na margem esquerda do rio, no meio de uma rua, existe um marco histórico pouco conhecido e lembrado que assinala importante momento de nosso passado. Ele lembra a assinatura do acordo de limites entre os dois Estados, obtido depois de muito esforço e da sangrenta Guerra do Contestado (1912/1916). Construído em concreto, está bem conservado e contém placas de bronze em três de suas faces.

Assim, no lado catarinense diz o seguinte: “20 de Outubro de 1916. Data da assignatura do accordo entre os Estados de Sta. Catharina e Paraná pela solução da questão de limites proposto pelo Presidente da República Dr. Wenceslau Braz.”

No lado paranaense consta: “Este marco foi inaugurado no Governo do Dr. Delphim Moreira sendo Ministro da Justiça Dr. Urbano Santos, Presidente do Paraná o Dr. Affonso Camargo, Governador de Sta. Catharina o Dr. Hercílio Luz. 1919.”

No lado voltado para o rio: “Linha Wenceslau Braz – Este marco assignala a intersecção do talweg do R. Iguassu com a projecção horizontal do eixo da ponte da E. F. S. Paulo-R. Grande dele distante 216,5 mts com o rumo verdadeiro N 77°. 28’ 2” E.”

Acabo de receber um exemplar de “Aliflor”, número inicial do informativo da Associação Literária Florianopolitana, instituição fundada em 2001 e que tem como presidente a escritora Janice Pavan. A publicação contém informações a respeito da entidade, relação de associados e suas obras, livros em destaque, calendário de eventos, poemas e crônicas.

Está circulando mais um número do Suplemento Literário A Ilha, órgão do grupo liderado por Luiz Carlos Amorim. Este é o número 106 e aborda temas relacionados ao futuro do livro, a proposta curricular e a literatura catarinense, a unificação da língua portuguesa e contém crônicas, contos, poemas e resenhas.

ÍNDICE BLUMENAU EM CADERNOS 2008

Título	Autor	Nº	Página
Alguns dias na Alemanha	Wili Ule	Jan./Fev.	8
Antropofagia blumenauense: a música em Blumenau no início do século XXI (A)	Viegas Fernandes da Costa	Mar./Abr	65
Atos administrativos		Mai./Jun.	98
Aversão ao clero na primeira república em Santa Catarina	Cleber Rudy	Nov./Dez.	85
“Caso” Ernesto Canozzi (O)	Enéas Athanázio	Set./Out.	121
Catarinenses na A.B.L.	Enéas Athanázio	Jul./Ago.	122
Código de posturas no município de Blumenau		Mar./Abr.	79
Colonização, desenvolvimento e ações antrópicas na floresta atlântica do Parque das Nascentes em Blumenau	Martin Stabel Garrote, Vanessa Dambrowski, Gilberto Friedenreich dos Santos	Nov./Dez.	61
Como foi realmente o caso da torre e dos sinos?	Max-Heinrich Flos	Set./Out.	8
Considerações sobre a saúde e a história dos hospitais de Ibirama	Harry Wiese	Jan./Fev.	65
Correspondências de imigrantes		Set./Out.	71
Discutindo a universidade: entrevista com Sálvio Alexandre Muller	Viegas Fernandes da Costa	Mai./Jun.	29
Ele queria ser cientista	Enéas Athanázio	Nov./Dez.	118
Emigrantes do “Eridano” 1846 (Os)	Max-Heinrich Flos	Mar./Abr.	8
Entrevista Frei Wilson Steiner	Luiz Antônio Soares e Danilo Gomes	Set./Out.	91

Figura ligada à nossa história: Miguel Calmon (Uma)	Enéas Athanázio	Jan./Fev.	118
Fritz Muller e sua obra na ciência brasileira e mundial	Luiz Roberto Fontes, Stefano Hagen	Set./Out.	22
História de vida - Lauro Werner	Mirela Adriana Nolasco	Mar./Abr.	32
História de vida - Moacir Galliani	Luís Antônio Soares, Danilo Gomes	Jan./Fev.	41
História do salvamento do vapor "Blumenau" (A)	José Gonçalves	Jul./Ago.	23
Histórias da minha avó - V	Urda Alice Klueger	Mar./Abr.	114
Homenagens do botânico Frederico Carlos Hoehne ao naturalista Fritz Müller	Luiz Roberto Fontes, Elisabete Aparecida Lopes	Jan./Fev.	101
Importância de 2007 na história da Sociedade Evangélica das Senhoras de Blumenau (A)	Brigitte Fouquet Rosenbrock	Jan./Fev.	37
Incêndio do Arquivo Municipal em 1958 - Lamentável Ocorrência - Relatório (O)		Nov./Dez.	100
José Ferreira da Silva: trajetória intelectual e política	Carla Fernanda da Silva	Jul./Ago.	89
Memória, tempo e imagem nas correspondências de imigrantes alemães	Márcia Fagundes Barbosa	Mai./Jun.	54
Miguel Calmon, ainda uma figura ligada à nossa História	Enéas Athanázio	Mai./Jun.	119
Nacionalização em Blumenau: Considerações sobre a corrida da construção identitária nacional 1937/1945	Evandro Cristofolini, Willian Spengler	Nov./Dez.	40
Neu Bremen (Município Blumenau)		Nov./Dez.	7
Othon D'Eça: algumas notas sobre sua vida e obra	Enéas Athanázio	Mar./Abr.	122

Outras faces da promessa: êxodo rural e a vida na cidade (Vidal Ramos/Brusque, 1976-2002)	Arnaldo Haas Júnior	Mai./Jun.	62
Pacificação documentada na primeira década: o que os relatórios nos dizem (A)	Rafael Casanova de Lima e Silva Hoerhann	Mai./Jun.	77
Pacificação documentada parte II (1916-1918): resistências à nova vida imposta (A)	Rafael Casanova de Lima e Silva Hoerhann	Jul./Ago.	71
Pacificação documentada parte III (1918-1921): a revolta dos Botocudo no Posto Plate e a promoção da paz (A)	Rafael Casanova de Lima e Silva Hoerhann	Set./Out.	51
Pacificação documentada (1921-1297): Anos Melhores (A)	Rafael Casanova de Lima e Silva Hoerhann	Nov./Dez.	16
Perdi meu melhor amigo na adolescência	José Gonçalves	Mar./Abr.	18
Poço da Moça	Dr. Walmor Erwin Belz	Mar./Abr.	120
Projeto fascinante: História da fundação da Comunidade Evangélica de Florianópolis (Um)	Max-Heinrich Flos	Jul./Ago.	8
Quem foi Johann Jakob von Tschudi	Max-Heinrich Flos	Mai./Jun.	8
Rebeldes católicos e o desaparecimento da Capela Sagrada Família da Fazendinha – Itajaí/1968	Edson d'Ávila	Mar./Abr.	51
Rua da Glória Sumiu (A)	Urda Alice Klueger	Mar./Abr.	110
Russland I – setembro	Urda Alice Klueger	Mai./Jun.	22
Russland II – beirando o Parque Nacional das Nascentes	Urda Alice Klueger	Mai./Jun.	26
Uma caminhada na rua São Paulo	Brigitte F. Rosenbrock	Nov./Dez.	111

Para proceder a assinatura da Revista ou sua renovação, assim como receber números antigos ou tomos completos encadernados, procure-nos.

Abaixo informamos nossos preços:

- Assinatura nova: R\$ 70,00 (anual = 6 números)
- Renovação da assinatura: R\$ 55,00 (anual = 6 números)
- Tomos anteriores (encadernados com capa dura): R\$ 80,00
- Exemplares avulsos: R\$ 10,00 (edições anos 50 a 2003)
- Encadernação R\$ 50,00 o volume (até 1998, um volume para cada tomo). De 1998 em diante, dois volumes por tomo.
- Tomo completo encadernado: R\$ 140,00 (para tomos de 1998 em diante). Para tomos de anos anteriores, solicitar orçamento.

() Sim, desejo assinar a revista Blumenau em Cadernos para o ano de 2008 (Tomo 49).

Anexo a este cupom, a quantia de R\$ _____ (_____ reais) conforme opções de pagamento abaixo.

Formas de pagamento:

() Vale Postal - Fundação Cultural de Blumenau - Blumenau em Cadernos

() Depósito no BESC - conta 77.995-2 - Agência 003. Após o pagamento, passar Fax do recibo de depósito com o nome do depositante, para nosso controle.

() Cheque - Banco: _____ Número do Cheque: _____

Dados do Assinante:

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ Cx. Postal: _____

CEP: _____ - Fone para contato: _____

Cidade: _____ Estado: _____

Assinatura

Arquivo Histórico José Ferreira da Silva

Caixa Postal 425 - Cep 89015-010 - Fone: (47) 3326-6990 - Fax (47) 3326-6874

Blumenau (SC) - E-mail: arquivohistorico@fcblu.com.br



Arquivo Histórico
José Ferreira da Silva
arquivohistorico@fcblu.com.br

Mausoléu
Dr. Blumenau

Museu
da Família Colonial
museudafamiliacolonial@fcblu.com.br

Centro Cultural
da Vila Itoupava

Escola Nº 1

Biblioteca Pública
Dr. Fritz Müller
biblioteca@fcblu.com.br

Museu de Arte
de Blumenau
mab@fcblu.com.br

Galeria
Municipal de Arte

Centro de Publicação
Documentação e
Referência em Leitura
editora@fcblu.com.br

O menor Albertino Adriano que estava no jardim fronteiro ao citado edifício, vendo um clarão na última janela, em cima e à direita de quem olha o edifício, e fumaça saindo pelo telhado, naquele local, deu alarme para o guarda da Prefeitura, senhor João Frederico da Silva que se encontrava na entrada do requerido edifício conversando com alguns amigos; este guarda (fls.), tomando conhecimento do fato, subiu correndo as escadas que davam acesso ao Fórum e diversos cartórios, sendo seguido pelo soldado Anatólio Medeiro que se encontrava de guarda, senhor Luiz Pacheco (fls.) e outros; durante essa escalada, o referido guarda foi acendendo as luzes (para isso ligando os interruptores) e abrindo as portas; quando o guarda chegou ao arquivo da Prefeitura, notou um clarão por baixo da porta; julgando ser início de fogo, o guarda pensou em apagá-lo, para isso arrebentando a porta; com a entrada do ar no compartimento do arquivo, o fogo, reavivado pelo oxigênio, se avolumou, estourando em chamas, principalmente porque o material de maior quantidade no local, era papel arquivado, conseqüentemente de fácil combustão. Vendo a extensão do sinistro, o guarda João Frederico tratou de providenciar a vinda do Corpo de Bombeiros, chegando em primeiro lugar a Polícia Militar, que imediatamente entrou em ação, chegando mais tarde o Corpo de Bombeiros da Empresa Industrial Garcia e Fábrica de Gaitas; nessa altura dos acontecimentos, todas as pessoas presentes auxiliavam no salvamento de arquivos e bens pertencentes às repartições e cartórios que estavam sendo atingidos pelo fogo.